



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Adriano Fernandes da Silva Junior

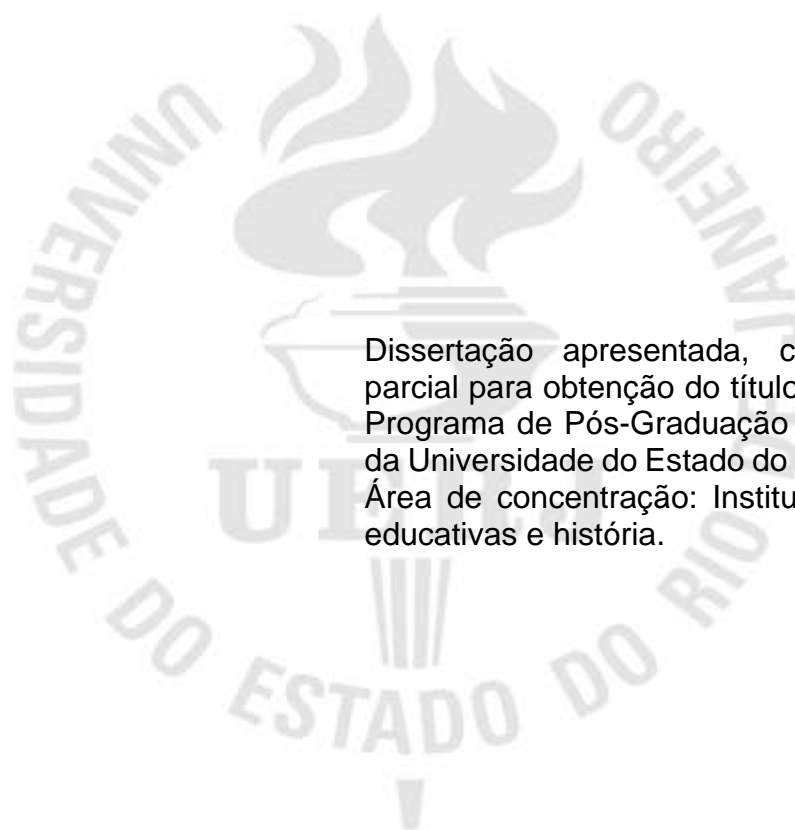
**Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o
golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de
Alfabetização (1960-1973)**

Rio de Janeiro

2020

Adriano Fernandes da Silva Junior

Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (1960-1973)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, práticas educativas e história.

Orientadora: Prof^a Dr^a Lia Ciomar Macedo de Faria

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva Junior, Adriano Fernandes da.
Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (1960-1973) / Adriano Fernandes da Silva Junior. – 2020.
104 f.

Orientadora: Lia Ciomar Macedo de Faria.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Teses. 2. Escola Normal Júlia Kubitschek – Teses. 3. Ditadura – Teses. I. Faria, Lia Ciomar Macedo de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Adriano Fernandes da Silva Junior

Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (1960-1973)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Instituições, práticas educativas e história.

Aprovada em 26 de agosto de 2020.

Banca Examinadora:

Profª Drª Lia Ciomar Macedo de Faria (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ

Profª Drª Paula Leonardi
Faculdade de Educação – UERJ

Profª Drª Maria Angélica da Gama Cabral Coutinho
Instituto de Educação – UFRRJ

Rio de Janeiro

2020

DEDICATÓRIA

À minha avó querida, Maria das Dores do Nascimento (em memória).

AGRADECIMENTOS

A gratidão é um sentimento que perpassa o meu ser na realização desse trabalho. Muitos foram aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, para a sua concretização. Agradeço, especialmente:

A Deus, por ter me guiado até este momento, me dando a força necessária para prosseguir em meio às intempéries da vida.

Aos meus pais, Adriano Fernandes da Silva e Alessandra do Nascimento, pelo amor incondicional que me dedicaram e pelo cuidado em todos os aspectos da minha vida.

À minha avó, Maria das Dores do Nascimento, por todo amor, afeto e ensinamentos proporcionados ao longo de sua vida (em memória).

Ao Colégio Estadual Júlia Kubitschek (CEJK), pela oportunidade de ser aluno e pesquisador da instituição.

Ao Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd/UERJ) e a todo o seu corpo docente, pelas oportunidades de desenvolvimento pessoal e acadêmico proporcionadas.

À Professora Lia Faria, pelo exemplo de vida, trajetória profissional e dedicação em me orientar academicamente, cujo apoio e incentivo permitiu a consolidação deste estudo.

Às professoras Paula Leonardi, Maria Angélica, Maria Celi e Libânia Xavier – membros da banca examinadora –, pela leitura atenta do presente trabalho e contribuições.

À Wânia Balassiano, Caren Regis, Cilene Miranda, Jacqueline Mesquita e Jussara Nascimento – do Laboratório de Educação e República (LER) – pela amizade e intensa troca de conhecimentos.

À Luciana Moraes, Tamires Paiva, Daniele Cadeira e Rivalda Andrade – amigas da educação pública duquecaxiense – pela amizade, aprendizados e parceria na luta em prol de uma educação pública de qualidade.

Aos meus alunos, por me ensinarem diariamente a ser uma pessoa e um professor melhor, ajudando-me a construir uma educação pública com vistas ao pleno exercício da cidadania.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), por permitir – desde a graduação – o meu desenvolvimento pessoal e intelectual com excelência, apesar das constantes investidas para a promoção do seu sucateamento #UERJRESISTE.

Articular historicamente o passado não significa reconhecê-lo 'tal como ele foi'. Significa apoderarmo-nos de uma recordação quando ela surge como um clarão num momento de perigo.

Walter Benjamin

RESUMO

SILVA JUNIOR, Adriano Fernandes da. *Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (1960-1973)*. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Estudos apontam (GONÇALVES; RANZI, 2012; NAPOLITANO, 2014) que embora o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) tenha sido marcado pela repressão, tortura e censura aos opositores, uma expressiva parcela da sociedade civil apoiou os seus governos devido a um aparente desenvolvimento urbano e crescimento econômico. A partir dessa perspectiva, compreender o percurso da Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK) no contexto da Ditadura Civil-Militar, de modo a perceber indícios (GINZBURG, 2007) de apoio institucional ao regime e suas diretrizes, é o objetivo do presente trabalho. Tal objetivo emerge, dentre outros fatores, da carência de estudos sobre as instituições escolares em tal contexto, conforme verificado em um levantamento realizado em revistas do campo da História da Educação, bem como em outros estudos (GONÇALVES; RANZI, 2012), associada a uma lacuna sobre a história das Escolas Normais do Rio de Janeiro (LIMA, 2017). O recorte temporal dessa investigação abrange os anos em que a instituição recebia a nomenclatura de Escola Normal, entre os anos de 1960 a 1973. A busca dos indícios foi realizada no arquivo da instituição (MOGARRO, 2005; BONATO, 2005; MEDEIROS, 2003; VIDAL, 2000) e em jornais (CAMPOS, 2012; LUCA, 2008) constantes na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, sendo tais arquivos compreendidos como lugares de memória (NORA, 1993; 1997). A partir das fontes encontradas, o presente trabalho busca situar os processos de fundação da ENJK, inseridos no contexto de criação do Estado da Guanabara (MOTTA, 1997), de modo a dialogar fontes próprias com pesquisas já desenvolvidas sobre a instituição (LIMA, 2017). Do mesmo modo, procura compreender o golpe civil-militar de 1964 (DREIFUSS, 1986; NAPOLITANO, 2014), que inaugurou o período ditatorial, e a postura da ENJK diante dos discursos (FOUCAULT, 2010; 2013) produzidos e proferidos em sua defesa. Por fim, procura analisar a participação da instituição no Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), antes e depois da sua efetivação em 1971 (PEDERIVA, 2015; GÓES; CUNHA, 1989). Diante das análises realizadas, foram constatados ao longo do trabalho alguns indícios (GINZBURG, 2007) de apoio institucional da ENJK à Ditadura Civil-Militar. Tal apoio se revela, especialmente, no que diz respeito a sua participação em uma das dimensões educativas do regime – o Mobral – que, para além de alfabetizar, tinha a intenção de controlar a população, ao sanear ideias consideradas subversivas e veicular uma propaganda do governo associada ao progresso e desenvolvimento nacional. Ao fim e ao cabo, o presente trabalho pode contribuir para a promoção das pesquisas no campo da História da Educação do Rio de Janeiro, em especial no que tange às suas Escolas Normais, bem como para o avanço das pesquisas sobre as instituições escolares no contexto da Ditadura Civil-Militar.

Palavras-chave: Escola Normal Júlia Kubitschek. Ditadura Civil-Militar. Instituições Escolares.

RESUMEN

SILVA JUNIOR, Adriano Fernandes da. *Escola Normal Júlia Kubitschek: seus processos de fundação, o golpe civil-militar e a participação no Movimento Brasileiro de Alfabetização (1960-1973)*. 2020. 104 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Estudios muestran (GONÇALVES; RANZI, 2012; NAPOLITANO, 2014) que, aunque el período de la dictadura civil-militar (1964-1985) estuvo marcado por la represión, la tortura y la censura de los opositores, una parte importante de la sociedad civil apoyó a sus gobiernos debido al aparente desarrollo urbano y crecimiento económico. Desde esta perspectiva, comprender la trayectoria de la Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK) en el contexto de la Dictadura Civil-Militar, para percibir evidencia (GINZBURG, 2007) de apoyo institucional al régimen y sus directrices, es el objetivo del presente trabajo. Este objetivo surge, entre otros factores, de la falta de estudios sobre instituciones escolares en ese contexto, como se verificó en una encuesta realizada en revistas en el campo de la Historia de la Educación, así como en otros estudios (GONÇALVES; RANZI, 2012), asociados con una brecha en la historia de las Escuelas Normales de Rio de Janeiro (LIMA, 2017). El marco temporal de esta investigación abarca los años en que la institución recibió la nomenclatura de la Escuela Normal, entre los años 1960 a 1973. La búsqueda de evidencia se llevó a cabo en el archivo de la institución (MOGARRO, 2005; BONATO, 2005; MEDEIROS, 2003; VIDAL, 2000) y en periódicos (DISCINI, 2012; LUCA, 2008) incluidos en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional, dichos archivos se entienden como lugares de memoria (NORA, 1993; 1997). Con base en las fuentes encontradas, el presente trabajo busca situar los procesos fundacionales de ENJK, insertados en el contexto de la creación del Estado de Guanabara (MOTTA, 1997), para dialogar fuentes propias con investigaciones ya desarrolladas en la institución (LIMA, 2017) Asimismo, busca entender el golpe de estado civil-militar de 1964 (DREIFUSS, 1986; NAPOLITANO, 2014), que inauguró el período dictatorial, y la postura de ENJK ante los discursos (FOUCAULT, 2010; 2013) producidos y entregados en su defensa. Finalmente, busca analizar la participación de la institución en el Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), antes y después de su efectividad en 1971 (PEDERIVA, 2015; CUNHA; GOÉS, 1989). En vista de las análisis realizadas, se encontró evidencia en todo el trabajo (GINZBURG, 2007) de apoyo institucional de ENJK a la Dictadura Civil-Militar. Tal apoyo se revela, especialmente, con respecto a su participación en una de las dimensiones educativas del régimen – el Mobral – que, además de la alfabetización, tenía la intención de controlar a la población, limpiando ideas consideradas subversivas y publicando un anuncio para el gobierno asociado con el progreso y desarrollo nacional. Después de todo, este trabajo puede contribuir a la promoción de la investigación en el campo de la Historia de la Educación en Rio de Janeiro, especialmente en lo que respecta a sus escuelas normales, así como al avance de la investigación sobre las instituciones escolares en el contexto de la dictadura civil-militar.

Palabras clave: Escola Normal Júlia Kubitschek. Dictadura Civil-Militar. Instituciones escolares.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 - Refrão do hino da ENJK, com letra de Geraldo de Menezes e música de Olintina Costa.	30
Imagem 2 - Arquivo do CEJK. As caixas com a inscrição “Fotos Antigas” foram localizadas no círculo destacado na imagem.....	31
Imagem 3 - Caixa onde foram encontrados os cartazes	31
Imagem 4 - Início dos cartazes da exposição “40 anos CEJK”, com um texto assinado pelo Professor Araken de Abreu e Silva	34
Imagem 5 - Texto dos cartazes sobre a criação legal da ENJK.....	38
Imagem 6 - Texto dos cartazes sobre a denominação da instituição.....	40
Imagem 7 - Fotografia de Júlia Kubitschek constante nos cartazes.....	40
Imagem 8 - Manchete do jornal <i>Correio da Manhã</i> (22/04/1964, p. 5)	52
Imagem 9 - Manchete do <i>Jornal do Brasil</i> (22/04/1964, p. 5).....	52
Imagem 10 - Manchete do jornal Diário de Notícias (22/04/1964, p. 3)	53
Imagem 11 - Manchete do jornal Diário Carioca (22/04/1964, p. 12)	53
Imagem 12 - Manchete do jornal <i>Tribuna da Imprensa</i> (20/11/1965, p. 1).....	54
Imagem 13 - Registro fotográfico do Jornal do Brasil (Jornal do Brasil, 22/04/1964, p. 5), com sua respectiva legenda.....	57
Imagem 14 - Registro fotográfico do <i>Diário Carioca</i> (22/04/1964, p. 12), com sua respectiva legenda	58
Imagem 15 - Registro fotográfico do <i>Diário de Notícias</i> (22/04/1964, p. 3), com sua respectiva legenda.	62
Imagem 16 - Professora Olintina Costa	64
Imagem 17 - Hinário Cívico, de Olintina Costa	65
Imagem 18 - Texto com os “Mandamentos da Orfeonista” constantes no Hinário Cívico, de Olintina Costa.....	68
Imagem 19 - Registro fotográfico do Diário Carioca (22/04/1964, p. 12), com sua respectiva legenda.	69
Imagem 20 - Registro fotográfico do Jornal do Brasil (20/11/1965, p. 16), com sua respectiva legenda.	72
Imagem 21 - Manchete do Jornal dos Sports (14/06/1975, p. 10)	76

Imagem 22 - Título e imagem de matéria do Diário de Notícias (07/06/1970, p. 6)	80
Imagem 23 - Nota do Diário de Notícias (21/06/1970, p. 6)	81
Imagem 24 - Manchete do Diário de Notícias (23/10/1970, p. 3)	82
Imagem 25 - Título da nota de <i>O Jornal</i> (03/12/1971, p. 2)	85
Imagem 26 - Manchete do Diário de Notícias (17/05/1972, p. 7)	85
Imagem 27 - Manchete do Jornal do Brasil (27/05/1972, p. 18)	86
Imagem 28 - Manchete do Diário de Notícias (26/05/1972, p. 6)	88
Imagem 29 - Registro fotográfico do <i>Diário de Notícias</i> (26/05/1972, p. 6), com sua respectiva legenda.	89
Imagem 30 - Manchete do <i>Diário de Notícias</i> (31/05/1972, p. 5)	90

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASPHE/RS	Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação
CHE	Cadernos de História de Educação
CECS	Colégio Estadual Celestino da Silva
CEJK	Colégio Estadual Júlia Kubitschek
CESA	Colégio Estadual Sousa Aguiar
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENCD	Escola Normal Carmela Dutra
ENLH	Escola Normal Heitor Lira
ENIAA	Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral
ENJK	Escola Normal Júlia Kubitschek
ENSK	Escola Normal Sarah Kubitschek
ESG	Escola Superior de Guerra
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
EDU	Faculdade de Educação
FMP	Frente de Mobilização Popular
HDBN	Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBOPE	Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística
IE	Instituto de Educação
IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Educação
NEPHE	Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PPP	Pesquisa e Prática Pedagógica

PMEG	Polícia Militar do Estado da Guanabara
ProPEd	Programa de Pós-graduação em Educação
RBHE	Revista Brasileira de História da Educação
RHE	Revista de História da Educação
SBHE	Sociedade Brasileira de História da Educação
STF	Supremo Tribunal Federal
UDN	União Democrática Nacional
UNE	União Nacional dos Estudantes
USAID	<i>United States Agency for International Development</i>
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A CRIAÇÃO DA ENJK, O ESTADO DA GUANABARA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964	30
1.1	A primeira lei do Estado da Guanabara cria uma Escola Normal	30
1.2	O contexto do golpe civil-militar de 1964	41
2	GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: DISCURSOS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES	52
2.1	21 de abril de 1964: celebração a Tiradentes e discursos em defesa da tomada do poder pelos militares	55
2.2	Participação das estudantes da ENJK na celebração: orfeonistas e ouvintes dos discursos	62
2.3	Formatura da ENJK de 1965: Lacerda muda de opinião	71
3	A ENJK E O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO	76
3.1	O Mobral no regime militar: criação, implementação e interesses	78
3.2	“Teve origem aqui no ‘Júlia’”: a participação da ENJK no Mobral	80
3.2.1	<u>A campanha de alfabetização de 1970: precursora do Mobral?</u>	80
3.2.2	<u>A campanha de alfabetização de 1972: sob a coordenação do Mobral</u> ...	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Ninguém nasce feito: é experimentando-nos no mundo que nós nos fazemos.

Paulo Freire

A epígrafe com a qual principio a presente escrita traz as palavras do educador Paulo Freire (1921-1997) – patrono da educação brasileira¹. Em tempos em que a trajetória e a produção intelectual de Paulo Freire tem sido criticadas por grupos ultraconservadores, reacionários de cunho liberal e fundamentalistas religiosos, muitos dos quais não conhecem seus inúmeros livros escritos, é preciso manter a sua memória viva, não apenas com a citação de suas palavras, mas através de sua encarnação em práticas educativas conscientes, cidadãs, políticas, emancipatórias e, acima de tudo, pautadas no livre debate e guiadas pelo amor, pois, como ele mesmo defendia (FREIRE, 1979, p. 29), “não há educação sem amor.”

As palavras de Freire (2001) indicam que o ser humano não nasce pronto. A partir das relações que estabelece com o meio social em que está inserido é que ele se constrói. Assim, “ninguém nasce marcado para ser isto ou aquilo” (FREIRE, 2001, p. 50). O que nos tornamos não é um a priori da nossa história, mas um efeito de nossas experimentações no mundo. E essa construção é permanente, pois o fazer e o refazer da vida é constante. Logo, sempre seremos inacabados.

Esse momento, no qual curso Mestrado em Educação, é mais uma das experimentações com o mundo que a vida me proporcionou. Tempo de construção e desconstrução. Invenção e reinvenção. Procura e descoberta. Tempo de valiosas aprendizagens, em especial aquela que me faz entender que há muito a aprender e diferentes saberes a serem explorados. Período que me faz perceber, ainda mais, o quanto sou inconcluso e, por isso, necessito viver, permanentemente, no alegre espetáculo da busca.

Diante da imensidão das vivências que experienciei ao longo da minha vida, as quais produziram quem eu sou hoje, mergulho no mar da memória para recolher algumas conchas da minha história (NORA, 1993) e, assim, compor a minha trajetória até a realização do presente trabalho. Desse modo, observo o meu itinerário até aqui

¹ Conforme decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff, através da Lei Nº 12.612 de 13 de abril de 2012 (BRASIL, 2012).

com os olhos do presente, consciente de que o percurso que tracei não foi linear, mas repleto de diferentes relevos, com suas curvas, altos e baixos. Nesse exercício, busco construir uma narrativa do meu caminhar até a concretização dessa dissertação, consciente, também, das deformidades, dos esquecimentos e dos silenciamentos que fazem parte da redação de minhas reminiscências.

Encabeço esse relato com as lembranças de minhas experiências com Maria das Dores do Nascimento, minha saudosa avó materna. Mulher nordestina, mãe de três filhos, sempre com um sorriso no rosto apesar das aflições da vida. Como meus pais, Adriano Fernandes da Silva e Alessandra do Nascimento, necessitavam trabalhar para o sustento da família recém-formada, ele fabricando bolsas e ela as vendendo, eu ficava aos cuidados de minha avó, que me dispensava muita dedicação, carinho, ternura e afeto.

Mesmo não dominando a leitura e a escrita, o que descobri quando já estava alfabetizado, ela sempre conferia os meus cadernos para ver se eu realizava as atividades escolares. Em alguns momentos, observava a minha avó folheando revistas – talvez para ser um exemplo de leitora na minha educação. Em uma dessas ocasiões, quando já reconhecia algumas palavras, percebi que a revista estava de cabeça para baixo e, assim, fui me dando conta que ela não sabia ler e escrever e decidi, mesmo com poucos anos de vida, ensiná-la o que aprendia na escola, começando pela escrita do seu nome completo. Apesar das dificuldades, ela se empenhava muito. Depois de vários dias, escrevia o seu nome e sobrenome, mas quando precisava assinar algum documento, ficava nervosa e não conseguia escrever uma só letra.

Com a separação de meus pais no ano de 2007, passei a morar definitivamente com ela. Todos os dias, às cinco horas da manhã, o meu despertador era o aroma do café que ela preparava. Trinta minutos depois, partia em direção à escola, pois era bem distante de minha moradia. Era levado por ela até o portão com um beijo de despedida e um olhar atento até eu desaparecer de suas vistas. Após problemas cardíacos acompanhados de uma depressão, em virtude de não poder ser tão ativa como era antes, devido às questões de saúde, lembro de minha mãe a levando para o hospital em uma madrugada de segunda-feira. Não era a primeira vez que ela ia ao hospital de madrugada, por isso imaginei que ela retornaria, como das outras vezes. Mas, com a cabeça para fora do carro, tentando tomar o ar, seus olhos me davam o

derradeiro adeus. O seu falecimento, em agosto de 2011, foi uma das experiências mais difíceis da minha vida.

Minha prostração diante desse episódio foi inevitável. Para que ela não me dominasse, passava alguns momentos na casa de uma tia para arejar a mente. Certo dia, a vi com agulha e barbante na mão fazendo peças de crochê. Enquanto conversava comigo, sua mão estava em um frenético movimento de confeccionar os pontos. Ao observar aquela cena, talvez até como uma maneira de manter os pensamentos ocupados diante da dolorosa ausência de minha avó, senti uma vontade tamanha de aprender e pedi para ela me ensinar. No início, não consegui aprender muito bem. Não conseguia, sequer, segurar a agulha e acreditava que fazer os pontos era uma questão de força. Não satisfeito apenas com as aulas de minha tia, passei horas assistindo a vários vídeos na internet até aprender a fazer os pontos básicos do crochê. Após muita insistência e dedicação, hoje posso me considerar um crocheteiro, que até ensina a arte a outras pessoas.

Nesse processo de aprendizado, entendi que três elementos são essenciais no crochê: o crocheteiro, a agulha e a linha. Além desses, acrescento mais um elemento, a saber, o desejo, pois de nada adianta ter a agulha e a linha na mão se não há a vontade de produzir uma peça com esses elementos. Uma peça nasce, primeiro, do desejo de produzi-la. Com o desejo, o crocheteiro projeta a peça que almeja produzir, pensa no tamanho da agulha necessário para trabalhar com os fios escolhidos e, com isso em mãos, senta em uma confortável poltrona para, ponto a ponto, construir o seu trabalho.

Entre a arte do crochê e estes processos de escrita, que introduzem a pesquisa que realizei no campo da História da Educação, faço uma analogia. Assim como no crochê, na pesquisa histórica três elementos são indispensáveis, acrescidos do desejo, que é a mola propulsora de tudo: o historiador, qual crocheteiro, os instrumentos teórico-metodológicos, como a agulha, e as fontes, os fios de linha a serem tecidos. A partir dos elementos que sobreviveram ao tempo, eleitos pelo historiador como fontes de acordo com os seus objetivos, ele tece, por meio de procedimentos teórico metodológicos, sua versão acerca do passado.

Conforme assinala Michel de Certeau (2006) sobre a operação historiográfica, toda a pesquisa histórica é produto de um lugar. Nesse sentido, como historiador de ofício, prossigo na escrita do lugar no qual eu estou inserido, evidenciando as motivações que me fazem tecer a presente peça, através da exploração do meu

percurso acadêmico enquanto professor-pesquisador. A partir dessa trajetória, assinalo como projetei a pesquisa que culmina na escrita dessa dissertação, com os seus objetivos, procedimentos teórico-metodológicos adotados para atendê-lo, alinhados com os vestígios do passado que utilizei como fontes na construção da presente tecitura.

Ao final do ano de 2008, quando ainda cursava o 9º ano do Ensino Fundamental, precisei escolher três colégios estaduais em que eu tinha interesse de cursar o Ensino Médio e, pela proximidade com a escola onde estudava, um dos escolhidos foi o Colégio Estadual Júlia Kubitschek (CEJK) – sito à Rua General Caldwell, nº 182, no Centro da cidade do Rio de Janeiro. Dentre as três opções, o sistema da Secretaria Estadual de Educação sortearia uma e a instituição indicada para que eu realizasse a minha matrícula foi o CEJK.

No primeiro dia de aula, uma surpresa: se tratava de instituição de Ensino Médio com habilitação para o Magistério, o que eu desconhecia, e o curso levaria quatro anos, um ano a mais que as demais instituições de formação geral. Outro aspecto que me surpreendeu foi o uniforme, muito tradicional, com muitos botões e paramentos. No segundo ano de curso pensei em pedir transferência, mas, quando iniciei o estágio supervisionado no Colégio de Aplicação da instituição, me despertei para o magistério. No meu primeiro dia de estágio não havia professor regente na turma, que era uma antiga Classe de Alfabetização. Assim, precisei assumir a turma, mesmo sem nunca ter entrado em uma sala de aula para lecionar. Naquele momento, minhas memórias me levaram até os dias da minha infância em que, aprendendo as primeiras letras, me desafiei a alfabetizar a minha avó. Um misto de emoção e senso de responsabilidade diante dos variados desafios que se descortinavam.

Mais uma vez, evocando as palavras de Freire (1991, p. 58): “ninguém começa a ser educador numa certa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática”. Através da prática, articulando com o que aprendia nas aulas, fui me tornando professor, por meio da constante reflexão sobre a ação, em ação e para a ação. Tal experiência parece simples, mas esse processo de autoconstrução foi demasiadamente difícil. Muitos foram os dias em que as lágrimas rolavam sobre o meu rosto diante das complexidades do cotidiano educativo. As experiências vividas e as aprendizagens construídas no CEJK – instituição de

fundamental relevância na minha formação enquanto professor – levarei por toda a vida.

Ao concluir o Ensino Médio com habilitação para o Magistério em 2012, ingresso no Ensino Superior no ano seguinte, aos dezoito anos de idade. Através do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fui aprovado em duas universidades com os seus respectivos cursos: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), para cursar Terapia Ocupacional, e na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), para cursar Enfermagem. Como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) não integra o ENEM, prestei o vestibular da referida universidade para cursar Pedagogia em sua Faculdade de Educação (EDU) e fui aprovado no exame. Diante das três possibilidades, não hesitei: escolhi cursar Pedagogia na EDU/UERJ, sendo o primeiro de minha família direta e indireta a cursar o Ensino Superior em uma universidade pública. Por não terem sido aprovados nos cursos que desejavam, alguns ingressam no curso de Pedagogia como uma segunda opção, o que testemunhei através das falas de alguns colegas. No entanto, no meu caso, cursar Pedagogia não foi um plano secundário, mas uma decisão acertada para continuar a minha formação docente.

No ano de 2015, quando ainda cursava a graduação em Pedagogia, decidi prestar o meu primeiro concurso público para o magistério, para atuar como Professor II – Áreas Integradas na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, incluindo as suas modalidades, na Prefeitura Municipal de Duque de Caxias. Fui aprovado e no ano seguinte iniciei as minhas atividades.

Desde então busquei exercer o meu trabalho da melhor maneira possível, apesar das inúmeras dificuldades encontradas na educação pública, como nunca ter recebido o meu salário em dia. Em certo período, fiquei três meses sem receber os meus proventos. Além disso, trabalhei em escolas com estrutura precária, com ausência de material pedagógico e o não respeito ao 1/3 (um terço) da carga horária para planejamento. Ao longo do tempo em que lecionei em Duque de Caxias, trabalhei com turmas do 2º, 3º, 4º e 5º anos de escolaridade do Ensino Fundamental. Além de trabalhar com crianças e adolescentes, tive a oportunidade de ser professor da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Atualmente, não pertenço mais ao quadro dos professores de Duque de Caxias. No ano de 2018, prestei um concurso com muitas etapas para o cargo de Professor dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Colégio Pedro II. Não pensava

em realizar esse concurso, por julgar que não seria aprovado em uma seleção tão disputada e com poucas vagas, com candidatos mais experientes na prática docente e muitos com títulos de Mestre e Doutor, o que os faria sair na frente. Fui incentivado a participar da seleção por minha amiga Wânia Balassiano e encorajado em todas as etapas do processo por minha amiga Luciana Morais, a quem agradeço muito. Após passar em todas as etapas, fui aprovado e tomei posse em fevereiro de 2020, sendo lotado no Campus Engenho Novo I e atuando em uma turma do 1º ano do Ensino Fundamental. Como dizem popularmente, ainda não caiu a ficha de que sou professor do Colégio Pedro II, uma vez que após duas semanas nesse novo espaço, minhas atividades presenciais foram interrompidas pela pandemia de Covid-19, o que ainda não me permitiu conhecer a fundo as rotinas dessa instituição secular.

Desde o meu primeiro dia como professor da escola pública, busco no meu fazer diário ter em mira a pedagogia freireana (2002), de modo a criar no cotidiano escolar diversas possibilidades para a produção e construção do conhecimento, tendo como base as realidades variadas em que os educandos estão inseridos. Nesse processo, aprendo e ensino, ensino e aprendo, pois, como diz Freire (2002, p. 12), “quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Graças às experiências de aprendizagem que os educandos me oportunizam, me reinvento diariamente como educador – com eles, por eles e para eles.

Enquanto iniciava a minha trajetória no magistério público em 2016, ainda concluía a minha graduação em Pedagogia. Além de ser beneficiado pela qualidade do ensino oferecido pela UERJ, também participei em atividades de pesquisa e extensão, através da concessão de bolsas de iniciação à docência, iniciação tecnológica e inovação, extensão e iniciação científica. Através dessas bolsas, participei de inúmeros eventos acadêmicos como ouvinte e apresentador de trabalhos. Em minha última bolsa, de iniciação científica, fui orientado pela Profª Drª Lia Faria, que havia conhecido na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica (PPP).

Tal disciplina é realizada em um período de quatro semestres com o objetivo de formar os graduandos para a promoção de pesquisas no campo educacional. Deste modo, são abertas PPP com vários enfoques e o escolhido por mim foi Ciências Sociais e Educação, ministrada pela professora supracitada. Ao longo da disciplina, foram trabalhados diversos autores que subsidiam teórico-metodologicamente as pesquisas, especialmente, no campo da História da Educação. A partir desse estudo, a turma se propôs a pensar em uma pesquisa a ser realizada pelo coletivo, de modo

a construir um produto final da disciplina. Como muitos graduandos, curiosamente, eram egressos do CEJK, a turma decidiu historicizá-lo, de modo a contribuir com as pesquisas no campo da história das instituições educativas fluminenses.

Como pontapé inicial, foi promovida pela disciplina uma visita de campo ao CEJK. Já havia sido aluno e estagiário da instituição. Agora, retornava com um olhar de pesquisador, com o intuito de reunir elementos que me permitissem construir a sua trajetória institucional. Meu olhar percorreu todo o prédio e observei variados tipos de placas e quadros afixados em suas paredes: premiações e diplomas do CEJK; salas com placas em suas respectivas entradas homenageando professores; placas que exaltam os feitos institucionais; placas que registram ações governamentais e um grupo expressivo de placas em homenagem ao Professor Araken de Abreu e Silva. A partir desses elementos que sobreviveram ao tempo, busquei compreender o CEJK como um lugar de memória, valendo-me das contribuições de Pierre Nora (1993) e Jaques Le Goff (1990), autores trabalhados na disciplina, com o intuito de perceber como as placas e quadros lá encontrados colaboravam para a construção de uma memória institucional. Essa pesquisa resultou na construção do meu trabalho monográfico, orientado pela Prof^a Dr^a Lia Faria, intitulado “Colégio Estadual Júlia Kubitschek: memória, placas e um mito fundador” (SILVA JUNIOR, 2017).

Com a aprovação do meu trabalho monográfico, concluí o curso de Pedagogia em 2017. Nesse mesmo ano, concorri ao Mestrado em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação (ProPEd) da EDU/UERJ, para continuar a pesquisar sobre o CEJK sob a orientação da Prof^a Dr^a Lia Faria. Após um processo seletivo tenso e intenso, com análise documental, prova escrita, análise do projeto, entrevista e prova de língua estrangeira, fui aprovado, iniciando o curso em 2018.

Para a construção do projeto de pesquisa que culminou na elaboração dessa Dissertação de Mestrado, puxei alguns fios do meu trabalho monográfico. Até a sua elaboração, apenas Chaves (2000), em seu livro *Vestida de azul e branco como manda a tradição: cultura e ritualização na escola* fruto de sua tese de doutoramento, havia se debruçado no estudo do CEJK. Mesmo não sendo no campo da História da Educação, sua obra era de grande valia para a construção da minha monografia. Diante do cenário da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a autora (Chaves, 2000, p. 58) assinala que “a escola vivia um clima de muito rigor, tanto administrativo quanto pedagógico e disciplinar, consoante, mesmo, com o momento histórico da realidade social mais ampla, decorrente da ideologia da tecnoburocracia”.

Quando me deparei com essa afirmação na produção do meu trabalho monográfico, minha mente foi até o ano de 2014, no qual a Professora Lia Faria levou a turma da disciplina PPP à exposição: *Resistir é preciso*, organizada pelo Instituto Vladimir Herzog e promovida pelo Centro Cultural Banco do Brasil, tendo em vista os 50 anos do golpe civil-militar de 1964. Tal exposição reuniu um conjunto de obras de arte e documentos históricos que exibiam a militância dos artistas e da imprensa ao denunciar os abusos e crimes ocorridos no período ditatorial. Embora Chaves (2000) afirme que o CEJK vivia em um ambiente muito rigoroso no período, tanto no campo administrativo como pedagógico, a autora não se aprofunda nessa questão.

Diante dessa lacuna, me questionei: Quais as possíveis relações entre o percurso institucional do CEJK e o contexto da Ditadura Civil-Militar? Antoine Prost (2008, p. 75), sobre o papel fundamental do questionamento na construção do objeto histórico, assinala: “não existem fatos, nem história, sem um questionamento; nesse caso, na construção da história, as questões ocupam uma posição decisiva”.

A partir desse questionamento, com o objetivo de contribuir para a compreensão da educação brasileira no contexto da Ditadura Civil-Militar, realizei um levantamento² das pesquisas historiográficas já desenvolvidas sobre a temática, de modo a dialogar com a presente pesquisa.

O estudo histórico, para Michel de Certeau (2006, p. 73), “é produto de um lugar”. Ao escrever sobre a operação historiográfica, o autor pontua que a primeira etapa da pesquisa histórica é compreender o lugar social em que ela está inserida. Neste lugar, segundo o autor, se instauram os métodos, emergem os interesses, organizam-se os documentos e a proposição de questões. Certeau (2006) pontua a relevância do estabelecimento de um “estado da questão”, de modo a perceber “as problemáticas exploradas pelo grupo e os pontos estratégicos que constituem”, bem como “os pontos avançados e os vazios”, com o objetivo das novas pesquisas históricas empreendidas dialogarem com as demais produções desse lugar social (CERTEAU, 2006, p. 72).

Enquanto uma peça de crochê é construída solitariamente, a pesquisa histórica é um trabalho empreendido de modo coletivo. Uma peça nunca estará totalmente arrematada, mas sempre poderá ser continuada por outros sujeitos que, até mesmo,

² Tal levantamento foi realizado no âmbito da disciplina “Estudos Avançados em História da Educação I”, ministrada pela Prof^a Dr^a Sônia Câmara e pela Prof^a Dr^a Aline Pasche, durante o primeiro semestre de 2018.

podem desfazer os pontos já existentes e crocheter outros. Conforme assinala Marc Bloch (2002), a história é construída em cooperação. “Isolado”, segundo o autor (2002, p. 68), ninguém “compreenderá nada senão pela metade”. Assim, o levantamento que esse artigo apresenta permitirá a compreensão do lugar em que o debate referente a educação no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) está sendo tencionado no país, identificando a “rede” (CERTEAU, 2006, p. 72) de pesquisas históricas desenvolvidas, com os seus respectivos autores, instituições que realizam as discussões e os referenciais teórico-metodológicos acionados.

O estado da questão (CERTEAU, 2006) foi realizado a partir de revistas do campo da História da Educação. Sobre estas, Prost (2008, p. 81) salienta que “ao aceitarem ou recusarem artigos, as revistas são [...] espaços de poder”. Dessa maneira, as revistas, além de desempenharem o papel de divulgação das pesquisas historiográficas desenvolvidas, também representam um espaço de reconhecimento e legitimação pelos pares dessas pesquisas. O balanço da produção foi realizado a partir das seguintes revistas, com as respectivas qualificações dadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES):

- a) *Revista de História da Educação* (RHE), mantida pela Associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação (ASPHE/RS), com o apoio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), desde 1997. QUALIS/CAPES 2016 – A1;
- b) *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE) desde 2001, atualmente sediada na Universidade Estadual de Maringá (UEM). QUALIS/CAPES 2016 – A1;
- c) *Cadernos de História de Educação* (CHE), periódico publicado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação (NEPHE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com sua primeira edição no ano de 2002. QUALIS/CAPES 2016 – A2.

Através de uma leitura atenta dos sumários de todas as edições das revistas, foram localizados trinta e um artigos cujas pesquisas se desenvolveram no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e que fazem referência ao regime, com a predominância das publicações a partir do ano de 2010, com vinte e três artigos publicados desde então.

Seus autores, em sua maioria, são vinculados a instituições da Região Sudeste do Brasil, principalmente dos Estados de Minas Gerais e de São Paulo. Do mesmo modo, é digno observar que grande parte das pesquisas foram desenvolvidas no seio de universidades públicas do país, destacando a relevância dessas instituições no que concerne ao desenvolvimento de pesquisas historiográficas no campo da educação.

Uma parte desses artigos apenas situa o contexto em que a pesquisa realizada está inserida ou tangencia alguma questão relativa à Ditadura Civil-Militar (1964-1985), sem um aprofundamento nas discussões, como as pesquisas desenvolvidas por Cusati, Santos e Ávila (2017); Chapani (2012); Silva (2003); Oliveira (2006); Abbud e Ivashita (2017); Souza e Teixeira (2015); Ribeiro e Souza (2014); Rohden e Sá (2014); Souza e Lara (2013); Souza (2012); Silva, Silva e Silva (2012); Oliveira e Silva (2011); Mendonça (2008); e Lemos e Araújo (2003).

No que tange às pesquisas que se aprofundam em questões educacionais relativas ao regime, a maior parte das problemáticas exploradas nos demais artigos – os “pontos avançados” (CERTEAU, 2006, p. 72) – se concentram nos seguintes eixos focais, que também evidenciam as fontes históricas privilegiadas pelos autores em suas pesquisas: o estudo por meio de leis e decretos educacionais do período (FILGUEIRAS, 2015; ARONI, 2017; GATTI JUNIOR, 2010; CELESTE FILHO, 2017; MAZZANTE, 2005; SUBTIL, 2012); a investigação a partir de impressos (REVAH; TOLEDO, 2011; GODOY, 2013; GRAZZIOTIN; FRANK, 2013; HUERTA, 2018); a pesquisa por meio das memórias de estudantes e professores do período (SILVA; FARIAS; SILVA, 2016; CIAMPI; GODOY, 2017; ALMEIDA; GOMES, 2017; MARTINS, 2001); e a pesquisa sobre as instituições escolares (OLIVEIRA; BARBOSA, 2017; FILHO; CAMPOS, 2007; FILHO; SILVA, 2009).

A leitura dos artigos supramencionados possibilita uma compreensão multifacetada da educação na Ditadura Civil-Militar (1964-1985), a partir dos percursos trilhados por cada autor, com seus respectivos objetos de pesquisa, recortes temporais e as fontes utilizadas. A partir de suas escolhas, revelam os ideais do regime, demonstrando o caráter impositivo destes para a construção e manutenção da ordem e segurança com vistas ao progresso e ao desenvolvimento através da educação. Do mesmo modo, como tais imposições são recebidas nas instituições educacionais e pelos seus sujeitos, evidenciando lócus de resistência e de sujeição aos ditames do regime.

As pesquisas que mais dialogam com esse trabalho foram as desenvolvidas por Anelise Oliveira e Raquel Barbosa (2017), Wolney Filho e Camila Campos (2007) e José Filho e Wilney Silva (2009), uma vez que analisam o percurso de instituições escolares no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964-1985). Em especial, a pesquisa dos últimos autores (2009), pois estudam uma instituição formadora de professores. Filho e Silva (2009) enfocam que a criação da Escola Normal de Porteirinha em 1964, no Estado de Minas Gerais, estava intimamente ligada aos interesses da defesa nacional aliada ao desenvolvimento e ao progresso, de modo a formar professores para a região com o intuito de construir uma ordem social pautada nos ditames do regime militar.

Sobre a pesquisa historiográfica em instituições escolares, Maria Angélica Coutinho (2020) assinala que talvez seja a temática mais estudada no campo da História da Educação. Para a pesquisadora, a investigação sobre esses espaços é importante, pois

investigar as instituições escolares, identificar e compreender as suas origens, relacionar a que grupos sociais e a quais interesses estas estavam vinculadas, como se desenvolveram é tarefa fundamental para a compreensão da atualidade educacional (COUTINHO, 2020, p. 12).

A respeito das instituições escolares, Ana Waleska Mendonça e Libânia Xavier (2009) pontuam que

cada escola possui uma cultura ímpar, particular e específica, que corresponde aos modos de apropriação das normas burocráticas e dos ditames do poder político, engendrando formas próprias de (re)criação dos imperativos de ordem econômica, política e institucional, e constituindo práticas pedagógicas características, em sintonia com as formas de expressão cultural vigentes no seu meio social (MENDONÇA; XAVIER, 2009, p. 12).

O estudo histórico da cultura escolar, segundo Dominique Julia (2001, p. 9), não pode acontecer desconexo do “exame preciso das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém, a cada período de sua história, com o conjunto das culturas que lhe são contemporâneas”. O autor (2001, p. 9) compreende a cultura escolar “como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”.

Apesar do Estado determinar as resoluções educacionais, cada escola é única. Cada instituição escolar possui uma forma específica de se apropriar das questões que são impostas a ela, em uma relação recíproca com o meio social em que está

inserida. Do mesmo modo, as instituições escolares não existem de maneira isolada, mas apresentam reflexos da sociedade em que está inserida. Ao mesmo tempo que são transformadas pelo meio social, o transformam, em uma relação mútua.

Diante do levantamento realizado, percebo que ainda são poucos os estudos sobre instituições escolares no período, o que abre, dessa maneira, possibilidades de pesquisa neste complexo cenário da história brasileira, bem como reflexões acerca de novos caminhos a serem percorridos, entendendo que “a escrita histórica nunca estará encerrada” (PROST, 2008, p. 80), pois, como assinala Bloch (2002, p. 151) “a história, não esqueçamos, ainda é uma ciência em obras”, onde o passado é permanentemente construído e reconstruído.

Além disso, Fábio Lima (2017) identifica que há uma carência de pesquisas sobre as demais Escolas Normais do Rio de Janeiro, uma vez que a maioria dos estudos enfocam o Instituto de Educação. Segundo o autor,

apesar da importância da história da formação de professores primários na Cidade, atualmente temos mais estudos acadêmicos focados no Instituto de Educação tijucano, deixando de lado instituições igualmente tradicionais como a Escola Normal Carmela Dutra, Escola Normal Sarah Kubitschek, Escola Normal Heitor Lira, Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral e Escola Normal Júlia Kubitschek (LIMA, 2017, p. 08).

Em um estudo sobre a educação na Ditadura Civil-Militar no contexto paranaense, Nadia Gonçalves e Serlei Ranzi (2012, p. 7-8) também assinalam que mais pesquisas precisam ser desenvolvidas acerca da educação no período. As autoras pontuam que “ainda são poucas as pesquisas sobre o tema que permitam entender como a escola e os seus diferentes interlocutores reagiram em relação às diretrizes dos governos militares”.

Segundo Gonçalves e Ranzi (2012), o período da Ditadura Civil-Militar é paradoxal, pois

ao mesmo tempo em que foi o mais duro, autoritário e repressivo, com muitas contestações, também foi de euforia, por várias razões, como a Copa do Mundo de futebol de 1970 e a vitória brasileira, e o crescimento econômico e os seus reflexos em emprego, urbanização e na cultura do país, que contribuíram significativamente para a adesão e o apoio de boa parte da população, às diretrizes desenvolvimentistas do governo (GONÇALVES; RANZI, 2012, p. 7).

Em tal contexto, a educação, de acordo com Mazzante (2005, p. 73), era considerada um elemento relevante para a reestruturação social, econômica e política do país, qual “mediadora da formação do povo destinado ao avanço da nação”, como

um setor que possibilitaria a concretização dos ideais de segurança, ordem e desenvolvimento nacional do regime.

Tendo como parâmetro as considerações até aqui tecidas, tenho como foco principal nessa Dissertação compreender o percurso da Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK)³ no contexto da Ditadura Civil-Militar, de modo a perceber indícios (GINZBURG, 2007) de apoio institucional ao regime e suas diretrizes. Para isso, pretendo, inicialmente, situar os processos de fundação da ENJK, de modo a dialogar fontes próprias com pesquisas já desenvolvidas sobre a instituição. Do mesmo modo, compreender o golpe civil-militar de 1964, que inaugurou o período ditatorial, e a postura da instituição no seu desenrolar. Por fim, objetivo perceber a participação da instituição em projetos educacionais do regime.

O recorte temporal do presente estudo compreende o período em que a instituição analisada recebia a nomenclatura de Escola Normal. Desse modo, estenderá a sua análise a partir dos processos de criação da ENJK em 1960 até o ano de 1973, quando a nomenclatura Escola Normal é extinta no Estado da Guanabara, em um atendimento a Lei 5692/1971 que previa o exercício do magistério por meio de uma habilitação específica em 2º grau (LIMA, 2017), assim como outras habilitações técnicas. Nesse recorte, os anos de 1964 e 1973 compreendem o período da Ditadura Civil-Militar (DREIFUSS, 1986).

A hipótese da presente pesquisa é que há indícios (GINZBURG, 2007) no percurso institucional da ENJK de apoio à Ditadura Civil-Militar, sendo tal apoio formado pelos discursos (FOUCAULT, 2013) que circulavam em defesa do golpe civil-militar e do período ditatorial que se desdobrou em seguida. Como uma instituição formadora de professores, tal apoio se revelaria através da participação da instituição em projetos educativos do regime, que tinham a intenção de construir uma base para a sua manutenção (NAPOLITANO, 2014).

Para atingir os objetivos desse estudo e para a verificação de sua hipótese, fui em busca de “pistas, sintomas, indícios” (GINZBURG, 2007, p. 154) que conduzissem à trajetória da ENJK no período delimitado. Conforme assinala Certeau (2006, p. 85), o fazer histórico é uma prática mediatizada pela técnica, no qual “‘ir aos Arquivos’ é o enunciado de uma lei tácita da história”. Nos arquivos, o historiador pode encontrar os

³ Entre 1960 e 1973 (LIMA, 2017), o atual Colégio Estadual Júlia Kubitschek (CEJK) era nomeado Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK), nomenclatura que será utilizada daqui em diante tendo em vista o recorte temporal da pesquisa.

documentos que elegerá como fontes para a construção da sua versão do passado, entendendo-os não como detentores da verdade, mas como “‘vestígio’ quer dizer, a marca, perceptível aos sentidos, deixada por um fenômeno em si mesmo impossível de captar” (BLOCH, 2002, p. 73). Os documentos não falam por si só, mas, sim, na medida em que são interrogados pelo historiador, assumindo este um papel problematizador, sem passividade diante do que os documentos testemunham.

Encontrar e reunir os documentos que precisa, segundo Bloch (2002, p. 82), “é uma das tarefas mais difíceis do historiador. De fato, ele não conseguiria realizá-la sem a ajuda de guias diversos: inventários de arquivos ou de bibliotecas, catálogos de museus, repertórios bibliográficos de toda a sorte”. Assim, os arquivos que recorri para encontrar os rastros do percurso da ENJK na Ditadura Civil-Militar são: o arquivo da instituição e o arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN).

Tais arquivos serão compreendidos, na perspectiva do historiador francês Pierre Nora (1997; 1993), como lugares de memória. O autor define lugares de memória como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer” (NORA, 1997, p. 2.226). Nora (1993, p. 12) acentua, ainda, que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”. Para o autor, estes lugares congregam rastros, vestígios e caminhos do passado, com o objetivo de fossilizá-los na história.

Sobre a pesquisa histórica, Maria João Mogarro (2005, p. 79) assevera que instituições escolares “são estruturas complexas, universos específicos, onde se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo”. Paralelamente, a autora pontua que tais instituições apresentam

uma identidade própria, carregada de historicidade, sendo possível construir, sistematizar e reescrever o itinerário de vida de uma instituição (e das pessoas a ela ligadas), na sua multidimensionalidade, assumindo o seu arquivo um papel fundamental na construção da memória escolar e da identidade histórica de uma escola (MOGARRO, 2005, p. 79).

Nesse sentido, a autora (2005) destaca que o arquivo escolar se constitui como um espaço privilegiado de fontes para que se compreenda a trajetória da instituição no meio social em que está inserida. Os documentos que são produzidos no interior das instituições escolares e que chegam até o presente através dos arquivos, possibilitam, para além da possível materialização de um fato, a compreensão de como os sujeitos da escola interpretam a realidade educativa em que estão inseridos.

A HDBN integra a Biblioteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional, que tem por missão preservar e proporcionar um acesso amplo ao seu acervo por intermédio da informatização, apresentando-se como uma importante fonte para informação e para a pesquisa. Nesse vasto acervo digital, a HDBN congrega variados periódicos nacionais dos séculos XIX e XX, como jornais e revistas, permitindo uma busca por palavras e por período em sua coleção. Tomei conhecimento desse acervo digital, através da defesa de uma Dissertação de Mestrado e uma Tese de Doutorado, no qual os pesquisadores utilizaram a HDBN para a busca de fontes em suas pesquisas (BORBA, 2017; LIMA, 2017). Desde então, tenho percebido a sua utilização em diversos trabalhos do campo da História da Educação.

Neste arquivo digital, a palavra consultada foi “Júlia Kubistchek”, com foco nos jornais que circularam entre as décadas de 1960 a 1970 no Rio de Janeiro. Poucas referências localizadas faziam menção à mãe de Juscelino Kubitschek, mas a grande parte se referia à Escola Normal que recebia o seu nome. Entre 1960 a 1969, foram identificadas 1.595 ocorrências para a palavra consultada. Já entre 1970 a 1979, foram localizadas 474 ocorrências. Nesse último período, a busca foi até o ano de 1973, tendo em vista a temporalidade delimitada. Cada uma das ocorrências foi analisada, com o intuito de perceber indícios (GINZBURG, 2007) nos jornais acerca do percurso da ENJK no período da Ditadura Civil-Militar e as suas relações.

Os vestígios encontrados nos periódicos foram tratados como fontes históricas, a partir das concepções de Tania Regina de Luca (2008). A historiadora (2008) ressalta “a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades” para a produção historiográfica, de acordo com as questões feitas pelo historiador a partir de sua problemática. Do mesmo modo, Raquel Discini de Campos (2012, p. 66) assinala que “o manuseio dessa fonte é uma das maneiras de aproximação mais profícuas encontradas pelos historiadores da educação rumo aos séculos XIX/XX”. Nesse manuseio, os jornais, quais documentos (LE GOFF, 1990), precisam ser encarados como um reflexo da sociedade que os fabricou por meio das relações dos que possuíam o poder para registrá-lo, devendo também ser entendido como um monumento repleto de intencionalidade em sua construção.

Após a incessante e árdua busca pelas fontes nos arquivos supramencionados, organizei os indícios encontrados de acordo com os objetivos da presente pesquisa, com o intuito de analisar esses fios e uni-los, ponto a ponto, nessa tessitura. A seguir, apresento os três capítulos desenvolvidos com as respectivas fontes localizadas e

utilizadas em sua construção, bem como os referenciais mais relevantes nas análises promovidas.

O primeiro capítulo tem o objetivo de situar os processos de fundação da ENJK, no então Estado da Guanabara (MOTTA, 1997). Tal compreensão se dará a partir da análise de um conjunto de cartazes localizadas no arquivo da instituição em comemoração aos seus quarenta anos, no ano de 2000, em um diálogo com as pesquisas já desenvolvidas sobre a instituição no campo da História da Educação (LIMA, 2017). Do mesmo modo, tem o intuito de analisar do contexto histórico no qual a investigação se insere, a partir de uma retomada histórica, política e social das décadas de 1950 e 1960, com o objetivo de promover a compreensão do contexto que culminou com a derrubada do Presidente João Goulart e a consequente tomada do poder pelos militares em 1º de abril de 1964 - processo entendido como um golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2014; DREIFUSS, 1986).

A seguir, o segundo capítulo tem o objetivo de compreender a postura da ENJK no desenrolar do golpe civil-militar de 1964 e os discursos ouvidos pelos sujeitos da instituição acerca do movimento. Por meio de jornais pesquisados na HDBN, objetiva compreender as comemorações em 21 de abril de 1964 realizadas na Guanabara que, para além de uma celebração à memória de Tiradentes, foi palco de discursos em defesa do golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2014; DREIFFUS, 1986), protagonizados pelas falas do Governador Carlos Lacerda, que entendia o movimento como uma revolução. Nessa ocasião, houve a participação das estudantes da ENJK através de um coral, com a regência da Professora Olintina Costa. Assim, tem o intuito de compreender as estudantes como ouvintes dos discursos, ao perceber a dimensão formativa da celebração e a consequente produção de subjetividades (FOUCAULT, 2010) acerca do cenário sociopolítico da época. Por fim, a terceira tem o objetivo de analisar o discurso de Carlos Lacerda às formandas da instituição de 1965, com o intuito de perceber a dimensão educativa da mudança de opinião do governador em relação aos acontecimentos de 1964 diante das estudantes.

O terceiro capítulo, em seguida, tem o objetivo de perceber a participação da ENJK em dimensões educativas do regime. A partir dos jornais localizados na HDBN, foram encontrados vestígios de participação da instituição no Movimento Brasileiro de Educação (MOBRAL). Assim, o capítulo tem o intuito de compreender os processos de criação e implementação do Mobral no Brasil, de modo a perceber os interesses por trás do movimento (PEDERIVA, 2015; GÓES; CUNHA, 1989). A seguir, através

dos jornais pesquisados na HDBN, tem o intuito de compreender a participação da ENJK no movimento que, conforme fala do Professor Araken de Abreu e Silva, seu então diretor, ela foi precursora.

Sobre a escrita do texto histórico, Certeau assinala (2006, p. 94): “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar”. Assim, o presente estudo se encerra com as suas considerações finais, que tem o objetivo de realizar uma retomada das discussões promovidas nos capítulos e ponderar a existência de indícios (GINZBURG, 2007) de apoio da ENJK à Ditadura Civil-Militar em seu percurso institucional, bem com apresentar outras possibilidades de pesquisa.

Ao escrever sobre a operação historiográfica, Certeau (2006, p. 96) faz o seguinte questionamento: “O que é que o historiador fabrica quando se torna escritor?” O autor responde que a escrita do historiador revela o que ele fabrica. Como um trabalho de um crocheteiro, esse estudo irá revelar a peça que foi possível ser fabricada até esse momento – repleto de desafios das mais diversas ordens –, a partir das agulhas escolhidas e dos fios multicolores da história encontrados nos arquivos.

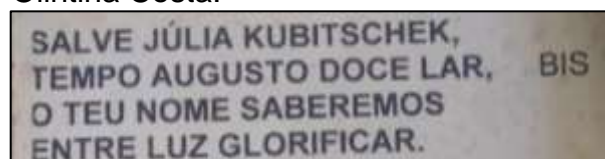
1 A CRIAÇÃO DA ENJK, O ESTADO DA GUANABARA E O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964

O presente capítulo organiza-se em duas seções. A primeira tem o objetivo de compreender os processos de criação da ENJK, a partir da análise de um conjunto de cartazes localizadas no arquivo da instituição em comemoração aos seus quarenta anos, no ano de 2000, com o apoio da tese de doutoramento de Fabio Correa Souza Lima (2017) intitulada *As Normalistas do Rio de Janeiro – O Ensino Normal Público Carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas*. A investigação se insere no contexto de fundação da Guanabara, que será analisada a partir do estudo "Que será do Rio?" - *Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro* desenvolvido pela historiadora Marly Silva da Motta (1997), uma vez que a instituição foi criada através da primeira lei do novo Estado, bem como pelo fato da Guanabara se constituir como o espaço geográfico no qual a pesquisa se desenvolve.

A seguir, a segunda seção objetiva compreender o contexto histórico no qual a investigação se insere, a partir de uma retomada histórica, política e social das décadas de 1950 e 1960, com o intuito de promover a compreensão do contexto que culminou com a derrubada do Presidente João Goulart e a consequente tomada do poder pelos militares em 1º de abril de 1964. Tal processo é entendido como um golpe civil-militar, conforme os estudos *1964: história do regime militar brasileiro*, produzido por Marcos Napolitano (2014) e *1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de estado*, desenvolvido por René Armand Dreifuss (1986), que serão umas das referências basilares desse estudo.

1.1 A primeira lei do Estado da Guanabara cria uma Escola Normal

Imagem 1: Refrão do hino da ENJK⁴, com letra de Geraldo de Menezes e música de Olintina Costa.



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição "40 anos CEJK", 2000 (Imagem produzida pelo autor)

⁴ Transcrição do texto da imagem: "Salve Júlia Kubitschek/ Tempo augusto doce lar/ O teu nome saberemos/ Entre luz glorificar".

Compreender os processos de criação da ENJK – instituição louvada no hino acima –, inseridos no contexto de fundação do Estado da Guanabara em abril de 1960 (MOTTA, 1997), é o objetivo dessa seção. Tal compreensão, se dará a partir da análise de um conjunto de cartazes de uma exposição realizada no ano de 2000 em comemoração aos quarenta anos da instituição, o que possibilitará, também, o entendimento de como os sujeitos que os produziram constroem e narram a história da instituição que integram. Do mesmo modo, contribuem para essa compreensão as pesquisas já desenvolvidas por Lima (2017) acerca da instituição.

Os cartazes foram localizados no arquivo do atual CEJK, entendido como um lugar de memória (NORA, 1993) da instituição, em um conjunto de caixas com a inscrição “Fotos Antigas”, conforme pode ser observado nas imagens a seguir:

Imagem 2 - Arquivo do CEJK. As caixas com a inscrição “Fotos Antigas” foram localizadas no círculo destacado na imagem



Fonte: Arquivo do CEJK (Imagem produzida pelo autor)

Imagem 3 - Caixa onde foram encontrados os cartazes



Fonte: Arquivo do CEJK (Imagem produzida pelo autor)

O espaço acima, um dos destinados à guarda de documentos na instituição, também é um ambiente de depósito de materiais, o que inclui os de uso cotidiano na escola, como lápis e papel, e até mesmo móveis que não estão em utilização no momento, como mesas e cadeiras. Apesar de alguns elementos estarem identificados, o arquivo não possui uma lógica organizacional, pois os documentos parecem estar dispostos de maneira aleatória, sem uma ordenação aparente, o que torna árduo o processo de pesquisa.

O arquivo escolar, de acordo com os estudos de Maria João Mogarro (2005), se constitui como um espaço privilegiado de fontes para que se compreenda a trajetória de uma instituição no meio social em que está inserida. A partir do conceito legal de arquivo, Ruy Hermann Araújo Medeiros (2003, p. 2) define os arquivos escolares como “conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por instituições públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos”. Todavia, os documentos nele encontrados não representam tudo o que foi a instituição escolar, mas são resultados de uma escolha efetuada pelos seus sujeitos, em diversos momentos, entre o que deveria ser preservado ou descartado.

Tais documentos, a partir do pensamento de Mogarro (2005, p. 90), não revelam uma realidade que se encontra escondida neles,

mas constituem eles próprios, enquanto modos de expressão da linguagem e das estruturas mentais, sistemas de construção dessa realidade, que prescrevem tanto como a descrevem, sendo produtos materiais da mediação entre as realidades pessoais e sociais (MOGARRO, 2005, p. 90).

Assim, os documentos que são produzidos no interior das instituições escolares e que chegam até nós através dos arquivos, possibilitam, para além de uma possível materialização de um fato, a compreensão de como os sujeitos da escola interpretam a realidade educativa em que estão inseridos.

Nailda Bonato (2005), a partir do pensamento de Diana Vidal (2000), afirma que no processo de descarte dos arquivos escolares, os primeiros documentos a serem suprimidos são as produções de professores e alunos, como diários de classe, planos de aula e cadernos dos estudantes, com a prioridade de guarda para os chamados documentos oficiais, como o Diário Oficial, que não são suficientes para a compreensão do cotidiano escolar em suas múltiplas dimensões. Por outro lado, os

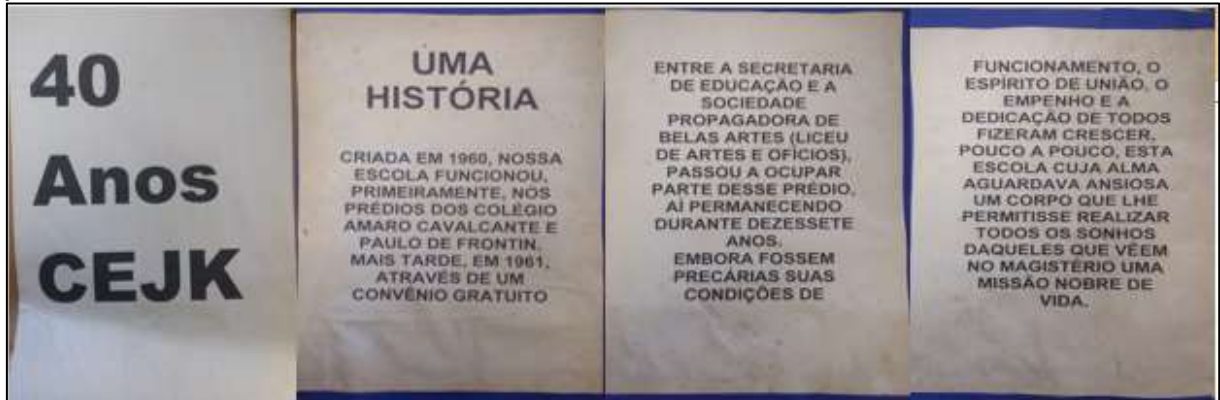
cartazes localizados no arquivo do atual CEJK revelam a guarda de um material produzido pelos sujeitos da instituição por ocasião do seu jubileu de rubi. Como aponta Vidal (2000, p. 41), documentos como esses permitem compreender “facetadas do cotidiano” escolar. Nesse caso, os cartazes se constituem como indícios (GINZBURG, 2007) do interesse da comunidade escolar em construir e apresentar a um público uma narrativa acerca da história institucional.

Ainda, de acordo com a perspectiva Pierre Nora (1993), os cartazes podem ser percebidos como “lugares de memórias”. O autor (1997, p. 2.226) define lugares de memória como “toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”. De igual modo, salienta que o objetivo de tais lugares é parar o tempo, evitar o esquecimento e tornar o incorpóreo concreto, com atribuição de um maior número de sentidos possíveis em ínfimos vestígios. Nora (1993, p. 12) acentua que “os lugares de memória são, antes de tudo, restos”.

Os cartazes construídos por ocasião dos quarenta anos no CEJK, quais lugares de memórias concebidos pela vontade dos seus sujeitos, não reúnem toda a trajetória da instituição, mas congregam rastros, vestígios e caminhos do passado, com o objetivo de fossilizá-los na história. Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 462) “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas” o resultado de uma “uma escolha efetuada”.

Os sujeitos que produziram os cartazes, provavelmente docentes em parceria com discentes, uma vez que não foi localizado os nomes de seus produtores nos materiais, nomearam a exposição de “40 anos CEJK”. Assim, iniciam a construção dessa narrativa institucional com o seguinte texto assinado por um dos sujeitos que dirigiram a instituição ao longo de sua trajetória:

Imagem 4 - Início dos cartazes da exposição “40 anos CEJK”, com um texto⁵ assinado pelo Professor Araken de Abreu e Silva



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição “40 anos CEJK”, 2000 (Imagem produzida pelo autor)

A imagem acima foi resultado de uma composição dos recortes encontrados no arquivo, pois o material foi encontrado desmembrado, provavelmente para que fosse possível a guarda nas caixas destinadas para ele. A realização desse procedimento, pode revelar uma intencionalidade do sujeito que o fez em preservar a produção da comunidade escolar. Além dessa ação, a caixa foi categorizada com a inscrição “Fotos Antigas”, possivelmente para que a localização futura fosse facilitada, com a classificação do material que reúne e da sua marca na temporalidade. Os cartazes foram colocados em tal caixa, possivelmente por conter uma grande quantidade de fotografias. Esses atos de preservação, minimizam a possível ideia de o material constar no arquivo por simples obra do acaso.

Na materialidade dos cartazes, que foram localizados no arquivo quase duas décadas após a sua construção, pode-se observar papéis brancos, amarelados pela ação do tempo, dispostos sobre um papel cartão azul marinho, como uma referência ao tradicional “uniforme azul-branco”, utilizado pelas estudantes, emblema referenciado no Hino “Avante Normalistas” – composto pela Professora Olintina Costa (LIMA, 2017, p. 196) – um dos símbolos das Escolas Normais do Rio de Janeiro.

No subtítulo “Uma história”, percebe-se a utilização do artigo indefinido “uma”, ao invés do artigo definido “a”, o que conduz ao entendimento de que os produtores

⁵ Transcrição do texto da imagem: “Criada em 1960, nossa escola funcionou, primeiramente, nos prédios dos colégios Amaro Cavalcanti e Paulo de Frontin. Mais tarde, em 1961, através de um convênio gratuito entre a Secretaria de Educação e a Sociedade Propagadora de Belas Artes (Liceu de Artes e Ofícios), passou a ocupar parte desse prédio, aí permanecendo durante dezessete anos. Embora fossem precárias suas condições de funcionamento, o espírito de união, o empenho e a dedicação de todos fizeram crescer, pouco a pouco, esta escola cuja alma aguardava ansiosa um corpo que lhe permitisse realizar todos os sonhos daqueles que veem o magistério uma missão nobre de vida”.

dos cartazes apresentam uma versão da história da instituição, entre tantas possíveis, uma vez que podem ser escritas variadas histórias de acordo com a visão de quem produz e das fontes com as quais dialoga.

Para construírem e apresentarem ao público uma história institucional, observa-se que os construtores dos cartazes colheram o testemunho de um dos sujeitos que integraram a instituição ao longo de sua trajetória, com o intuito deste contribuir para a constituição de uma narrativa. Na escrita produzida pelo Professor Araken de Abreu e Silva, que atuou como diretor da instituição entre os anos de 1969 a 1985, pode-se identificar um foco narrativo centrado na busca da ENJK por um prédio próprio – da alma em busca do seu corpo, conforme alegoria empregada pelo autor. O texto assinala que a instituição foi criada em 1960, mas não evidencia o contexto dessa fundação, apenas situa que ela foi abrigada por outras instituições em seu percurso, a saber: os atuais Colégio Estadual Amaro Cavalcanti e o Colégio Estadual Paulo de Frontin, durante o ano de 1960, e o Liceu de Artes e Ofícios, mantido pela Sociedade Propagadora de Belas Artes, entre os anos de 1961 e 1978.

Os estudos de Lima (2017) contribuem para o preenchimento da brecha existente no texto do Professor Araken de Abreu e Silva. Por perceber uma lacuna historiográfica na pesquisa e produção acerca da formação de professores na cidade do Rio de Janeiro que, segundo Lima (2017), focalizam o Instituto de Educação (IE), o autor tem como um dos objetivos da sua tese compreender o contexto de criação das demais Escolas Normais do Rio de Janeiro, a saber: Escola Normal Carmela Dutra (ENCD), Escola Normal Sarah Kubitschek (ENSK), Escola Normal Heitor Lira (ENLH), Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral (ENIAA) e Escola Normal Júlia Kubitschek (ENJK).

Sobre o ingresso nas Escolas Normais, Lima (2017) destaca que a conquista de uma vaga se dava através de um disputado processo seletivo, tendo em vista que a aprovação não garantiria apenas a formação, mas o ingresso no magistério público após concluí-la. Na seção de sua tese intitulada “A Ordem do Presidente: Escola Normal Júlia Kubitschek” (LIMA, 2017, p. 200), o autor contextualiza o processo de criação da instituição. A partir da análise de jornais diários da época, pontua que processo seletivo para novas turmas de normalistas em 1959 terminou com um grande número de excedentes, ou seja, candidatas que foram aprovadas, mas que não se inseriram no número de vagas oferecido pelas Escolas Normais. Diante desse fato, como já havia acontecido em processos anteriores, os pais das candidatas

excedentes, descontentes e com o interesse de garantirem a vaga tão almejada, resolveram pressionar a Câmara dos Vereadores e Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, para a garantia de vagas nas referidas escolas.

Lia Faria (1997), em seu estudo *Ideologia e utopia dos anos 60: um olhar feminino*, destaca o que significava o ingresso em uma Escola Normal para essas candidatas:

As representações sobre este ingresso na escola normal, principalmente para aquelas mulheres com dificuldades financeiras, foram: muita responsabilidade; segurança após o concurso, com a certeza de emprego público garantido; afirmação através do trabalho; independência e liberdade através do salário fixo. A estabilidade do emprego público era um mito a ser perseguido, já que muitos pais dessas normalistas eram funcionários públicos, civis ou militares (FARIA, 1997, p. 128).

Tais interesses levaram as candidatas excedentes, juntamente com os seus familiares, a empreenderem uma luta em prol do aumento do número de vagas com a criação de uma nova instituição. O movimento, segundo Lima (2017), se deu em um momento marcado por inúmeras pressões políticas, com sujeitos prós e contra a abertura de novas vagas. Entre os favoráveis, estavam os pais das alunas, que contrataram o advogado Jorge Chaloupe Sobrinho para defender a causa, alguns vereadores que queriam se aproveitar politicamente da situação e o jornal *Diário Carioca*, que apoiava a causa em suas páginas. Por outro lado, integravam os contrários a abertura de uma nova instituição, o Secretário de Educação e Cultura Américo Lacombe, que considerou insuficientes as notas das excedentes nos exames, e o Prefeito José Joaquim de Sá Freire Alvim, que não queria se envolver na situação por estar ciente da breve transferência da capital brasileira da cidade do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília. Igualmente, como uma manifestação contrária, as alunas das cinco Escolas Normais do Rio de Janeiro entraram em greve, denunciando as péssimas condições de funcionamento das instituições já existentes face à possibilidade de criação de uma nova escola para a matrícula das que excederam ao número de vagas do processo seletivo.

Neste cenário, Lima (2017) destaca que os pais das alunas excedentes foram até o Palácio do Catete, em um encontro com o Presidente Juscelino Kubitschek, que chefiou o Poder Executivo entre os anos de 1956 a 1961, para que ele contatasse a Prefeitura do Rio de Janeiro em prol da causa. Na sessão da Câmara dos Vereadores de 1º de abril de 1960, o vereador Amando da Fonseca, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), disse que, através de um telefonema, o presidente Juscelino

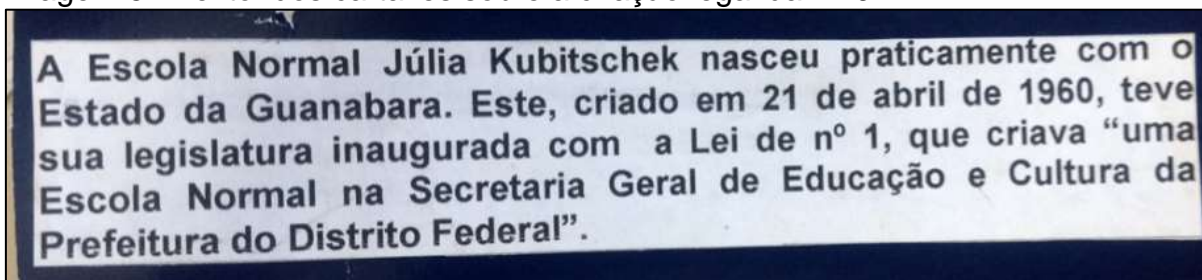
Kubitschek havia dado a ordem para a matrícula das candidatas excedentes do processo seletivo para as Escolas Normais de 1959.

A atitude do Chefe do Executivo recebeu muitas manifestações contrárias, entre as quais destacam-se: um grupo de vereadores consideravam a ação do Presidente da República como uma interferência de uma esfera de poder sobre a outra; aumentou insatisfação das estudantes das Escolas Normais, que organizaram diversas passeatas contra a abertura de uma nova escola, idas ao Palácio do Catete para audiências com Juscelino Kubitschek, que não as recebia, e ocupação do auditório da Câmara dos Vereadores durante as sessões; e resultou no pedido de demissão de Américo Lacombe, Secretário de Educação e Cultura, bem como dos diretores do IE e da ENCD, conforme destacado por Lima (2017). Apesar dessas manifestações, o vereador Frederico Trotta, do Partido Social Democrático (PSD), mesmo partido de Juscelino Kubitschek, apresentou em 8 de abril de 1960 um projeto para a criação de mais uma Escola Normal para abrigar as excedentes, que foi aprovado no mesmo dia com 32 votos favoráveis e 4 contrários.

No agitado contexto da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, o projeto não teve tempo de se transformar em lei pela Câmara dos Vereadores. Havia uma obstrução na pauta, uma vez que os vereadores estavam preocupados com a manutenção dos seus mandatos com a mudança. A aprovação da lei só foi possível quando a transferência da capital foi realizada e a cidade do Rio de Janeiro foi transformada em Estado Guanabara. Segundo Lima (2017), enquanto as demais Escolas Normais haviam sido criadas pelo Distrito Federal, a nova instituição seria a primeira fundada pelo Estado da Guanabara, com o então governo provisório de José Sette Câmara Filho. A instituição inaugurou a legislatura do novo Estado, através da Lei nº 1 de 26 de abril de 1960, que cria uma Escola Normal.

Referente a criação da instituição, um dos textos dos cartazes assinala, ainda com a referência ao Rio de Janeiro como Distrito Federal:

Imagem 5 - Texto⁶ dos cartazes sobre a criação legal da ENJK.



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição “40 anos CEJK”, 2000 (Imagem produzida pelo autor)

Acerca do processo histórico da transferência da capital, Motta (1997, p. 5) ressalta que o interesse de Juscelino Kubitschek em transferi-la do Rio de Janeiro para Brasília se deu em virtude de a cidade ter sido palco de intensos movimentos sociais, tornando-se turbulenta e ameaçadora aos seus interesses, em especial a partir da “ampla mobilização popular durante o último governo Vargas, bem como da conspiração golpista que se seguira, e que quase impedira a sua posse”. Apesar das posições contrárias à mudança, com protagonismo para Carlos Lacerda através de seu jornal *Tribuna da Imprensa*, que duvidava da possibilidade de transferência, Juscelino Kubitschek inicia as obras da futura capital do país em 1957, com projeto de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, e a inaugura em 21 de abril de 1960.

Ao refletir sobre o que aconteceria com a cidade do Rio de Janeiro após a transferência da capital para Brasília, Motta (1997) analisa as tensões entre as diferentes proposições sobre o destino da cidade, entre as quais destacam-se: tornar-se uma cidade livre ou território federal; fundir-se com o Estado do Rio de Janeiro; ou tornar-se Estado da Guanabara. Os parlamentares refletiam sobre qual seria a saída mais honrosa para o Rio de Janeiro, de modo a manter a posição alcançada ao longo do seu processo histórico ao deixar de ser Capital do Brasil.

Em seu estudo, Motta (1997) faz uma extensa análise dos acalorados debates em torno do destino da cidade do Rio de Janeiro, no qual o Poder Legislativo representou o palco principal das discussões, com diferentes pensamentos e projetos para solucionar a questão, com centralidade para dois partidos hegemônicos na época: o PTB e a União Democrática Nacional (UDN). Segundo a historiadora (1997, p. 2), apesar do contexto político da época, o debate se pautou, fundamentalmente,

⁶ Transcrição do texto da imagem: “A Escola Normal Júlia Kubitschek nasceu praticamente com o Estado da Guanabara. Este, criado em 21 de abril de 1960, teve a sua legislatura inaugurada com a Lei de nº 1, que criava uma ‘Escola Normal na Secretaria Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal’”.

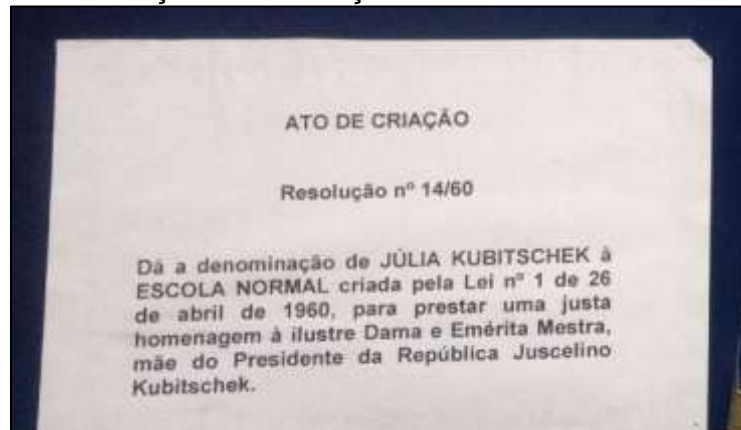
no passado da cidade como capital do Império e da República – constituidor da sua identidade política como “‘vitrine’ do Brasil e ‘caixa de ressonância’ dos problemas nacionais”.

Embora com pequeno território, fortes argumentos defendiam a criação da Guanabara, especialmente o fato dessa previsão constar na Constituição de 1946, da existência de uma economia privilegiada, como segundo maior detentor de indústrias do país, além de uma ampla liderança política com expressividade nacional. Assim, Motta (1997, p. 12) assinala que a “Guanabara já nasceria forte e, para garantir esse lugar, precisaria implantar uma política de estadualização e montar uma estrutura de poder local, apesar do seu minguado território”. Após intensos e acalorados debates e

Aprovada a determinação de que a última sessão no Rio de Janeiro se daria a 14 de abril de 1960, estava assim estabelecida a data fatal para a organização da Guanabara. Graças ao pedido de urgência para a votação do substitutivo San Tiago Dantas, na madrugada do dia 12 foi aprovada a Lei nº 3.752, com "normas para a convocação da Assembleia Constituinte da Guanabara e outras providências", conhecida como Lei San Tiago Dantas, e considerada a certidão de nascimento do mais novo estado da federação brasileira. Finalmente, a Guanabara conseguiu tornar-se mais uma estrela na bandeira nacional, a estrela Beltegeuse, da constelação de Orion, colocada acima da faixa em que se vê escrito “Ordem e Progresso” (MOTTA, 1997, p. 26-27).

O novo Estado, conforme já mencionado, inaugura a sua legislatura ao criar uma Escola Normal, mas não lhe atribuiu um nome. Lima (2017) aponta que Frederico Trotta, o autor do projeto para a criação da nova escola, desejava que ela se chamasse Estácio de Sá. Em contrapartida, as alunas decidiram prestar um tributo à mãe de Juscelino Kubitschek, Júlia Kubitschek, em virtude da contribuição do Presidente na causa das candidatas excedentes. Ao mesmo tempo, Júlia Kubitschek havia sido professora primária, o que fez a escolha do seu nome prevalecer para uma instituição formadora de professores para o Ensino Primário. Acerca da escolha da patrona da instituição, os cartazes apresentam o seguinte texto:

Imagem 6 - Texto⁷ dos cartazes sobre a denominação da instituição



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição “40 anos CEJK”, 2000 (Imagem produzida pelo autor)

Além do ato de criação e denominação da instituição, uma fotografia de Júlia Kubitschek integra os cartazes, conforme apresentado pela imagem a seguir:

Imagem 7 - Fotografia de Júlia Kubitschek constante nos cartazes



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição “40 anos CEJK”, 2000 (Imagem produzida pelo autor)

Ao lado da fotografia da patrona, os autores dos cartazes apresentam os seguintes dados biográficos de Júlia Kubitschek de Oliveira:

⁷ Transcrição do texto da imagem: “ATO DE CRIAÇÃO/ Resolução nº 14/60/ Dá a denominação de JÚLIA KUBITSCHKEK à ESCOLA NORMAL criada pela Lei nº 1 de 26 de abril de 1960, para prestar uma justa homenagem à ilustre Dama e Emérita Mestra, mãe do Presidente da República Juscelino Kubitschek.”

A morte de João César de Oliveira, caixeiro-viajante, em 1905, aos 35 anos de idade, fez viúva D. Júlia Kubitschek de Oliveira, Professora Primária. Aos 28 anos, desamparada financeiramente, D. Júlia criou seus dois filhos, Maria Luísa de 4 anos e Juscelino, de 3, com disciplina, tenacidade e amor. Eufrosina, a outra filha do casal, falecera antes do pai. Vivendo em Diamantina, Minas Gerais, a professora Júlia ganhava pouco mais de cem mil réis, à custa de uma légua e meia de caminhada diária, entre a casa e a escola. Morreu em Belo Horizonte, em 1971, tendo a felicidade de ter um de seus filhos, a figura inquestionável de realizador dinâmico e cheio de fé no Brasil. O filho da professora primária, viúva e pobre, chegou a Presidente da República (ARQUIVO DO CEJK. Exposição “40 anos CEJK”, 2000)

A biografia acima, sem a identificação do seu autor, não apresenta o ano de nascimento de Júlia Kubitschek, em 1873, mas atrela o início de sua vida à morte de seu cônjuge, o que resultou em muitas dificuldades financeiras na criação dos filhos. O texto identifica a biografada como “professora primária, viúva e pobre”, com o foco em uma vida difícil, tanto no aspecto familiar quanto profissional. Apesar desses fatores, enaltece Júlia Kubitschek como a mãe daquele que chegou ao cargo de Presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek.

Após a escolha do nome, Lima (2017, p. 221) diz que as “novas alunas organizaram uma caravana em direção à cidade de Diamantina (MG) para convidar Júlia Kubitschek para a inauguração da unidade, mesmo que ainda não tendo sede”. As estudantes confiavam que Juscelino Kubitschek, assim como foi capaz de construir Brasília, edificaria uma unidade para o funcionamento da instituição. Contudo, isso não aconteceu. Conforme a fala do Professor Araken de Abreu e Silva nos cartazes, o que pode ser observado na imagem 4, a ENJK dividiu instalações com outras instituições antes da construção do seu prédio próprio. Apesar da criação legal em 26 de abril de 1960, suas atividades só foram iniciadas em 15 de junho daquele ano, nas dependências da Escola Paulo de Frontin, sob direção da Professora Marilda Cavalcanti Horta. Um ano após, a instituição foi transferida para o Liceu de Artes e Ofícios, onde permaneceu até 1979, quando a sua unidade definitiva foi inaugurada, situada à Rua General Caldwell, nº 182, no Centro - Rio de Janeiro/RJ, na qual funciona até hoje (LIMA, 2017).

1.2 O contexto do golpe civil-militar de 1964

As discussões acerca do golpe civil-militar de 1964 (NAPOLITANO, 2014; DREIFUSS, 1986) inserem-se no contexto mais amplo da Guerra Fria – que se constitui como pano de fundo dessa seção – período que se desdobrou por cerca de

40 anos após a Segunda Guerra Mundial, no qual os Estados Unidos, líder do bloco dos países capitalistas, e a União Soviética, líder do bloco de países socialistas, travaram uma batalha, não bélica, em diversos setores, especialmente no campo ideológico. Tal conflito não se limitou às duas potências, mas se estendeu por diversos países, pois onde ocorresse confrontos os Estados Unidos apoiariam os seus aliados, assim como a União Soviética.

Napolitano (2014, p. 10) afirma que “o quadro geral da Guerra Fria, obviamente, deu sentido e incrementou os conflitos internos da sociedade brasileira, alimentando velhas posições conservadoras com novas bandeiras do anticomunismo”. Por um temor do avanço do comunismo nos países latino-americanos, o autor (2014) assinala que em 1961, durante o governo de John Kennedy foi criado a *United States Agency for International Development*⁸ (USAID), com o intuito de cooperar com o desenvolvimento desses países, o que permitia uma vigilância de perto, de modo a evitar com que o comunismo utilizasse o subdesenvolvimento da região como uma estratégia de expansão. No Brasil, Dreiffus (1986, p. 484) destaca que havia fortes “pressões de corporações multinacionais e as do governo norte-americano, juntamente com os efeitos acumulados da intervenção externa conservadora (como várias equipes brasileiro-americanas para programar o desenvolvimento)”.

As ações de João Goulart, segundo os estudos de Napolitano (2014) e Dreiffuss (1986), iam de encontro a alguns setores militares desde sua posse como Ministro do Trabalho em 17 de junho de 1953, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, que transcorreu entre os anos de 1951 a 1954. Enquanto ministro, João Goulart buscou uma aproximação efetiva com os sindicatos dos trabalhadores, de modo a atuar na resolução de conflitos entre os interesses dos trabalhadores e os interesses do capital. Também, aboliu a necessidade de comprovação ideológica dos dirigentes sindicais, que antes deveriam atestar, por meio de um documento construído a partir de suas vidas pregressas, que não eram comunistas ou subversivos. Do mesmo modo, prometeu uma política de valorização do salário mínimo, em um cenário de intensas mobilizações operárias em prol de melhores condições de trabalho no ano em que assumiu como ministro.

Tais atitudes, conforme pontua Napolitano (2014, p. 28), fizeram com que João Goulart garantisse um “lugar de honra na galeria dos inimigos da direita”. Diante de

⁸ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional.

suas ações, um grupo de coronéis lançou um manifesto em fevereiro de 1954, no qual denunciavam os aumentos vertiginosos no salário mínimo a despeito dos salários dos militares, especialmente os de baixa patente, o que poderia suscitar um ambiente de descontentamento nos quartéis e, por conseguinte, enfraquecer o recrutamento. Assim, pressionado por setores militares, Vargas demitiu João Goulart do cargo de Ministro do Trabalho. Apesar da justificativa corporativista do manifesto, o historiador (2014) assinala que os militares refletiam o pensamento da oposição política a Vargas, ao recearem a criação de uma República Sindicalista por meio de um estreitamento de laços entre o seu governo e as centrais sindicais. Nesse diapasão, Napolitano (2014, p. 29) assevera que “o pronunciamento dos coronéis de 1954 era o prenúncio dos generais golpistas de 1964”.

Através de uma aliança entre o PSD e PTB, considerados herdeiros do getulismo, Juscelino Kubitschek (PSD) é eleito Presidente da República em 1956 e João Goulart (PTB) é eleito Vice-presidente, conforme aponta Angela de Castro Gomes (2007). Nesse contexto, as eleições para os dois cargos eram independentes, o que implicava em campanhas próprias para cada um deles e na possibilidade de eleição de candidatos de chapas distintas. João Goulart, inclusive, recebeu mais votos que o próprio Juscelino Kubitschek. Como Vice-presidente, continuou a atuar na área trabalhista e sindical, devido às relações que havia construído enquanto Ministro do Trabalho do segundo governo Vargas. Portanto, suas ações continuaram a despertar a fúria da oposição conservadora, sobretudo de Carlos Lacerda, líder da UDN, que via no vice-presidente uma constante ameaça comunista.

Nas eleições de 1960, o PSD e o PTB não conseguiram perpetuar sua aliança. De acordo os estudos de Napolitano (2014), devido a uma aproximação do candidato à presidência de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), com o movimento popular e trabalhista enquanto esteve como Prefeito de São Paulo (1955-1959), líderes sindicais e populares o apoiavam para o cargo. Contraditoriamente, foi apoiado pela UDN como uma possibilidade de derrotar as heranças getulistas, uma vez que o partido não tinha votos para ganhar a eleição. Além do apoio a Jânio Quadros, os comitês sindicais apoiavam João Goulart para a vice-presidência, em virtude de sua atuação no cargo entre os anos de 1956 a 1960. Ambos candidatos eram de chapas diferentes, mas, como dito anteriormente, a eleição presidencial não era em bloco nesse momento. Assim, após saírem vitoriosos da eleição em 1960, Jânio Quadros assume como Presidente e João Goulart como Vice-presidente no ano

de 1961. Napolitano (2014, p. 31) assinala que Jânio Quadros não via em João Goulart um obstáculo, pois “calculava que com um vice odiado pela direita civil e militar teria mais margem de manobra para fortalecer o seu poder pessoal. Afinal, os conservadores temeriam um ato de renúncia e a consequente posse de seu vice”.

No início desse novo governo, o crescimento gerado durante a administração de Juscelino Kubitschek mostrava o seu outro lado, com aumento da inflação, da dívida externa e da corrupção, como aponta o historiador (2014). Para sanear essas problemáticas, Jânio Quadros pretendia, entre outras ações, congelar salários e tornar a política externa independente, o que significava que

o Brasil não deveria se alinhar automaticamente na política ocidentalista e anticomunista conduzida pelos Estados Unidos, mas, sim, ocupar novos espaços na geopolítica mundial com base no conceito de autodeterminação dos povos, para além da divisão bipolar da Guerra Fria (NAPOLITANO, 2014, p. 336).

Nesse período, Napolitano (2014) também ressalta que Jânio Quadros condecorou Ernesto Che Guevara, Ministro da Economia de Cuba e líder da Revolução Cubana de 1959, em 19 de agosto de 1961, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, o que gerou uma grande inquietação nos setores mais conservadores das Forças Armadas, da Igreja Católica e da imprensa, marcados por um pensamento profundamente anticomunista. A UDN, que havia apoiado Jânio Quadros no pleito eleitoral de 1960, agora o acusava, através de seu porta-voz Carlos Lacerda, de arquitetar um golpe de Estado, o que resultou em um rompimento do partido com o governo.

Com o seu isolamento, Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, após sete meses de governo, o que pode ser entendido, na visão de Napolitano (2014), como um autogolpe. Ao tomar essa decisão, segundo o historiador (2014), o Presidente tinha em mente dois pensamentos. A primeira ideia de Jânio era que o povo que o elegeu – um total de mais de seis milhões de votos – iria às ruas para que ele voltasse a Presidência, o que não se concretizou. O segundo cálculo político era que João Goulart, eleito vice-presidente, seria vetado pelos militares.

Na ocasião da renúncia, João Goulart estava em visita oficial à China, o que acarretou na constituição de uma junta militar para governar o Brasil, formada por: Odílio Denys, Silvio Heck e Grumm Moss. Segundo Napolitano (2014, p. 33), o fato do vice-presidente estar fora do país foi uma “sorte, pois se estivesse no Brasil seria preso pela junta militar”. Ao mesmo tempo, foi um “azar, pois, para a opinião pública,

a visita aos comunistas consolidava a pecha de subversivo e filo-comunista pela qual a direita rotulara o vice-presidente”.

A partir da renúncia de Jânio Quadros, houve uma intensa crise política no país. Com o objetivo de dar tempo para as lideranças internas – políticas e militares – controlarem a convulsão social, João Goulart tomou um caminho mais longo de volta ao Brasil, ao passar por diversos países.

O marechal Henrique Teixeira Lott, conhecido por ter uma postura nacionalista e em defesa da legalidade constitucional, expôs um manifesto na noite da renúncia de Jânio Quadros em que apresentava ao país o conflito existente nas Forças Armadas referente à posse ou não de João Goulart. Perante a tal divisão, convocava o povo brasileiro a se unir em defesa da Constituição, o que significava defender, diante da renúncia do Presidente, a investidura do vice-presidente eleito no cargo. Devido a essa ação, Odílio Denys, Ministro da Guerra e integrante da junta militar, ordenou a prisão de Lott.

Nesse espaço de tempo, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul e integrante do PTB, iniciou um movimento conhecido como Rede da Legalidade, no qual diversas emissoras radiofônicas foram utilizadas para defender a Constituição e a posse de João Goulart. O povo gaúcho, segundo Napolitano (2014), estava disposto a utilizar armas para defender o governo. Igualmente, tropas militares se mobilizavam entre São Paulo e o Rio Grande do Sul, com ordens de bombardeio ao Palácio Piratini, onde Brizola estava. Essas ações fizeram com que a probabilidade de uma guerra civil se concretizasse cada vez mais.

Outros segmentos da sociedade civil, como setores da imprensa, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a União Nacional dos Estudantes (UNE) e as centrais sindicais se uniram em defesa da constitucionalidade. De igual maneira, os parlamentares, ao empregarem uma política conciliatória, isolaram os radicais e no dia 29 de agosto de 1961 foram contra o impedimento de João Goulart, com 299 votos contrários e 14 favoráveis, conforme assinala Napolitano (2014). No entanto, aprovaram em 1º de setembro do mesmo ano o regime parlamentarista, em uma articulação prévia com setores militares, de modo a limitar os poderes de João Goulart como Presidente.

Deste modo, pacificada a crise, João Goulart chega ao Brasil através de Porto Alegre, no mesmo dia da aprovação da emenda parlamentarista. Segundo o historiador (2014), foi recebido friamente pela ala mais radical do PTB, uma vez que

aceitou a posse negociada. Para manter a paz nacional, João Goulart se manteve em silêncio e tomou posse como Presidente em 7 de setembro de 1961 – Dia da Proclamação da Independência do Brasil.

Acerca dessa conjuntura, Napolitano (2014) afirma que:

João Goulart foi empossado por um golpe de Estado civil, para evitar outro, militar. Podem-se celebrar as virtudes conciliadoras do arranjo político que instituiu o parlamentarismo em setembro de 1961, depois da confusão causada pela renúncia de Jânio Quadros. O fato de não ter acontecido uma guerra civil de proporções consideráveis não deixa de ser um mérito da engenharia política brasileira. Mas não se pode negar o caráter golpista do parlamentarismo, apelidado de “golpe branco” pelos setores mais à esquerda. Ainda mais porque, desviando-se do próprio princípio parlamentar, o chefe de Estado não podia dissolver o Congresso e convocar novas eleições. Ou seja, o importante era tirar os poderes de Goulart e não criar um sistema político robusto e administrativamente eficaz (NAPOLITANO, 2014, p. 38).

Assim, João Goulart inicia o seu governo através de um golpe civil, mas não conseguiria terminá-lo. Em 1º de maio de 1962 – Dia do Trabalhador –, ao discursar para operários da Usina de Volta Redonda, se posicionou contra o parlamentarismo, uma vez que, segundo ele, esse sistema não resolveria os problemas nacionais. Do mesmo modo, apresentou em seu discurso a necessidade de se reformar a Constituição, com o intuito de abrir caminho para a realização de reformas de base, entre as quais destacam-se: reforma agrária, educacional, tributária, eleitoral, bancária e a criação de regras de limitação de envio de lucros em dólares das multinacionais às suas sedes. No contexto da Guerra Fria, Napolitano (2014, p. 37) afirma que os setores da esquerda viam essas reformas como “o começo da ‘Revolução Brasileira’”. Por outro lado, os grupos da direita, ao entenderem as reformas como o avanço do comunismo no Brasil, “procuravam novas táticas e novos sócios para a sua conspiração”, após serem derrotados no golpe contra a posse de João Goulart.

No plebiscito de 6 de janeiro 1963, o presidencialismo venceu o parlamentarismo, com 85% dos votos, o que foi entendido pelos setores da esquerda como um apoio popular às reformas de base propostas por Goulart. Com o retorno dos poderes presidenciais, Napolitano (2014) assevera que esses setores se uniram através da Frente de Mobilização Popular (FMP), criada por Brizola com o objetivo de pressionar o Congresso para a aprovação das reformas de base, que deveriam ser encabeçadas pela reforma agrária. Segundo o entendimento da FMP, o parlamento estava tomado por um pensamento conservador e contrário às reformas. Ao mesmo

tempo, também pressionavam o próprio João Goulart, uma vez que o Presidente adotava uma postura de conciliação de interesses em um cenário que, de acordo com a visão da FMP, exigiria uma postura mais radical.

O cenário econômico turbulento, devido ao crescimento da recessão e de uma inflação exorbitante, dificultava ainda mais a aprovação das reformas de base no Congresso. Além da crise política e econômica, uma crise militar tomou conta do país em 1963. A crise foi motivada, segundo Napolitano (2014), pelo fato do Supremo Tribunal Federal (STF) recusar dar posse aos militares que foram eleitos deputados e vereadores em 1962, o que provocou uma revolta entre os sargentos e cabos pelas ruas e prédios de Brasília, principalmente os da Marinha e Força Aérea. Diante dessa rebelião, o Presidente ordenou a prisão dos revoltosos por insubordinação. Essa atitude “alimentou ainda mais a desconfiança das direitas de que Jango e, sobretudo, Leonel Brizola alimentavam o plano de um golpe de Estado”, afirma Napolitano (2014, p. 41).

Por essas atitudes, em uma entrevista ao jornal *Los Angeles Times*, Carlos Lacerda sugeriu que os Estados Unidos intervissem no Brasil, ao acusar João Goulart de tentar promover um golpe à esquerda, uma vez que, de acordo com a visão do líder da UDN, o seu governo estava repleto de comunistas. Nesse sentido, orientado pelos setores militares do governo, João Goulart enviou ao Congresso um projeto para decretar Estado de Sítio, com o intuito de ordenar a prisão de Carlos Lacerda. Mas, o projeto não foi bem recebido, tanto por setores à esquerda como à direita, o que fez o Presidente retirar o projeto e ficar cada vez mais isolado. Para Napolitano (2014, p. 42), “seu governo começou a naufragar a partir desta crise”.

Devido a seu isolamento político, João Goulart decide, conforme os estudos do historiador (2014), se aproximar do movimento nas ruas, com o objetivo de aumentar a pressão popular sobre o legislativo e, assim, emplacar as reformas de base. No dia 13 de março de 1964, um grande comício foi realizado na Central do Brasil, com mais de 200 mil pessoas, no qual João Goulart convocou o povo a se unir em defesa das reformas de base e da democracia. Após esse comício, uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) apontou que 45% dos entrevistados avaliavam o governo como ótimo ou bom e 59% eram a favor das reformas anunciadas, o que pode evidenciar que João Goulart tinha uma boa avaliação pública.

No entanto, os setores da direita, com o apoio da imprensa, entendiam a luta pelas reformas de base como uma abertura para o comunismo, de modo a “subverter a ordem social, ameaçar a propriedade e a economia de mercado” (NAPOLITANO, 2014, p. 46). Devido à ida de João Goulart às ruas, a imprensa, de um modo geral, começou a veicular a ideia de que o Presidente arquitetava um golpe revolucionário esquerdista. Logo, os setores da direita também foram às ruas. Em São Paulo, no dia 19 de março de 1964, quase 500 mil pessoas se reuniram contra o governo, com cartazes antirreformistas e anticomunistas. Sobre essa manifestação, o autor (2014) diz que

Patroa de cabelo de laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes à passeata. Organizada pela União Cívica Feminina, uma das tantas entidades femininas conservadoras anticomunistas que existiam no Brasil da época e que passaram a ser ativistas exaltadas contra a esquerda, a marcha teve apoio de mais de 100 entidades civis (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

A formação dessa opinião pública contra o governo era realizada, além da imprensa, por instituições como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), que atuavam na produção e propagação de conteúdo negativo contra o governo, conforme os estudos de Dreifuss (1986). Essas instituições, constituídas pelas “classes dominantes, sob a liderança do bloco multinacional e associado, empreenderam uma campanha ideológica e político-militar em frentes diversas, através de uma série de instituições e organizações de classe”, aponta o autor (1986, p. 483).

As classes dominantes apontadas por Dreifuss (1986) se referem aos grupos da classe média, lideranças militares conservadoras, empresários e representantes do capital multinacional e associado. Com orientação da Escola Superior de Guerra (ESG) e financiamento da CIA, uma vez que os Estados Unidos, no cenário da Guerra Fria, temiam a entrada do comunismo no Brasil, tais organizações tinham o objetivo de influenciar a opinião pública, através da produção de um discurso anticomunista veiculado através de programas de rádio, de televisão e materiais impressos.

Com o apoio dos Estados Unidos, através de sua Embaixada no Brasil chefiada pelo embaixador Lincoln Gordon, Napolitano (2014, p. 61) afirma que “o mapa do caminho anti-Goulart estava traçado, indo de ações mais sutis e encobertas para ajudar os opositores ao presidente brasileiro, no Congresso, na mídia e entidades civis, ao apoio político a um golpe de Estado, puro e simples”. Lincoln Gordon

interpretava, segundo o autor (2014), que João Goulart organizava um golpe e, por ser um presidente fraco, poderia ser substituído por um líder mais radical, da ala brizolista e comunista. Assim, o embaixador considerava que os Estados Unidos deveriam recriminar abertamente o governo brasileiro e, ao mesmo tempo e em segredo, enviar armas e apoiar logisticamente os seus opositores internos, com a liderança do general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Desse modo, Napolitano (2014, p. 62) assevera que “o plano estava traçado e o grupo conspirador a ser apoiado, definido. A ação seria brasileira; o apoio logístico e diplomático ficaria a cargo dos EUA”. Com o objetivo de não caracterizar uma intervenção direta, foi organizada a Operação *Brother Sam*, para o envio de apoio militar e naval para a costa brasileira.

No entanto, a esquadra não chegou a partir dos Estados Unidos, pois uma ação de outro grupo de conspiradores contra João Goulart, sob a liderança do governador de Minas Gerais Magalhães Pinto, decidiu tomar a frente dos acontecimentos, sem combinar previamente a ação com os planos dos Estados Unidos, conforme aponta Napolitano (2014). Em 31 de março de 1964, após um discurso de João Goulart no Automóvel Clube para mais de mil sargentos, onde o Presidente defendeu as reformas de base e apelou aos presentes para que se mantivessem fiéis à disciplina, o general Olímpio Mourão, com o apoio de Magalhães Pinto, decidiu agir. Segundo o historiador (2014), o general organizou um grupo de recrutas inexperientes para partir de Minas Gerais com o objetivo de livrar o Brasil da subversão e do comunismo.

“A ação do tresloucado general Mourão criou uma grande confusão entre conspiradores e governistas”, assinala Napolitano (2014, p. 63). Nesse cenário, Castelo Branco, líder do grupo mais organizado de conspiradores, sob apoio e orientação dos Estados Unidos, classificou a ação como precipitada e temeu que ela compromettesse os seus planos. Por outro lado, outros grupos se animaram com a ação de Olímpio Mourão, como o liderado pelo general Costa e Silva, que criou o chamado Comando Supremo da Revolução. Além dele, Carlos Lacerda, então governador da Guanabara, se colocou como um líder civil do movimento, convocando a polícia para reprimir a esquerda no Estado.

Ao longo do dia 31 de março de 1964, Napolitano (2014) afirma que João Goulart e os setores da esquerda se perguntavam o que fazer diante desse movimento que só crescia. As ações do Presidente se limitaram a conversar e a negociar, mas àquela altura não havia tantos interlocutores. Na noite daquele dia, João Goulart

deixou de ter um relevante aliado, o general Amaury Kruel e com ele praticamente todo o Exército, com exceção do III Exército com sede no Rio Grande do Sul. No dia seguinte, 1º de abril de 1964, a rebelião militar só aumentava, o que fez João Goulart partir em direção às terras gaúchas para a negociação de uma saída política.

Apesar do presidente ainda estar em território nacional, setores conservadores do Congresso Nacional, declararam a vacância da Presidência da República na noite de 2 de abril de 1964, sem que houvesse um debate no plenário, o que fez com que Ranieri Mazzili, então Presidente da Câmara dos Deputados tomasse posse no cargo, sob a direção dos militares. O mandato seria curto, pois

das articulações palacianas com os partidos políticos que apoiaram, ainda que veladamente, o golpe de Estado surgiu o nome de Castelo Branco para ser o novo presidente do Brasil. Cumpria legalizar, mais do que legitimar, o seu mandato para que o golpe de Estado ganhasse honras de salvação nacional e respeito às instituições. Assim, em 11 de março, o Congresso Nacional do Brasil, expurgados 40 parlamentares cassados, elegeu o líder da conspiração que derrubou um presidente eleito pelo voto popular direto. Castelo Branco foi eleito com 361 votos a favor e 72 abstenções (NAPOLITANO, 2014, p. 65).

Desse modo, os Estados Unidos não precisaram de uma atuação mais direta, pois os próprios personagens internos concretizaram o golpe. Após a eleição de Castelo Branco, Washington reconheceu prontamente o novo governo brasileiro, de modo a legitimá-lo.

A partir de sua análise, Napolitano (2014, p. 09) chega à conclusão que em 1964 ocorreu um golpe de Estado, sustentado por “uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista”. Do mesmo modo, Dreifuss (1986, p. 483) assinala que “a ação da elite orgânica diferencia o movimento de classe que levou à intervenção de 1º de abril, de um mero golpe militar”, uma vez que houve “várias conspirações civil-militares contra João Goulart”, com destaque para as promovidas pelo IPES, o foco do seu estudo.

Segundo Napolitano (2014) e Dreifuss (1986), o golpe se desdobrou rapidamente em um regime militar, período se transcorreu a partir do golpe militar efetivado na madrugada de 31 de março de 1964 até a posse de José Sarney, em 15 de março de 1985, como primeiro civil Presidente da República, após vinte anos de generais-militares no comando do Brasil. Napolitano (2014, p. 8) assevera que “entre uma e outra data, 1964 e 1985, o Brasil passou por um turbilhão de acontecimentos que, em grande parte nos definem até hoje e ainda provocam muito debate”.

O período, segundo Moacyr de Góes e Luiz Antônio Cunha (1989), foi marcado por uma intensa repressão aos opositores do regime. No dia seguinte a posse de José Sarney, os autores apontam que veículos da imprensa realizaram a seguinte síntese do período:

[...] 17 atos institucionais, 130 atos complementares (todos contra a Constituição, mesmo a da Junta Militar), 11 decretos secretos e 2.260 decretos-leis. Para não atrapalhar essa fúria legiferante do regime militar, o Congresso Nacional, mesmo mutilado por sucessivas cassações de mandatos de parlamentares, foi posto em recesso forçado por três vezes. Foram banidos do território nacional, por razões políticas, cerca de 80 brasileiros. Cerca de 400 pessoas foram mortas ou se encontram desaparecidas, devido à onda repressiva mais forte da nossa história. Uma dezena de milhar de brasileiros deixaram seu país em virtude de ameaças e perseguições de caráter político-ideológico (GÓES; CUNHA, 1989, p. 36).

Diante dos acontecimentos que inauguraram esse período, Moacyr de Góes e Luís Antônio Cunha (1989, p. 10) fazem os seguintes questionamentos: “na crise de 1964, onde estavam os educadores? O que faziam?” Em 21 de abril de 1964, poucos dias após o golpe civil-militar, cerca de 1.600 policiais militares, autoridades civis e militares, bem como um coral de normalistas, com participação das estudantes da ENJK – educadoras em formação –, reuniram-se ao redor da imagem de Tiradentes para prestar-lhe homenagem no dia de sua morte. Para além de uma homenagem a esse personagem histórico, a ocasião se tornou palco de defesa das ações civis e militares que culminaram na deposição de João Goulart e na tomada do poder pelos militares, protagonizados pelo discurso de Carlos Lacerda, então Governador da Guanabara. Assim, a próxima seção irá analisar tal celebração, com foco nos discursos (FOUCAULT, 2013) proferidos, ouvidos pelas estudantes da ENJK ao participarem da celebração através do canto em coro de hinos cívicos. Do mesmo modo, irá analisar a formatura da ENJK de 1965, na qual Carlos Lacerda discursou como paraninfo das formandas, apresentando uma mudança radical em sua opinião acerca dos acontecimentos em marcha a partir de 1º de abril de 1964.

2 GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964: DISCURSOS E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

A utilização de jornais como fontes para as pesquisas em História da Educação, de acordo com o pensamento de Raquel Discini de Campos (2012, p. 66), “significa compreendê-los, portanto, muito mais como *fragmentos verossímeis* da cultura de um tempo e de um espaço do que pensá-los como provas fidedignas do passado” (o grifo é da autora). A autora destaca, através de um diálogo com diversas referências, que

o manuseio dessa fonte é uma das maneiras de aproximação mais profícuas encontradas pelos historiadores da educação rumo aos séculos XIX/XX, um tempo em que os impressos ocuparam um papel capital no *processo civilizador* em curso no Brasil; um processo que buscou homogeneizar gostos, valores e comportamentos e que mirou não apenas o sujeito escolar, mas o sujeito posto no mundo: um sujeito em contato não apenas com um *outro escolar*, portanto, mas com um *outro social* (CAMPOS, 2012, p. 62) (Os grifos são da autora).

Fundamentado nessa perspectiva, o presente capítulo tem como fontes centrais de análise diferentes jornais que circularam na Guanabara em 22 de abril de 1964, localizados no arquivo da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Tais jornais apresentavam as seguintes manchetes, em referência a uma celebração à memória de Tiradentes, ocorridas no dia anterior:


Imagem 8 - Manchete⁹ do jornal *Correio da Manhã* (22/04/1964, p. 5)



**TIRADENTES RECEBE
HOMENAGEM DAS PMs**

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Imagem 9 - Manchete¹⁰ do *Jornal do Brasil* (22/04/1964, p. 5)



Lacerda comemora Tiradentes pedindo apoio à Revolução

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

⁹ Transcrição do texto da imagem: “Tiradentes recebe homenagens das PMs”.

¹⁰ Transcrição do texto da imagem: “Lacerda comemora Tiradentes pedindo apoio à Revolução”.

Imagem 10 - Manchete¹¹ do jornal Diário de Notícias (22/04/1964, p. 3)

Lacerda: a Revolução Foi Para Salvar Todo o Continente

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Entre os jornais que noticiaram as celebrações pelo Dia de Tiradentes no Estado, ocorridas em 21 de abril de 1964, o *Diário Carioca* construiu a sua manchete com um enfoque diferenciado dos demais, ao apresentar indícios (GINZBURG, 2007) da presença de um coral de normalistas, composto por estudantes da ENJK.

Imagem 11 - Manchete¹² do jornal Diário Carioca (22/04/1964, p. 12)

**Tiradentes festejado
com desfile e canto
de normalistas da GB**

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As manchetes acima indiciam o tom das comemorações, protagonizada pelas falas de Carlos Lacerda, que governou a Guanabara entre os anos de 1960 a 1965 (CASTRO, 2011). Vinte dias após a derrubada do Presidente da República João Goulart e a tomada do poder pelos militares (NAPOLITANO, 2014), Lacerda se une em defesa do que intitulou de “revolução vitoriosa no dia 1º de abril” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3). Das escadarias do Palácio Tiradentes, onde funcionava a Assembleia Legislativa, o governador convocou os presentes – cerca de 1.600 policiais militares, autoridades civis e militares, bem como, conforme já sinalizado, um coral de normalistas, cujas orfeonistas eram estudantes da ENJK – a se unirem “em defesa da continuidade do processo de libertação nacional iniciado pelos militares” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 5).

O aniversário do Estado da Guanabara, fundado em 21 de abril de 1960, representava outro motivo para as celebrações. Cinco dias após, a ENJK também celebraria o seu quarto ano de fundação, que ocorreu em 26 de abril do mesmo ano, através da primeira lei da Guanabara, que teve a sua legislatura inaugurada com a

¹¹ Transcrição do texto da imagem: “Lacerda: a Revolução Foi Para Salvar Todo o Continente”.

¹² Transcrição do texto da imagem: “Tiradentes festejado com desfile e canto de normalistas da GB”.

criação de uma Escola Normal no novo Estado, conforme analisado no capítulo anterior.

Passado algum tempo, as estudantes da ENJK foram ouvintes de outro discurso de Carlos Lacerda. Em 19 de novembro de 1965, o então governador licenciado da Guanabara discursou como paraninfo das formandas daquele ano, no qual o patrono foi John Kennedy, ex-Presidente dos Estados Unidos, conforme destaca o *Diário Carioca* ('JÚLIA KUBITSCHER'..., 1965, p. 2). Enquanto este jornal apenas fez referência ao evento, os jornais *Tribuna da Imprensa* (LACERDA..., 1965, p. 7) e *Jornal do Brasil* (LACERDA..., 1965, p. 16), ao reportarem a formatura, exibiram alguns destaques da fala de Carlos Lacerda, no qual ele apresenta às estudantes outra visão acerca do que chamou de "revolução vitoriosa no dia 1º de abril" (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3) cerca de um ano antes. Sobre o discurso de Carlos Lacerda na ocasião, o jornal *Tribuna da Imprensa* apresentou a seguinte manchete:

Imagem 12 - Manchete¹³ do jornal *Tribuna da Imprensa* (20/11/1965, p. 1)

**Lacerda paraninfa
professôras e destaca
valor do silêncio**

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A partir do exposto, o presente capítulo tem o objetivo de analisar os diferentes discursos (FOUCAULT, 2013) que foram ouvidos pelas estudantes da ENJK acerca dos eventos que culminaram na derrubada do Presidente João Goulart e da tomada do poder pelos militares, que se converteu em uma Ditadura Militar entre os anos de 1964 a 1985, de modo a compreender o caráter formativo desses discursos.

Para isso, organiza-se em três seções. A primeira, por meio dos jornais já qualificados, objetiva compreender as comemorações em 21 de abril de 1964 que, para além de uma celebração à memória de Tiradentes, foi palco de discursos em defesa do golpe civil-militar (NAPOLITANO, 2014; DREIFFUS, 1986) ocorrido vinte dias antes, alcunhado pelos conspiradores como revolução. A segunda seção tem o

¹³ Transcrição do texto da imagem: "Lacerda paraninfa professôras e destaca valor do silêncio".

objetivo de analisar a participação das estudantes da ENJK através de coral na celebração, com a regência da Professora Olintina Costa. Do mesmo modo, tem o intuito de compreender as estudantes como ouvintes dos discursos, ao perceber a dimensão formativa da celebração e a conseqüente produção de subjetividades (FOUCAULT, 2010) acerca do cenário sociopolítico da época. Por fim, a terceira seção tem o objetivo de analisar o discurso de Carlos Lacerda às formandas da instituição de 1965, com o intuito de perceber a dimensão educativa da mudança de opinião do governador diante das estudantes.

2.1 21 de abril de 1964: celebração a Tiradentes e discursos em defesa da tomada do poder pelos militares

Joaquim José da Silva Xavier (1746-1792), alcunhado como Tiradentes por ter desempenhado a função de dentista de modo amador, foi um dos líderes do movimento que ficou conhecido como Conjuração Mineira ou Inconfidência Mineira, que se desdobrou em meados no século XVIII em Vila Rica – núcleo da mineração do Brasil – conforme os estudos de Lucas Figueiredo (2011). Ao longo de sua vida, Tiradentes exerceu diversas profissões, mas a que permaneceu por mais tempo foi a de alferes, uma das patentes dos Dragões Reais de Minas: força militar atuante na então Capitania de Minas Gerais, subordinada à Coroa Portuguesa.

Assim, inspirados pelo movimento iluminista francês, Tiradentes, juntamente com Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga, começaram a tramar em 1788 um plano para retirar do poder o Visconde de Barbacena, nomeado governador da Capitania de Minas Gerais pela Coroa Portuguesa, com o intuito de torná-la independente de Portugal. O principal motivo para a ação, de acordo com Figueiredo (2011), era a excessiva cobrança de impostos sobre a atividade mineradora, como o pagamento de 1/5 do total de ouro extraído, o que deveria somar, anualmente, 1.500 quilos. Apesar da queda na extração do ouro a partir de 1760, a taxa não diminuiu. Com o intuito de manter a arrecadação, foi decretada a derrama, segundo a qual os mineradores deveriam pagar o imposto cobrado com os seus bens.

Nesse contexto, segundo Figueiredo (2011, p. 295), Tiradentes era “um radical entre moderados, um franco entre dissimulados, ele defendia – publicamente e em qualquer lugar (de bordéis a residências de ricos mercadores) – uma revolução que tornasse Minas Gerais independente de Portugal”. No entanto, um dos membros do

grupo, José Silvério dos Reis, revelou o plano às autoridades portuguesas, que conseguiram prender todos os envolvidos com a trama, de modo a arruinar a conspiração. Os presos, com receio de serem condenados a penalidades mais severas, não confessaram a participação na conspiração, com exceção de Tiradentes que, por ter confessado, foi condenado à pena de morte. Figueiredo (2011, p. 295) assinala que Tiradentes foi “enforcado, decapitado e esquartejado” em 21 de abril de 1792 na cidade do Rio de Janeiro, onde transcorreu o seu processo, e “para que os súditos da Coroa nunca se esquecessem da lição, a cabeça de Tiradentes foi encravada numa estaca e exposta em praça pública em Vila Rica, e seus membros, espalhados pela estrada que levava ao Rio de Janeiro”.

Diante desses acontecimentos, forjou-se, ao longo do processo histórico brasileiro, em especial nos períodos Imperial e Republicano, uma imagem de Tiradentes como um exemplo de luta pela liberdade e pela independência do Brasil, qualificando-o como herói nacional. A construção desse herói intensificou-se durante o período que se estendeu após o golpe civil-militar de 1964, entendido por Napolitano (2014, p. 67) como um “regime militar”, tendo Castelo Branco como o primeiro presidente.

Tal construção pode ser observada no estudo desenvolvido por Anelise Oliveira e Raquel Barbosa (2017), que analisaram o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar na cidade de Uberaba, em Minas Gerais, entre os anos de 1964 a 1968. As autoras (2017) pontuam que a criação da instituição revela a preocupação das autoridades civis-militares em difundir as concepções do regime para além dos quartéis, em um período marcado pelo autoritarismo militar.

A própria escolha do nome, segundo Oliveira e Barbosa (2017), não foi ocasional, pois havia uma intencionalidade em torno da escolha do nome de Tiradentes. Em 1946, segundo as autoras, Tiradentes é proclamado Patrono Nacional das Polícias Militares, alcunhado de o primeiro mártir em prol da independência brasileira e soldado que militou pela lei e pela ordem. Em 1965, o marechal Castelo Branco proclama Tiradentes como Patrono Cívico da Nação Brasileira. Além de Tiradentes ser proveniente do Estado de Minas Gerais, a escolha do nome da instituição, segundo as autoras (2017, p. 219) “deixou clara a preocupação com a difusão, para além das esferas militares, da imagem do patrono das polícias como herói nacional, aliada à concepção de ordem e segurança nacional”.

Transcorridos 172 anos desde a sua morte, autoridades civis e militares, bem como policiais militares e estudantes, incluindo as alunas da ENJK, reuniram-se em 21 de abril de 1964 nas escadarias do Palácio Tiradentes, onde funcionava a Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara, em torno da narrativa do “protomártir da Independência” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3) para enaltecer a sua memória. No dia seguinte, o evento foi amplamente noticiado por diversos jornais que circulavam na Guanabara, entre os quais destacam-se: *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã*, *Diário Carioca* e *Jornal do Brasil*. Nos registros fotográficos abaixo, observa-se a estátua de Tiradentes, construída no local onde havia sido preso, rodeada por militares que depositaram coroas de flores aos seus pés:

Imagem 13 - Registro fotográfico do Jornal do Brasil (*Jornal do Brasil*, 22/04/1964, p. 5), com sua respectiva legenda¹⁴.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

¹⁴ Transcrição da legenda da imagem: “No Rio a tropa desfilou ante a estátua do mártir de Vila Rica”.

Imagem 14 - Registro fotográfico do *Diário Carioca* (22/04/1964, p. 12), com sua respectiva legenda¹⁵



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

As comemorações foram patrocinadas, segundo o *Diário Carioca* (TIRADENTES..., 1964, p. 12), pela *Revista de Engenharia Militar*, dirigida pelo Coronel Rubens Massena, que abriu a solenidade com um discurso alusivo à data. Após a fala de Raul Floriano, do Centro Mineiro, o Chefe do Estado Maior da Polícia Militar, Coronel Hélio Miranda, procedeu à leitura de um boletim produzido pelo quartel-general da PMEG em referência a comemoração, o qual foi integralmente publicado pelo *Diário de Notícias* (LACERDA..., 1964, p. 3). Após, discursou o Governador da Guanabara, Carlos Lacerda.

O discurso é compreendido por Michel Foucault (2013) como um objeto de poder, enquanto, ao mesmo tempo, é um objeto daquilo que se deseja. Segundo o pensamento do filósofo (2013, p. 8), a construção do discurso não é aleatória, mas se dá através de processos de controle, seleção, organização e redistribuição “por certo número de procedimentos que têm por função conjurar os seus poderes e perigos”, com o objetivo de produzir e difundir uma verdade sobre o tecido social.

No caso em questão, os discursos, com ideias construídas ao longo do processo sociopolítico que culminou com o golpe civil-militar, foram proferidos em um ritual, que, segundo Foucault (2013),

¹⁵ Transcrição da legenda da imagem: “Foi festejado o dia 21 de abril, no Estado da Guanabara, e noutros Estados da União. O alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, foi homenageado, recebendo flôres de soldados da Polícia Militar.”

define os gestos, os comportamentos, as circunstâncias, e todo o conjunto de signos que deve acompanhar o discurso; fixa, enfim, a eficácia suposta ou imposta das palavras, seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção. (FOUCAULT, 2013, p. 37)

Nesse sentido, o ritual que celebrou o Dia de Tiradentes possuía uma ordem prévia e papéis bem estabelecidos para os presentes, o que inclui a definição de quem iria discursar e quem iria ouvir. Além disso, os discursos não foram proferidos de modo isolado, mas foram acompanhados por uma série de circunstâncias e simbolismos, como a colocação de flores aos pés da estátua de Tiradentes, a entoação em coro de hinos patrióticos e o desfile dos policiais militares.

O discurso da PMEG foi construído como uma declaração da Polícia Militar – com seus oficiais, sargentos, cabos e soldados – a Tiradentes. Durante a leitura, é possível imaginar tanto o orador como os presentes com os seus olhos direcionados à estátua do mártir, prestando-lhe homenagem. O culto à Tiradentes, segundo o boletim, foi perpassado de geração a geração, para inspirar os brasileiros a nutrirem amor pela pátria e a lutarem por sua defesa quando ameaçada. No texto, há uma exaltação da atuação de Tiradentes na Inconfidência Mineira, cujos participantes, sob sua liderança, “protestaram contra a colonização e a humilhação, que intentavam impor à terra em que nascemos” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3).

Sobre a sociedade e as suas narrativas, Foucault (2013) assinala que

não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo ou uma riqueza (FOUCAULT, 2013, p. 21).

Assim, ao se apropriar da narrativa maior em torno de Tiradentes, o discurso revela que o público presente à celebração não estava ali apenas para prestar uma homenagem à sua memória, mas para ouvir os seus aplausos, por terem seguido o exemplo do alferes ao agirem diante de ameaças à nação, quando começaram a observar:

a indisciplina açulada pela cúpula dirigente: a demagogia, disfarçada pelas promessas utópicas; os arroubos de progresso e socialismo, deturpados pela falsa nacionalidade; o arreganho contra as iniciativas privadas; o prestígio cada vez maior das Associações de classe, manobradas por falsos líderes; o achincalhe do Congresso, pregado pelos próprios dirigentes da Nação; o enlêvo infantil àqueles que nada possuem, com a esperança de poderem se apoderar do que, por direito, a outrem, pertence (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3).

Embora o boletim não o nomeie, suas falas fazem referência às ações de João Goulart enquanto Presidente da República, que havia sido derrubado do poder vinte dias antes da celebração a Tiradentes, através de uma ação militar com respaldo civil, conforme os estudos de Napolitano (2014) e Dreiffus (1986). O discurso faz uma referência às reformas de base pretendidas por Goulart, especialmente a reforma agrária, qualificando-a como uma promessa utópica, ao enganar aqueles que nada possuem com a possibilidade de se apoderarem do que pertence a outro. Do mesmo modo, ataca o favorecimento dado por Goulart aos sindicatos dos trabalhadores, bem como uma postura intimidadora a iniciativa privada. O discurso continua a atacá-lo ao afirmar:

Não se podia ver nem tocar, mas podíamos sentir-lhe a nefasta presença quando depunha e nomeava ministros; quando parava a vida nacional, fazendo cruzarem os braços, milhões de trabalhadores; quando se valia da boa-fé de chefes militares, para colocar a Fôrça Armada assegurando comícios em locais proibidos, onde pudesse ostentar impunemente, como bandeira do povo, as insígnias e os dísticos de sua própria filosofia; quando fazia crescer um ódio mortal entre soldados e oficiais, minando paciente, mas perseverantemente, a disciplina, o respeito e a ordem constituída (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3).

Diante dessa postura, que indicava a possibilidade de João Goulart promover um golpe à esquerda, o que era encarado como uma ameaça à pátria, o discurso, inspirado na biografia de Tiradentes, afirma então que os militares decidiram agir. Como uma conversa Tiradentes, o boletim prossegue a dizer:

Lutaste com o mesmo amor que lutamos; ariscaste os mesmos bens que arriscamos; tomaste a mesma decisão drástica que tomamos; contaste com os mesmos precários meios que contamos; arremeteste contra as mesmas poderosas fôrças como também o fizemos; admitiste a morte certa, como também o admitimos! (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3)

Ao mesmo tempo em que o discurso se apropria da narrativa construída em torno de Tiradentes e estabelece entre ela e as ações de 1º de abril de 1964 um paralelo, busca estabelecer uma diferença, ao afirmar que enquanto Tiradentes lutou contra os portugueses, os militares lutaram contra “irmãos do mesmo sangue” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3), encabeçados por Goulart.

O discurso prossegue com um tom religioso referente à ação dos militares, ao apontar que a Polícia Militar contribuiu com o que nomeia de “causa sagrada”. De fato, conforme apontado na seção anterior, o governador da Guanabara Carlos Lacerda convocou a polícia para reprimir a esquerda no Estado, nos eventos que se desenrolaram entre 31 de março e 1º de abril de 1964. Nessa ação, o discurso ainda

ressalta que os militares acreditavam ter “Deus do nosso lado e, no peito, a convicção de que era melhor a morte, defendendo a liberdade, que a vida em negra escravidão”. Mesmo com a utilização de armas, o boletim diz que “o sentimento cristão do nosso povo desfêz, num sôpro, sem gôta de sangue, o castelo de areia que maus brasileiros tentavam erigir para seu próprio devaneio” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3). Ao fim, o boletim reafirma a inspiração dos militares nas ações de Tiradentes durante a Inconfidência Mineira e que foram convocados pelo próprio para agirem em defesa da pátria brasileira.

Outro discurso que protagonizou a celebração foi o do governador da Guanabara. Embora a sua fala não esteja integralmente nos jornais analisados, eles apresentam alguns fragmentos. Como mencionado na seção anterior, Carlos Lacerda se considerava um grande líder civil do movimento, qualificado em seu discurso como “a revolução vitoriosa no dia 1º de abril”, que “foi para salvar o continente americano e não só o Brasil”. Apesar de considerar que o movimento foi vitorioso, Lacerda disse que “o processo de libertação nacional está apenas iniciado” (TIRADENTES..., *Diário Carioca*, 1964, p. 12) e advertiu aos presentes que “o inimigo está atento e devemos permanecer unidos e mobilizados, pois os comunistas, desesperados, podem tentar um contra-golpe e devemos estar preparados para não permitir que isso aconteça”. (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3).

Ao apoiar o que nomeou de revolução, Lacerda acreditava que a intervenção militar seria, apenas, para limpar qualquer ameaça do comunismo no Brasil e que, após esse saneamento, seriam convocadas eleições diretas para Presidente da República, cargo ao qual ele pretendia disputar no pleito. Conforme aponta os estudos de Napolitano (2014, p. 67), “todos, conspiradores e governistas, acreditaram que se tratava de mais uma intervenção militar à brasileira: cirúrgica, de curta duração, que logo devolveria o poder aos civis”. O discurso de Lacerda evidencia essa visão, pois como registra o *Diário de Notícias* (LACERDA..., 1964, p. 3): “finalizando, disse que devemos escolher os líderes autênticos em eleições livres e, ‘se todos quisessem, poderíamos fazer do Brasil uma grande nação, pois confio nas nossas Fôrças Armadas e no povo de um modo geral’”.

Segundo o *Diário Carioca* (TIRADENTES..., 1964, p. 12), países como China, Cuba e Venezuela foram atacados no discurso de Carlos Lacerda. Quanto à China, o governador disse que “da China Comunista vem a campanha internacional contra o Brasil”. A seguir, parabenizou o ministro Arthur Costa e Silva por propor o rompimento

das relações com Cuba, ao dizer que “já veio tarde o rompimento de relações com o govêrno tirano de Fidel Castro”. Sobre a Venezuela, condenou o governo do país por não reconhecer o governo de Castelo Branco e afirmou que “nossa revolução serviu, inclusive, para salvar a própria Venezuela, cujo petróleo é cobiçado pelos russos”.

2.2 Participação das estudantes da ENJK na celebração: orfeonistas e ouvintes dos discursos

Após os discursos analisados na seção anterior, um coral de normalistas, composto por estudantes da ENJK, entoou, acompanhado de uma banda de recrutas da PM, o Hino da Independência e o Hino Nacional, conforme o *Diário Carioca* (TIRADENTES..., 1964, p. 12). Como destacado na parte introdutória deste capítulo, o *Diário Carioca* foi o único entre os jornais analisados a destacar a presença das estudantes desde sua manchete. Por outro lado, o *Diário de Notícias* foi o único a apresentar em sua matéria um registro fotográfico das normalistas, que pode ser observado a seguir:

Imagem 15 - Registro fotográfico do *Diário de Notícias* (22/04/1964, p. 3), com sua respectiva legenda¹⁶.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

¹⁶ Transcrição da legenda da imagem: “Corais de escolares entoaram hinos patrióticos durante a solenidade realizada ao pé do monumento de Tiradentes, à qual esteve presente o governador Carlos Lacerda, que aparece entre o deputado Raul Brunini e o coronel Gustavo Borges”.

De acordo com o pensamento de Ana Maria Mauad (1996, p. 98), a fotografia “incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem. Um indício, um fantasma, talvez uma ilusão que, em certo momento da história, deixou sua marca registrada”. A autora (1996, p. 76) considera “a fotografia como uma determinada escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis, guardando esta atitude uma relação estreita entre a visão de mundo daquele que aperta o botão e faz ‘clic’”.

Na fotografia da imagem 15, pode-se observar algumas escolhas do fotógrafo. Nota-se que a fotografia partiu de um ângulo em que fosse possível destacar as escadarias do Palácio Tiradentes, que serviram de palco para a solenidade, ao pé de sua estátua. Com foco no coro das normalistas trajadas com o tradicional uniforme azul e branco, do qual as estudantes da ENJK faziam parte, a fotografia também evidencia as autoridades civis e militares presentes no evento, situadas na parte superior das escadarias. Do mesmo modo, apresenta cartazes em alusão à data, que foram pendurados nas colunas do palácio, além da bandeira da Inconfidência Mineira, que se tornou a bandeira do Estado de Minas Gerais, erguida por um dos indivíduos presentes.

Provavelmente, o “clic” para a fotografia foi dado enquanto o coral de normalistas entoava o Hino Nacional Brasileiro, pois pode-se notar o coro com a boca aberta e alguns presentes com a mão no peito. A partir da imagem, torna-se possível perceber que o coral se estendia pelas quatro primeiras fileiras das escadarias do Palácio Tiradentes, com metade à esquerda ocultada na imagem pela cabeça do militar que aparece à frente. Através da fotografia, pode-se calcular, aproximadamente, que entre sessenta e oitenta vozes integravam o coral.

Para onde os olhares das estudantes se dirigiam? Possivelmente para a regente do coral, que provavelmente foi Olintina Costa, embora os jornais que noticiam a celebração a Tiradentes não façam menção a ela. O *Jornal do Brasil*, em uma matéria publicada alguns meses depois, (SEMANA..., 1964, p. 9) destaca que o coral da ENJK era “sempre regido pela professora Olintina Costa”. Olintina Costa atuou como professora de Música da ENJK, assim como em outras escolas normais. Na instituição, lecionou entre 15/04/1961 e 24/08/1968, quando é desligada devido ao seu falecimento em 25/08/1968, de acordo com a pasta funcional da professora localizada no arquivo da instituição. Os cartazes em comemoração aos 40 anos da instituição, analisados na primeira seção desse capítulo, assinalam que Olintina Costa foi a autora da letra e da música do hino da ENJK e trazem uma fotografia da professora, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 16 - Professora Olintina Costa



Fonte: ARQUIVO DO CEJK. Exposição "40 anos CEJK", 2000 (Imagem produzida pelo autor)

Em sua pasta funcional, ressalta-se a presença da seguinte biografia, originalmente datilografada e com algumas alterações à lápis, construída como uma homenagem póstuma, sem ser possível identificar a autoria:

BIOGRAFIA DE OLINTINA COSTA

OLYNTHINA GUIMARÃES COSTA, conhecida nos meios musicais por OLINTINA COSTA, educadora sem limites, teve sua vida dedicada não só ao ensino musical, como também, pelo seu dinamismo, tornou-se verdadeira idealista nesse setor. Nascida a 17 de junho de 1907, faleceu a 25 de agosto de 1968.

Formou-se pela antiga Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil, em piano, teoria musical e harmonia, como também pelo Conservatório de Canto Orfeônico e vários outros Cursos de Aperfeiçoamento, inclusive na Sociedade Artística Musical.

Iniciou sua carreira como professora de piano, tornando-se posteriormente professora de Educação Musical do Curso Normal do Estado da Guanabara, professora de Solfejo e Teoria Musical do atual Instituto Villa Lobos e professora de Canto Orfeônico de Colégios Particulares.

Regeu, em sua vida de musicista, vários Orfeões Escolares, destacando-se, entre eles, o da Escola Normal Júlia Kubitschek.

Participou como membro examinador em várias Bancas no Instituto Villa Lobos, e, mais recentemente, no Concurso de Livre Docente e Catedrático de Piano na Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLINTINA COSTA, lançou-se ao ensino, sem qualquer objetivo econômico, fazendo de seus poucos recursos (os idealistas não têm recursos) o maior de seus haveres, hinos, canções, músicas para piano, livros didáticos, alguns inéditos, e mais produziria se a sua existência mais se prolongasse.

A sua obra "HINÁRIO CÍVICO" é por demais conhecida, principalmente nos meios ginasianos. Tem como intento as palavras de Roquette Pinto – "Prometo servir à arte para que o Brasil possa na disciplina trabalhar cantando".

Dentre os seus hinos escolares e diversas composições do tipo erudito e especializado, para não ser enfadonho, destacam-se “Avante Normalistas”; “Marcha de confraternização das Normalistas do Estado da Guanabara”; “Glória aos Mestres do Brasil” (a duas vozes); “Santa Cecília”, música sacra a três vozes; e o “Hino da E. Normal Júlia Kubitschek”.

Seu objetivo principal era a formação da infância com relação à música, deixando bagagem de inestimável valor, como “Cai, Cai, Balão”, “Pianista eu quero ser”, “Chegou o Natal”, etc., todas para piano com as respectivas letras. O caráter predominante de suas composições era sempre educativo, vivendo para a arte como sua própria vida. O resumo de uma obra, o resumo de uma vida. Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1968 (ARQUIVO DO CEJK. Pasta Funcional da Professora Olintina Costa. 1968).

Tal biografia exalta uma vida à serviço da música, com foco na atuação de Olintina Costa em vários espaços, especialmente no campo da educação musical. Também focaliza a sua atuação como regente de diversos orfeões, como o da ENJK, o que contribui para a ideia de que ela esteve como regente no coral das celebrações à Tiradentes em 21 de abril de 1964.

A obra *Hinário Cívico*¹⁷, organizada por Olintina Costa, era amplamente conhecida nas escolas, segundo informa a biografia. Provavelmente, foi utilizada pela professora na preparação do coral presente à solenidade. A capa do livro¹⁸, com uma ilustração da bandeira do Brasil flamulando, pode ser observada na imagem abaixo:

Imagem 17 - *Hinário Cívico*¹⁹, de Olintina Costa



Fonte: COSTA, s/d (Imagem produzida pelo autor)

¹⁷ A obra de Olintina Costa é brevemente analisada na tese de Susana Cecília Almeida Igarayra-Sousa (2011), intitulada *Entre palcos e páginas: a produção escrita de mulheres na história da educação musical no Brasil (1907-1958)*. A autora considera que a obra tenha sido lançada entre 1942 e 1943, mas não apresenta fontes para essa possível datação.

¹⁸ Em conversa com Daise Silva – colega do Mestrado em Educação no ProPEd – sobre Olintina Costa e o *Hinário Cívico*, ela disse ter a obra em seu acervo pessoal e, assim, me concedeu em empréstimo para que fosse possível a construção dessa parte na Dissertação.

¹⁹ Transcrição do texto da capa do livro: “*Hinário Cívico/ Complemento do canto orfeônico/ Organizado pela professora Olintina Costa.*”

A obra, publicada pela Papelaria Assis Ltda., situada na cidade de Duque de Caxias/RJ, não apresenta uma ficha catalográfica, bem como o seu ano de publicação. A partir de uma breve nota localizada no *Diário de Notícias* sobre o Hinário Cívico, pode-se afirmar que ele foi lançado em meados de novembro de 1963. Conforme a nota:

A professora Olintina Costa reuniu num pequeno livro com o título: “Hinário Cívico”, todos os nossos hinos, não só no que diz respeito à música e à letra, cujos autores são ligeiramente biografados, como no que concerne aos dados históricos dessas páginas musicais. Outrossim, nele encontramos uma pequena análise musical e o vocabulário com os sinônimos correspondentes, a fim de facilitar a compreensão dos alunos escolares, aos quais se destina (“HINÁRIO CÍVICO”..., *Diário de Notícias*, 1963, p. 3).

Em uma carta escrita em resposta à uma crônica publicada pelo *Diário de Notícias*, Olintina Costa envia um exemplar de sua obra. A crônica para a qual ela envia a carta foi assinada por Magdala da Gama de Oliveira, que a intitulou de “Vamos Estudar o Hino Nacional” (VAMOS..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3). A autora informa que o texto foi escrito em atendimento a um “telefonema de um leitor solicitando a opinião da cronista sobre os resultados da Revolução de março”. Como Magdala era uma cronista especializada em rádio e televisão, construiu o seu texto a partir desse enfoque, com menção a transmissão de um jogo do Brasil contra a Argentina no Estádio do Maracanã, no qual percebeu que a seleção brasileira não sabia cantar o Hino Nacional.

Do mesmo modo, a autora faz referência à Marcha da Família, convocada para o dia 2 de abril de 1964 no Rio de Janeiro, em semelhança à que havia acontecido em São Paulo cerca de duas semanas antes contra João Goulart. Napolitano (2014, p. 65) ressalta que, por ter ocorrido um dia após os eventos que derrubaram Goulart, o movimento se transformou na “Marcha da Vitória”, na qual “milhares de pessoas, sob uma chuva fina de papel picado, ocuparam a Zona Sul, para comemorar o fim do governo Goulart”, o que corrobora com o conceito de golpe civil-militar. Sobre o movimento, Lia Faria (1997, p. 51) destaca que “a maioria das mulheres da classe média estava do lado conservador, comparecendo em massa à ‘Marcha com Deus, pela Família’, com faixas onde se lia: ‘Vermelho bom, só batom’”. Sobre esse evento, Magdala também observa que os presentes não sabiam cantar o Hino Nacional. Para resolver essa questão, ela sugeriu:

as estações de rádio e televisão podem promover uma campanha no sentido de ensinar o Hino aos adultos, já que as crianças aprendem nas escolas. E em nome desse Hino vamos cobrar aos chefes da Revolução mais trabalho e menos euforia. O custo de vida continua subindo e o listão de expurgo foi uma decepção geral. (VAMOS..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3)

Em resposta a essa crônica, Olintina Costa declarou:

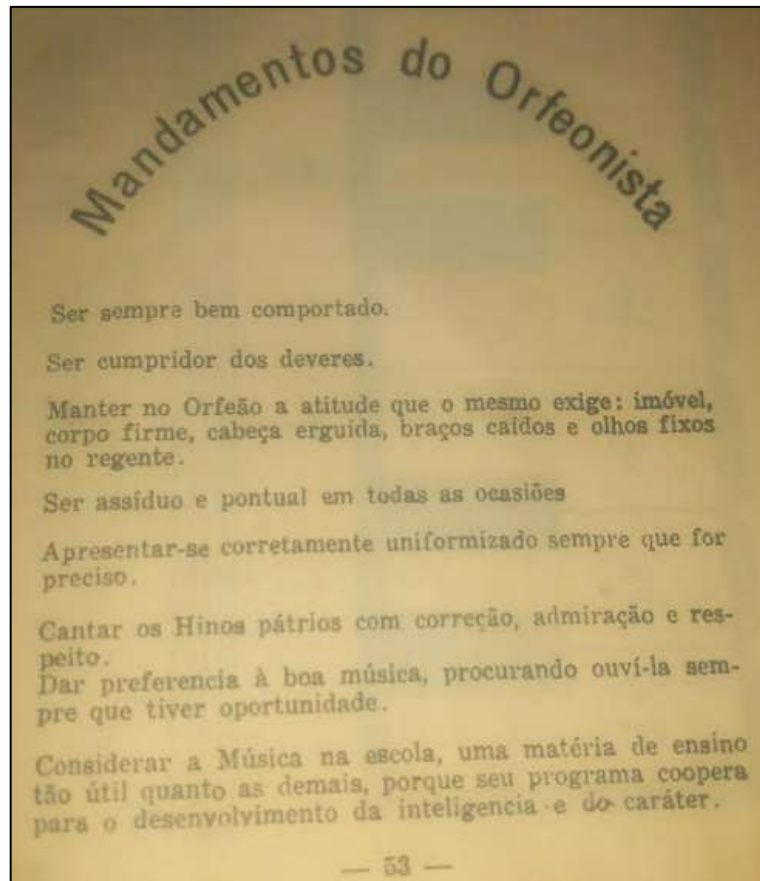
Bravo, professora Magdala! Isso mesmo! Precisamos intensificar uma campanha pró Hino Nacional! O que assistimos na Marcha da Família e no jogo Brasil x Argentina, foi lamentável! De acordo com o decreto 4545 de 31-7-42: "Ninguém poderá ser admitido no serviço público sem que demonstre conhecimento do Hino Nacional" (infelizmente nunca foi cumprido). O decreto, em nova redação, poderia se estender a todos que representassem o Brasil no estrangeiro, seja em missão diplomática, seleções esportivas, caravanas turísticas, estudantis, conjuntos artísticos etc. Quem sabe se o marechal Castelo Branco não concordaria? (UMA CARTA, *Diário de Notícias*, 1964, p. 3)

Assim, Olintina Costa faz coro com as declarações de Magdala Oliveira, que entende os eventos que culminaram na deposição de João Goulart como uma revolução, apesar de fazer críticas pontuais. Ao cobrar trabalho dos líderes do movimento, pode-se entender que ela desejava que eles continuassem o processo que iniciaram. Ao dizer que assistiu a Marcha da Família, talvez Olintina Costa não tenha participado presencialmente do movimento, mas será que ela concordava ou apoiava as ideias do mesmo? Por meio das fontes localizadas ao seu respeito, não se pode encontrar uma resposta precisa sobre essa questão. Todavia, em sua carta ao jornal, Olintina Costa faz uma menção a Castelo Branco, ao sugerir uma alteração em um decreto, de modo a ampliar a obrigatoriedade do conhecimento do Hino Nacional pela população, o que poderia ser feito por ele, um dos líderes do que Magdala chama de revolução e primeiro presidente do regime militar. Do mesmo modo, observa-se em suas palavras, bem como em seu Hinário Cívico, que acompanhou a carta, um fervor patriótico, sentimento que mobilizou a Marcha da Família.

No prefácio da obra, assinado por Olintina Costa, ela diz que o seu objetivo é "colaborar com o canto orfeônico, matéria que, aprimorando a cultura geral do estudante, constitui, ainda, um incentivo de amor à Pátria e à Arte Musical" (COSTA, s/d, p. 7). Em um total de 56 páginas, Olintina Costa apresenta a letra e partitura para piano do Hino Nacional Brasileiro, Hino da Independência do Brasil, Hino à Bandeira Nacional e Hino da Proclamação da República. Além disso, a autora apresenta para cada hino: um resumo histórico de sua construção; apresenta dados biográficos dos seus autores, tanto da letra como da música; promove uma análise musical; organiza

um vocabulário com algumas palavras da letra e, por fim, propõe um questionário com fins educativos de acordo com o conteúdo da obra. Igualmente, Olintina Costa (1963, p. 53) postula os “Mandamentos do Orfeonista”, conforme pode ser observado na imagem a seguir:

Imagem 18 - Texto²⁰ com os “Mandamentos da Orfeonista” constantes no Hinário Cívico, de Olintina Costa



Fonte: COSTA, s/d, p. 53 (Imagem produzida pelo autor)

Observa-se que o último mandamento é uma defesa explícita de Olintina Costa em favor da educação musical, ao dizer que a matéria não é inferior em relação às demais e que ela contribui com a formação da inteligência e do caráter. Igualmente, nota-se que os dois primeiros mandamentos criam um crivo para se integrar um orfeão, que é ter uma boa conduta e cumprir os deveres, que talvez se tratem dos

²⁰ Transcrição do texto da imagem: “Mandamentos do Orfeonista. Ser sempre bem comportado. Ser cumpridor dos deveres. Manter no Orfeão a atitude que o mesmo exige: imóvel, corpo firme, cabeça erguida, braços caídos e olhos fixos no regente. Ser assíduo e pontual em todas as ocasiões. Apresentar-se corretamente uniformizado sempre que for preciso. Cantar hinos pátrios com correção, admiração e respeito. Dar preferência à boa música, procurando ouvi-la sempre que tiver oportunidade. Considerar a Música na escola, uma matéria de ensino tão útil quanto as demais, porque seu programa coopera para o desenvolvimento da inteligência e do caráter”.

deveres legais. O cumprimento de alguns dos demais mandamentos pode ser identificado na imagem 15, na qual observa-se que as orfeonistas, entre as quais estavam estudantes da ENJK, apresentam-se devidamente uniformizadas com o traje da instituição, imóveis, com o corpo ereto, braços rentes ao corpo e com os olhares direcionados à regente, enquanto entoavam o Hino Nacional Brasileiro e o Hino da Independência do Brasil. Após esse momento, a cerimônia foi encerrada com o desfile do Destacamento da Polícia Militar da Guanabara perante a estátua de Tiradentes, conforme a imagem a seguir, na qual observa-se as estudantes do coral ao fundo:

Imagem 19 - Registro fotográfico do Diário Carioca (22/04/1964, p. 12), com sua respectiva legenda²¹.



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Nos jornais analisados, nota-se uma leitura enviesada dos fatos, por não haver espaço para o contraditório. Dessa maneira, limitaram e regularam a distribuição e a apropriação dos discursos, atuando, a partir de tais, na formação da opinião dos leitores, produzindo, assim, subjetividades (FOUCAULT, 2013; 2010). Com exceção do jornal *Última Hora*, Napolitano (2014) destaca que

os jornais passaram a ser peças-chave na conspiração a partir do final de 1963. Tradicionalmente ligada à linha liberal-conservadora, a grande imprensa brasileira consolidou a leitura de que o país caminhava para o comunismo e a subversão começava no coração do poder, ou seja, a própria Presidência da República. (NAPOLITANO, 2014, p. 46)

²¹ Transcrição da legenda da imagem: “Com homenagens prestadas por tropas da Polícia Militar, o dia de Tiradentes foi festejado, ontem, sendo depositadas diante de sua estátua, coroas de flores por soldados da PM. As homenagens ao alferes Joaquim José da Silva Xavier foram realizadas também em outros pontos da cidade e do país”.

Assim, de acordo com o autor (2014, p. 50), “a imprensa elaborou o discurso e a palavra de ordem”, não apenas antes do golpe civil-militar, mas após o mesmo, conforme observa-se nos jornais trabalhados nesse capítulo. Mais do que participantes da solenidade através de um coral, as estudantes da ENJK foram receptoras dos discursos proferidos no evento, pronunciados por defensores do movimento nomeado por Carlos Lacerda de “revolução vitoriosa no dia 1º de abril” (TIRADENTES..., *Diário Carioca*, 1964, p. 12). Os jornais analisados não apresentam discursos com visões contrárias ao movimento. Talvez, a comemoração à Tiradentes tenha sido um espaço que reuniu, apenas, aqueles que festejavam o golpe civil-militar, de acordo com o entendimento de Napolitano (2014) e Dreifuss (1986), contra o processo democrático em voga.

Qual era a posição das estudantes da ENJK, quais civis, perante a esses acontecimentos? Como elas não discursaram durante a solenidade, apenas entoaram hinos patrióticos, não se pode saber. Entretanto, os discursos proferidos pelo lado considerado vitorioso, indiciam uma dimensão formativa, pois, na medida em que realizam ao público presente, que incluía estudantes da ENJK, uma leitura dos acontecimentos que se desdobraram entre 31 de março e 1º de abril de 1964, assim como projeções futuras, contribuem para a formação de uma opinião acerca dos fatos.

A partir do pensamento foucaultiano, Paulo Vaz (2006) destaca que o processo de subjetivação se encadeia microfisicamente no tecido social. O autor (2006) assinala que o poder atua de modo sorrateiro e capilar na produção da subjetividade, entendendo-a como um processo permanente onde o indivíduo constrói a si mesmo de acordo com os modos de pensar e agir apreendidos socioculturalmente, julgando os seus pensamentos e ações segundo o olhar do outro. Ao invés de atuar repressivamente, “o poder é interferência contínua no processo de subjetivação”, destaca o autor (2006, p. 45).

O sujeito, de acordo com o pensamento foucaultiano, é produto das relações de poder e saber. Foucault (2010) demarca que o

poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o à sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra sujeito: sujeito a alguém pelo controle e dependência, e preso à sua própria identidade por uma consciência ou autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e torna sujeito a (FOUCAULT, 2010, p. 235).

Através do seu exercício, o poder dirige condutas, ordenando-as, fixando ao indivíduo uma verdade que forja a sua identidade. Assim, pode-se dizer que para além de uma celebração à Tiradentes, o evento atuou na produção de subjetividades do público presente, entre o qual estavam as estudantes da ENJK, ao produzir e veicular discursos através de procedimentos de controle, seleção, organização e distribuição (FOUCAULT, 2013), de modo a construir uma verdade sobre os fatos que interditasse outros saberes, visando o poder e a dominação.

A organização da celebração à Tiradentes escolheu justamente um coral de estudantes normalistas para a solenidade. Diante de tantos militares presentes, a efetuação apresenta-se como um indício (GINZBURG, 2007) relevante, uma vez que possui um caráter simbólico, por ser uma representação civil, estudantil e feminina. Mesmo que as estudantes não proferissem uma só palavra, a presença no evento, por si só, não na plateia, mas no palco onde os discursos proferidos, poderiam indiciar uma corroboração com as palavras ali proferidas.

Ao mesmo tempo, a ENJK se tratava de uma instituição formadora de professores para atuarem no ensino primário. As estudantes, ao se formarem, atuariam na educação das gerações futuras. Portanto, o coral era constituído por futuras professoras. No desenrolar do golpe, que se converteu rapidamente em um regime militar, conforme assinala Napolitano (2014), a educação foi considerada um importante setor para a concretização dos ideais de segurança, ordem e desenvolvimento nacional do regime. Cunha (2014, p. 914) destaca que a educação no contexto era vista como um importante “instrumento de regeneração moral do indivíduo e da sociedade”.

2.3 Formatura da ENJK de 1965: Lacerda muda de opinião

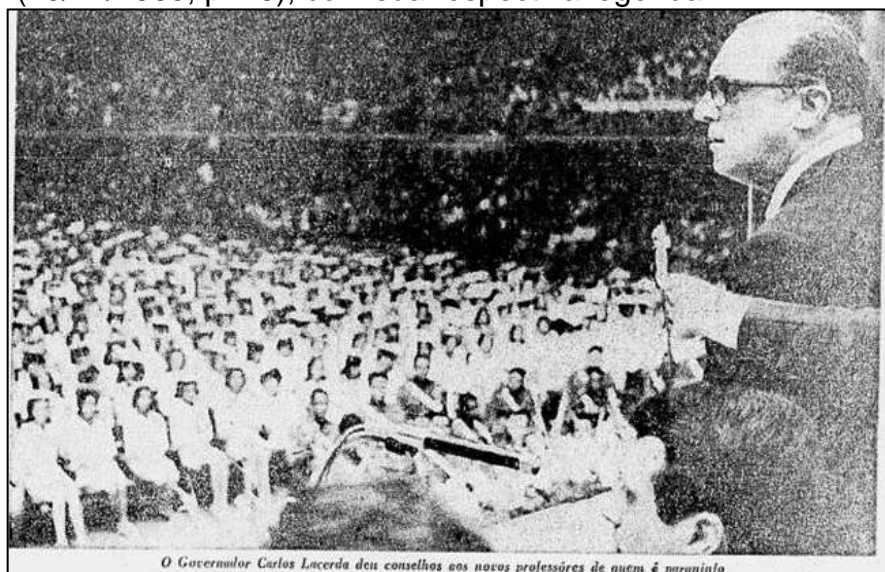
Conforme destacado na seção anterior, Carlos Lacerda, ao defender o que nomeou de revolução em 1º de abril de 1964, acreditava que a ação dos militares seria uma “‘intervenção saneadora’ com a volta das eleições à curto prazo”, conforme destaca Napolitano (2014, p. 67). No entanto, os objetivos do golpe civil-militar de “acabar com a elite reformista de esquerda e centro-esquerda, dissolver os movimentos sociais organizados e reorganizar a política de Estado a direção de uma nova etapa de acumulação de capital” exigiram ações a longo prazo, o que fez com

que os militares permanecessem no poder até o ano de 1985 (NAPOLITANO, 2014, p. 71).

Assim, chegou o ano de 1965 e não houve eleições livres para Presidente, com a permanência de Castelo Branco no poder até 1967. Desse modo, Carlos Lacerda, uma das lideranças civis do golpe, decidiu “se afastar definitivamente do governo e do regime militar, tornando-se o novo campeão da resistência democrática ao fundar, em 1966, a Frente Ampla junto com JK”, segundo Napolitano (2014, p. 82).

Um discurso proferido por Lacerda no final de 1965 evidencia a sua mudança de postura em relação ao governo militar. Em 19 de novembro daquele ano, o então governador da Guanabara discursou como paraninfo das formandas da ENJK, tendo como patrono John Kennedy, ex-Presidente dos Estados Unidos, conforme destaca o *Diário Carioca* (‘JÚLIA KUBITSCHKE’..., 1965, p. 2), em uma solenidade realizada no Maracanãzinho. Enquanto este jornal apenas fez referência ao evento, os jornais *Tribuna da Imprensa* (LACERDA..., 1965, p. 7) e *Jornal do Brasil* (LACERDA..., 1965, p. 16), ao reportarem a formatura, exibiram alguns destaques da fala de Carlos Lacerda, no qual ele apresenta às estudantes outra visão acerca do que chamou de “revolução vitoriosa no dia 1º de abril” (LACERDA..., *Diário de Notícias*, 1964, p. 3) cerca de um ano antes. O *Jornal do Brasil* apresentou o seguinte registro fotográfico do evento:

Imagem 20 - Registro fotográfico do *Jornal do Brasil* (20/11/1965, p. 16), com sua respectiva legenda²².



O Governador Carlos Lacerda deu conselhos aos novos professores de quem é paraninfo

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²² Transcrição da legenda da imagem: “O Governador Carlos Lacerda deu conselhos aos novos professores de quem é paraninfo”.

Ao dirigir a palavra às estudantes, Carlos Lacerda afirmou que tinha a amizade dos mais jovens, tanto que foi recepcionado calorosamente por elas, conforme destaca a *Tribuna da Imprensa* (LACERDA..., 1965, p. 7). Do mesmo modo, é válido destacar que, alguns meses antes, as alunas da ENJK levaram um buquê de rosas ao Governador, que prometeu construir o prédio próprio da instituição antes de terminar o seu mandato (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16). Tal atitude indica uma proximidade da instituição com Carlos Lacerda, tanto que ele foi convidado para ser o paraninfo das formandas de 1965. Por outro lado, pode indicar, apenas, uma proximidade por um interesse político da ENJK em ter a sua sede definitiva.

Diana Gonçalves Vidal e Rachel Duarte Abdala (2005, p. 178) salientam que as fotografias permitem um transporte “no tempo e no espaço, tocando o passado, eternizado pela ação mecânica da máquina fotográfica”. As autoras (2005, p. 178) pontuam que a relevância das fotografias como fonte para a história da educação está em seu “*dom* de permitir visualizar o ontem e o outro em seus contornos de *verdade*”. (Os grifos são das autoras).

Na imagem 20, pode-se observar que a fotografia foi realizada da tribuna da formatura, com destaque dado pelo fotógrafo à Carlos Lacerda enquanto discursava, bem como as formandas da ENJK, que ouviam o Governador sentadas enfileiradas na quadra do Maracanãzinho. A legenda registra que Carlos Lacerda deu conselhos às professoras da ENJK que se formavam. Naquela ocasião, antes de lançar a Frente Ampla, o Governador da Guanabara recomendou as estudantes o silêncio, ao dizer: “o silêncio tem por vezes valor mais alto e permanente do que a palavra mais eloquente” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16).

Enquanto em 21 de abril de 1964 Lacerda convocou os presentes à celebração à Tiradentes, que incluía estudantes da ENJK, a se unirem “em defesa da continuidade do processo de libertação nacional iniciado pelos militares” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1964, p. 5), como paraninfo convocou as professorandas a se unirem na “marcha do povo vitorioso para a democracia” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16). Do mesmo modo, ressaltou que depositava a confiança nos mais jovens para a concretização de uma transformação no Brasil:

Quando se procura dar o melhor que se tem para oferecer, recebe-se em troca tudo que há de melhor e tudo que se poderia desejar. A amizade da mocidade, a confiança dos mais novos, os únicos em que ponho esperanças para uma reforma profunda e geral para salvar o Brasil, é o melhor que eu tenho para receber. Sejais, pois, portadores dessa fé, instrumento dessa

progressista antecipação do futuro (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16).

Em seu discurso, Lacerda avaliou o momento que atravessavam como um “embotamento da inteligência”, ao tentaram transformar o Brasil de “País da alegria em País do medo”, pedindo a Deus que esse período fosse passageiro. Para que esse cenário fosse superado, exaltou a importância do magistério – a profissão na qual algumas se formavam – como a mais admirável das profissões, por ser a formadora das novas gerações. Lacerda disse: “Tendes em vossas mãos [...] a mais prodigiosa das profissões: aquela que consiste em traçar com vosso amor e com vosso esforço, todo o destino de uma criança, gerada na família, mas formada pelas vossas mãos” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16). Nesse sentido, o Governador convocou as estudantes a serem mais que professoras, “mas formadores de uma nação que não há de se esquecer nem da liberdade, nem da honra” (LACERDA..., *Jornal do Brasil*, 1965, p. 16).

Na formatura, não houve discurso por parte de algum representante das alunas. No lugar delas, discursou a Secretária de Educação da Guanabara, Maria Terezinha Saraiva, ao dizer que o governo estadual deu primazia à educação no período, por entendê-la como um direito de todos. Como nenhuma aluna discursou, pelo menos os jornais analisados não apresentam nenhuma fala delas, não foram encontrados indícios de como elas liam aquele momento.

Não se pode desconsiderar a dimensão formativa dessa solenidade, ao atuar na produção de subjetividades (FOUCAULT, 2010). Mais que formandas, as estudantes da ENJK foram ouvintes do discurso proferido por Carlos Lacerda, em que mudava radicalmente a sua opinião acerca dos acontecimentos de 1º de abril de 1964. Possivelmente, algumas alunas que se formavam, participaram do coral na celebração de 21 de abril de 1964, no qual Carlos Lacerda discursou em favor da ação dos militares. Agora, viam diante dos seus olhos, a mudança de postura do governador: de defensor, Carlos Lacerda passou a ser um opositor do governo militar, convocando as estudantes a se unirem em favor da democracia.

Após a fala de Lacerda, que parecia ser bem próximo da instituição, qual pensamento as estudantes da ENJK iriam adotar em relação aos governos militares? Se juntariam à marcha da democracia convocada por seu paraninfo? Através das fontes consultadas, infelizmente não foram encontrados indícios do pensamento das estudantes naquele momento, bem como da ENJK enquanto instituição. Tais

indagações ficam em aberto para futuras pesquisas, que podem empregar a história oral como metodologia investigativa.

Apesar disso, outros elementos encontrados nos jornais pesquisados permitem identificar indícios do apoio institucional da ENJK às ações do regime militar, especialmente em uma de suas principais frentes educacionais: o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL). Criado legalmente em 1967 durante o governo de Arthur Costa e Silva (1967-1969), o Mobral só foi efetivado durante a presidência de Emílio Garrastazu Médici (1969-1971) em 1971. Assim, o próximo capítulo analisará o processo de criação e implementação do Mobral no regime militar e a participação da ENJK no movimento que objetivou erradicar o analfabetismo no Brasil.

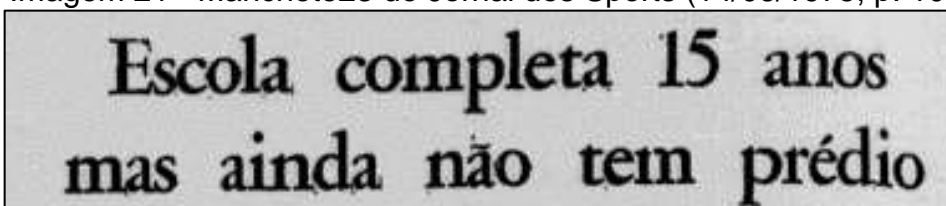
3 A ENJK E O MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO

Conforme evidenciado no primeiro capítulo, a ENJK foi criada oficialmente em 26 de abril de 1960 através da primeira lei do Estado da Guanabara, mas sem a provisão de um prédio próprio para o seu funcionamento, o que fez a instituição exercer as suas atividades em espaços de outras unidades escolares.

Em 1974, o então Presidente Ernesto Geisel decidiu pela fusão da Guanabara com o Rio de Janeiro, de modo a formarem uma única unidade federativa, inserido em um “projeto de estratégia nacional-desenvolvimentista, definido ainda pela política autoritária do regime militar” (FARIA; LOBO, 2005). Em 1975, quando a fusão se efetivou, continua sem um prédio próprio. Nesse ano, a instituição já não recebia mais a designação de Escola Normal, tendo sido transformada em 1973 em um Colégio Estadual com habilitação para o Magistério, conforme destaca os estudos de Lima (2017). Segundo o autor, tal mudança, assim como em outras instituições, se deu durante a efetivação do Plano Estadual de Educação, que ajustava o sistema educacional da Guanabara à Lei nº 5.692/1971, o que representou uma descaracterização das Escolas Normais.

Por ocasião dos seus 15 anos de existência, o *Jornal dos Sports* publica uma matéria com a seguinte manchete:

Imagem 21 - Manchete²³ do Jornal dos Sports (14/06/1975, p. 10)



**Escola completa 15 anos
mas ainda não tem prédio**

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Segundo Campos (2012, p. 64), os jornais se constituem como “espaços de visibilidade de determinados grupos e de silenciamento de outros”. Na matéria em questão, o *Jornal dos Sports* dá visibilidade à uma instituição formadora de professores, mas não foram localizados indícios que respondam se a matéria foi encomendada ou produzida por interesse do próprio periódico.

O texto da matéria pontua que apesar de ter completado 15 anos, a instituição continuava “a funcionar ‘provisoriamente’ nas instalações do Liceu de Artes e Ofícios”

²³ Transcrição do texto da imagem: “Escola completa 15 anos mas ainda não tem prédio”.

(ESCOLA..., *Jornal dos Sports*, 1975, p. 10). Apesar de ter sido doado um terreno à escola ao lado da instituição que a abrigava, a construção do prédio ainda não havia sido iniciada.

A partir de falas do Professor Araken de Abreu e Silva, então diretor da instituição, o *Jornal dos Sports* (ESCOLA..., 1975, p. 10) pontua que, apesar do curto tempo de funcionamento e da inexistência de um espaço físico próprio, “a escola vem se destacando no decorrer desses quinze anos, tendo realizado várias campanhas”. Entre diversas campanhas que a instituição participou, a fala do diretor apresenta indícios (GINZBURG, 2007) de participação da ENJK no Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com o objetivo de exemplificar a importância da instituição e fortalecer a luta em prol de um prédio próprio. Nesse sentido, o jornal diz:

O Professor Araken fala entusiasmado sobre o MOBRAL que, segundo ele: “teve origem aqui no ‘Júlia’ em 1970 quando estruturamos um plano de prestação de serviços por parte dos alunos, visando a retribuição do ensino gratuito. E foi através da alfabetização de pessoas”. (ESCOLA..., *Jornal dos Sports*, 1975, p. 10)

Com o possível desejo de sensibilizar as autoridades militares que estavam no poder sobre a importância da instituição e a necessidade de um prédio próprio para o seu funcionamento, o entrevistado afirma que a escola foi a pioneira do Mobral – o projeto do regime militar que buscou erradicar o analfabetismo no Brasil.

Tendo essas declarações, cercadas de interesses, como ponto de partida, o presente capítulo organiza-se em duas seções. A primeira seção tem o objetivo de compreender os processos de criação e implementação do Mobral no Brasil, de modo a perceber os interesses por trás do movimento, com o apoio das contribuições de Ana Cristina Pederiva (2015), por meio de sua dissertação de mestrado intitulada “*O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever*”: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha-MG (1970-1985), dos estudos de Moacyr de Goés e Luiz Antônio Cunha (1989), constantes na obra *O golpe na educação*, e das análises de Napolitano (2014). A seguir, a segunda seção, através dos jornais pesquisados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, objetiva compreender a participação da ENJK no Mobral, entendendo tal participação indício (GINZBURG, 2007) de apoio institucional em uma das frentes educativas do regime militar.

3.1 O Mobral no regime militar: criação, implementação e interesses

De acordo com Góes e Cunha (1989), no início da década de 1960 surgiram muitos movimentos de educação e cultura popular no Brasil, entre os quais destacam-se: o Movimento de Cultura Popular, a Campanha De Pé No Chão Também Se Aprende a Ler, o Movimento de Educação de Base, o Centro Popular de Cultura e o Sistema Paulo Freire. Tais movimentos foram empreendidos por diferentes intelectuais, docentes e estudante. Embora apresentassem diferenças entre eles e problemas pontuais, tinham o interesse em comum de promover mudanças na educação brasileira e lutar contra o analfabetismo no país.

Devido a ascensão dos militares ao poder em 1964, “os movimentos de educação e cultura popular foram destruídos e os seus educadores e aliados cassados, presos e exilados” (GÓES; CUNHA, 1989, p. 34), uma vez que as suas práticas eram consideradas subversivas e contrárias aos ideais do regime.

Com o objetivo de controlar esses movimentos de educação de base, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) estabeleceu diversos convênios com a USAID – agência que visava promover uma colaboração técnica entre os Estados Unidos e os países da América do Sul. Mais do que isso, a agência representava uma forma de se exercer uma vigilância de perto sobre esses países, de modo a coibir o avanço do comunismo no contexto da Guerra Fria.

Os convênios com a USAID determinaram os rumos da educação nacional durante a ditadura militar, promovendo uma “desnacionalização do campo educacional” em todos os níveis de ensino, assinalam Góes e Cunha (1989, p. 33). Através deles, diversas campanhas e cruzadas com a bandeira da alfabetização se espalharam pelo Brasil. Para além do objetivo de alfabetizar, tinham a intenção de sanear as ideias consideradas subversivas difundidas pelos movimentos anteriores.

Uma dessas campanhas foi a Cruzada ABC – Ação Básica Cristã, que ocorreu no Brasil entre os anos de 1966 a 1970, através de um acordo firmado com a USAID. De acordo com os estudos de Pederiva (2015), tal cruzada foi empreendida por missionários estadunidenses com o apoio de evangélicos brasileiros, com o objetivo de alfabetizar adultos a partir de princípios cristãos. Para além disso, a autora (2015, p. 26) destaca que “a campanha também atuava como importante mecanismo de controle dos ideais de educação popular difundidos no período anterior ao golpe,

muitos dos quais não se encontravam plenamente adormecidos e precisavam ser neutralizados”.

O Mobral, criado legalmente através da lei 5.379 de 1967 do governo de Costa e Silva, foi inspirado em movimentos como a Cruzada ABC. O objetivo do movimento era alfabetizar jovens e adultos entre 15 e 35 anos de idade, com a meta de erradicar o analfabetismo no Brasil em um período de dez anos. No entanto, foi apenas em 1970, durante o governo de Médici, que o Mobral “veio de fato a iniciar as suas atividades, estabelecer seus propósitos e se tornar um grande movimento de massa”, conforme assinala Pederiva (2015, p. 27), com várias ramificações pelo Brasil.

O movimento possuía um caráter tecnicista, ao valorizar a aplicação de manuais e colocar em segundo plano a relação entre professores e alunos no processo de ensino e aprendizagem, segundo a autora (2015). Desse modo, o professor seria um mero aplicador de manuais e o aluno um receptor dos conhecimentos expostos por ele. Em suas cartilhas, o Mobral veiculava discursos de higiene, saúde, patriotismo e trabalho, de modo a incutir no analfabeto oriundo das classes desfavorecidas a necessidade de contribuir para o progresso da nação e, através do seu empenho pessoal, melhorar a sua qualidade de vida.

Através do Mobral, Góes e Cunha (1989, p. 59) asseveram que “o objetivo do governo autoritário, anti-revolucionário e anti-reformista, era criar, pela via ‘doce’ da alfabetização, uma base política de novos eleitores (alfabetizados, portanto) para a sustentação política do regime”. Seguindo essa mesma linha de pensamento, Pederiva (2015) pontua que

As iniciativas dos movimentos sociais no âmbito da alfabetização de adultos foram monopolizadas pelo Estado, uma vez que os movimentos de educação popular foram vigiados, perseguidos com o advento da ditadura e considerados ilegais. As diversificadas ações almejadas pelo MOBREAL corroboram o seu interesse em criar mecanismos que aproximassem o Estado militar da população suscetível ao analfabetismo e fragilizada devido às disparidades socioeconômicas. Fica clara a intenção do Estado ditatorial em criar dispositivos de controle com vistas a conter os possíveis movimentos contestatórios ao regime ditatorial (PEDERIVA, 2015, p. 29).

Nesse diapasão, a autora (2015) faz menção ao conceito de governamentabilidade proposto por Michel Foucault (1999), por entender o Mobral como uma ferramenta do regime ditatorial para produzir verdades e prescrever condutas de moral, com o objetivo de construir subjetividades a partir de discursos de obediência e patriotismo e, assim, inibir possíveis movimentos contrários ao regime.

3.2 “Teve origem aqui no ‘Júlia’”: a participação da ENJK no Mobral

3.2.1 A campanha de alfabetização de 1970: precursora do Mobral?

Em uma seção chamada *Ensino em Pauta*, assinada por Osvaldo Barcellos, o *Diário de Notícias* de 7 de junho de 1970 apresentou uma matéria com o seguinte título e imagem:

Imagem 22 - Título²⁴ e imagem de matéria do Diário de Notícias (07/06/1970, p. 6)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Por meio dessa seção, o jornal dá visibilidade (CAMPOS, 2012) às estudantes da ENJK, representadas pelo “clic” fotográfico (MAUAD, 1996, p. 76), que buscavam promover uma campanha de alfabetização de adultos. Conforme evidenciado na primeira seção desse capítulo, o Professor Araken de Abreu e Silva, então diretor da instituição, afirmou ao *Jornal dos Sports* (ESCOLA..., 1975, p. 10) que o objetivo da ação era que as alunas da ENJK retribuíssem a gratuidade do ensino oferecido pela instituição por através da ação de alfabetizar. Como a ENJK era uma instituição formadora de professores, que também teriam a responsabilidade de alfabetizar

²⁴ Transcrição do texto da imagem: “Normalistas empreendem campanha de alfabetização”.

depois de formados, a campanha também pode ser percebida como uma oportunidade de os estudantes aplicarem na prática os conhecimentos construídos durante a formação.

O *Diário de Notícias* (NORMALISTAS..., 1970, p. 6) qualifica a ação como uma “grandiosa campanha de alfabetização de adultos, visando contribuir para erradicar o analfabetismo no Brasil”. Para efetuar a inscrição, os interessados deveriam se dirigir à instituição, portando um documento de identificação e uma fotografia tamanho 3x4.

Como a convocação foi realizada através de um jornal impresso, que veicula informações através de conteúdo escrito, é possível admitir que as pessoas analfabetas não teriam acesso ao chamamento. Isso exigiria que os leitores do jornal, ao lerem a matéria, divulgassem a ação da ENJK para o público alvo da campanha. Por não esperar, talvez, que isso se efetivasse facilmente, o Professor Araken de Abreu e Silva rememora (ESCOLA..., *Jornal dos Sports*, 1975, p. 10) que “os alunos do ‘Júlia’ realizaram um censo – o mais completo – no centro da cidade”, região onde a instituição funcionava, com o objetivo de identificar pessoas analfabetas e, assim, convidá-las para se beneficiarem da campanha.

Cerca de duas semanas após noticiar a campanha, o *Diário de Notícias* apresenta a seguinte nota, dessa vez com uma convocatória aos alunos da ENJK:

Imagem 23 - Nota²⁵ do Diário de Notícias (21/06/1970, p. 6)

O Grêmio Cultural Monteiro Lobato, da Escola Normal Júlia Kubitschek, está promovendo uma campanha de alfabetização de adultos e solicita o comparecimento de um maior número possível de alunos para que o curso possa ser iniciado.

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

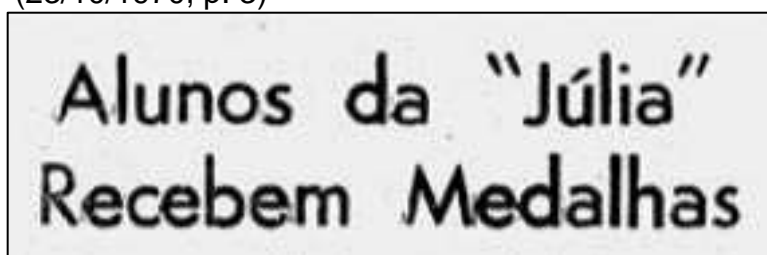
A partir dessa nota, pode-se perceber que, nesse momento, já havia um quantitativo de inscritos suficiente para o início do curso. O fato do Grêmio Cultural Monteiro Lobato – o promotor da campanha, segundo a nota – solicitar o comparecimento em massa dos estudantes da ENJK, pode sugerir um alto número

²⁵ Transcrição do texto da imagem: “O Grêmio Cultural Monteiro Lobato, da Escola Normal Júlia Kubitschek, está promovendo uma campanha de alfabetização de adultos e solicita o comparecimento de um maior número possível de alunos para que o curso possa ser iniciado”.

de interessados. Entre a publicação da campanha e a convocação dos estudantes para o início do curso, as fontes consultadas não apresentam maiores detalhes sobre a organização e o funcionamento do curso.

Passado algum tempo, o *Diário de Notícias* volta a dar visibilidade (CAMPOS, 2012) à ENJK em suas páginas, dessa vez por veicular a condecoração dos estudantes da instituição por terem empreendido uma campanha de alfabetização, conforme pode ser observado na manchete abaixo:

Imagem 24 - Manchete²⁶ do Diário de Notícias (23/10/1970, p. 3)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A matéria, veiculada em uma sexta-feira, diz que na terça-feira seguinte – 27 de outubro de 1970 – ocorreria uma cerimônia no auditório do Liceu de Artes e Ofícios, onde a ENJK exercia as suas atividades, na qual os estudantes da instituição seriam reconhecidos pela campanha de alfabetização de adultos iniciada em junho daquele ano. A solenidade seria presidida pelo diretor da ENJK, o Professor Araken de Abreu e Silva.

Dentre outras autoridades, participaram da solenidade Vieira de Melo, Secretário de Educação da Guanabara do governo de Francisco Negrão de Lima, e o Marechal Justino Alves Bastos, então presidente do Museu de História Marechal Rondon, uma vez que, conforme salienta o jornal, tal instituição cooperou com a campanha de alfabetização empreendida pela ENJK. Desse modo, estava presente à solenidade uma autoridade militar que havia cooperado com a derrubada de João Goulart da Presidência da República em 1964, segundo o verbete para Joaquim Justino Alves Bastos do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*²⁷.

Enquanto comandante do IV Exército, com sede em Recife/Pernambuco, Justino Alves Bastos organizou, entre os anos de 1963 a 1964, variadas ações no

²⁶ Transcrição do texto da imagem: "Alunos da 'Júlia' recebem medalhas".

²⁷ Produção do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sob coordenação de Alzira Alves de Abreu (2010).

nordeste brasileiro que garantissem o sucesso das conspirações em curso contra o então Presidente João Goulart. Uma dessas ações, segundo o verbete (ABREU, 2010), foi o “‘Plano das Capturas’, que deveria ser acionado no momento do golpe, já tendo localizado a priori os futuros prisioneiros”, sendo eles integrantes de setores à esquerda, ligados à João Goulart e à Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul.

Assim, quando o general Olímpio Mourão Filho deu início às ações conspiratórias em 31 de março de 1964, conforme já delineado no primeiro capítulo, Justino Alves Bastos pôs em ação o seu plano, ao aprisionar cerca de mil pessoas no Nordeste. Além disso, determinou a prisão de Miguel Arrais, então governador de Pernambuco. No dia seguinte, quando o afastamento de João Goulart da presidência se consolidou, Justino Alves Bastos manifestou o seu apoio à ação militar vitoriosa (ABREU, 2010).

O apoio inicial não se perpetuou, uma vez que as ambições políticas de Justino Alves Bastos entraram em conflito com o pensamento do general Castelo Branco, primeiro presidente do regime militar. Na ocasião, Justino Alves Bastos desejava se candidatar para o governo do Rio Grande do Sul, mas para tal precisava ter domicílio eleitoral no Estado. Tal pretensão “esbarrou na firme oposição de Castelo Branco, que fechou questão em favor da manutenção da exigência de domicílio eleitoral para o pleito nos estados. Insatisfeito, Justino passou a criticar os rumos tomados pela Revolução de 1964”. Devido à essa postura, “foi exonerado do cargo por ato do ministro da Guerra, general Costa e Silva, devido à sua insistência em contrariar as posições adotadas pela alta cúpula militar” (ABREU, 2010). Desse modo, quando participou da solenidade de condecoração das estudantes da ENJK em 1970, Justino Alves Bastos, com a patente de Marechal na ocasião, já havia rompido com os líderes do movimento conhecido entre os conspiradores como Revolução de 1964 (NAPOLITANO, 2014).

Durante a solenidade, o *Diário de Notícias* (ALUNAS..., 1970, p. 3) informa que os estudantes da ENJK receberiam medalhas por terem alfabetizado, “antecipando-se ao MOBREAL”, 420 pessoas, com idades entre 14 e 70 anos, em um período de seis meses. Tal número de alfabetizados entra em conflito com a lembrança do Professor Araken de Abreu e Silva em entrevista ao *Jornal dos Sports* em 1975, na qual ele rememorou que a campanha foi capaz de “alfabetizar cerca de mil pessoas, na maioria adultos, que não tiveram oportunidade”. Apesar da incongruência entre

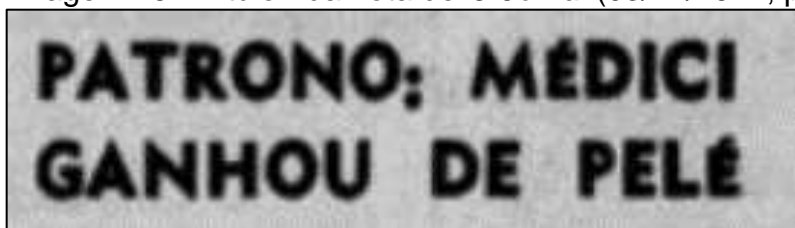
números, o diretor também reforça a ideia de que a instituição foi a precursora do Mobral, ao dizer que “algum tempo depois, nos mesmos moldes era lançado o MOBREAL no Brasil” (ESCOLA..., *Jornal dos Sports*, 1974, p. 10).

Em 1971, os estudantes da ENJK seriam novamente reconhecidos pela campanha de alfabetização promovida, dessa vez na celebração do Dia Nacional de Rondon, realizada pelo Museu de História Marechal Rondon, ainda com o Marechal Joaquim Justino Alves Bastos em sua presidência, e pela Legião de Honra Marechal Rondon, conforme evidencia uma nota do *Diário de Notícias* (HISTÓRIA, 1971, p. 23). A nota continua a informar que a solenidade ocorreria no dia 11/05/1971, às 21 horas, no Teatro Municipal, sendo presidida pelo presidente da Academia Brasileira de Letras (ABL), Dr. Austregésilo de Athayde. Na ocasião, uma mensagem alusiva à data, produzida pelo Marechal Eurico Gaspar Dutra, seria lida. Na sequência, as demais autoridades presentes discursariam e haveria a participação do Orfeão da ENJK, acompanhada pela Banda da Polícia Militar.

Após os discursos, a nota assinala que inúmeras pessoas, das mais diversas partes do Brasil, seriam condecoradas por empreenderem campanhas cívico-culturais no país. Entre os homenageados, os únicos referenciados nominalmente na nota são os estudantes da ENJK, que receberiam o Diploma do Mérito Escolar Marechal Rondon por “cumprirem, pessoalmente, tarefas de alfabetização de adultos” (HISTÓRIA, 1971, p. 23). Na ocasião, estudantes de outras instituições escolares se comprometeriam a realizar uma ação “idêntica” à promovida pela ENJK, “colaborando, dessa forma, com o Movimento Brasileiro de Alfabetização”, conforme pontua o *Diário de Notícias* (HISTÓRIA, 1971, p. 23).

3.2.2 A campanha de alfabetização de 1972: sob a coordenação do Mobral

Os jornais pesquisados não evidenciam que a ENJK realizou uma campanha de alfabetização no ano de 1971. Isto se deu, talvez, pelo fato da instituição estar no aguardo das orientações da coordenação geral do Mobral, que estava em implementação naquele ano, embora sua criação legal tenha sido em 1967. Entretanto, evidenciam um apoio da instituição ao presidente cujo governo foi responsável pela implementação do Mobral, a saber, Emílio Garrastazu Médici, conforme uma nota publicada pelo *O Jornal*, com o seguinte título:

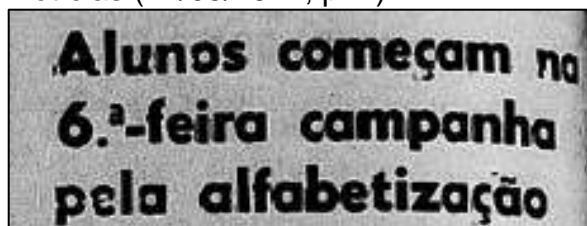
Imagem 25 - Título²⁸ da nota de *O Jornal* (03/12/1971, p. 2)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

A nota informa que os formandos da ENJK de 1971 realizaram uma votação para a escolha do patrono daquele ano, sendo os candidatos o jogador de futebol Pelé e o Presidente Emílio Garrastazu Médici, que governou o Brasil entre os anos de 1969 a 1974. Este último, segundo a nota, venceu a votação com ampla vantagem. Após a eleição, as formadas foram convidar pessoalmente o marechal no Palácio Laranjeiras que, apesar da risada dada pela situação, prometeu comparecer à solenidade. Não foi possível, infelizmente, identificar nas fontes pesquisadas se isso se concretizou de fato, uma vez que não documentam a formatura de 1971.

O fato de escolherem Médici como patrono das formandas e por ampla maioria, evidencia um apoio ao presidente, figura máxima do regime militar à época. Médici, conforme pontuado nos estudos de Napolitano (2014, p. 72), foi um dos protagonistas do período compreendido como “anos de chumbo” (1968-1976), devido às posturas autoritárias do seu governo, o que incluía a forte repressão aos opositores do governo. O autor (2014, p. 72) assinala que “neste período, a tortura, os desaparecimentos de presos políticos, a censura prévia e o cerceamento do debate político-cultural atingiram seu ponto máximo nos vinte anos que durou a ditadura brasileira”.

Em 1972, já sob o direcionamento do Mobral, a instituição empreende uma nova campanha de alfabetização, conforme a seguinte manchete do *Diário de Notícias*, que continua a dar visibilidade (CAMPOS, 2012) às ações da ENJK:

Imagem 26 - Manchete²⁹ do Diário de Notícias (17/05/1972, p. 7)

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

²⁸ Transcrição do texto da imagem: “Patrono: Médici ganhou de Pelé”.

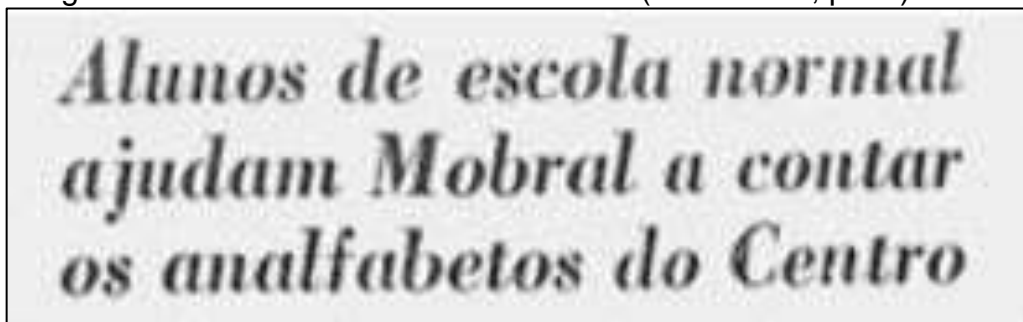
²⁹ Transcrição do texto da imagem: “Alunos começam na 6ª feira campanha pela alfabetização”.

Assim como em 1970, a etapa inicial da campanha seria a realização de um censo na zona central da Guanabara, onde a ENJK estava situada, com o intuito de apurar o número de analfabetos na região. Dessa vez, a instituição não realizaria o trabalho sozinha, mas em cooperação com o Colégio Estadual Sousa Aguiar (CESA) e o Colégio Estadual Celestino da Silva (CECS). O *Diário de Notícias* (ALUNOS..., 1972, p. 7) informa que até a data de circulação da matéria, o levantamento ainda não havia sido iniciado, uma vez que o envio das fichas de identificação do censo ainda não tinha sido realizado pela coordenação do Mobral. Assim, elas programavam iniciar a apuração das pessoas analfabetas no dia 19/05/1972 (sexta-feira), quando previam ter o material necessário em mãos.

Segundo a matéria (ALUNOS..., *Diário de Notícias*, 1972, p. 7), as três instituições, em uma “campanha conjunta para a erradicação definitiva do analfabetismo na Guanabara”, ficariam responsáveis pela realização do censo em 233 ruas e avenidas da região central do Estado. Desse total, 43 ruas ficaram sob a responsabilidade de cerca de 180 estudantes da ENJK.

No dia 26/05/1972, o *Diário de Notícias* publica outra matéria, dessa vez com o objetivo de apresentar como estava sendo o trabalho das estudantes da ENJK no censo, que não foi iniciado na data prevista, mas apenas no dia 22/05/1973, uma segunda-feira. Do mesmo modo, o censo foi iniciado sem a colaboração dos alunos do CESA e do CECS, pois estas instituições ainda não haviam recebido o material necessário da coordenação do Mobral. Além do *Diário de Notícias*, o *Jornal do Brasil* também publicou uma matéria sobre a realização do censo, tendo a seguinte manchete:

Imagem 27 - Manchete³⁰ do Jornal do Brasil (27/05/1972, p. 18)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

³⁰ Transcrição do texto da imagem: “Alunos de escola normal ajudam Mobral a contar os analfabetos do Centro”.

Segundo as matérias, os estudantes que participaram do censo eram do terceiro ano do Curso Normal, sendo “175 moças e cinco rapazes” (ALUNOS..., *Jornal do Brasil*, 1972, p. 18), que realizavam o trabalho de modo a prestar um “auxílio à coordenação regional do MOBREAL” (ATÉ..., *Diário de Notícias*, 1972, p. 6). A participação na atividade não impedia que os estudantes frequentassem as suas aulas, posto que se dedicavam à campanha durante o contra turno. Os alunos foram organizados em grupos de quatro integrantes cada, perfazendo um total de 45 equipes, distribuídas pelos seguintes logradouros da região central da Guanabara:

Buenos Aires, Debret, Dom Manuel, Travessa do Comércio, Miguel Couto, Tinoco, Monte Castelo, Natividade, Praça Pio X, Santana, Travessa Santa Luzia, Travessa Tinoco, Senhor dos Passos, Teatro, Vieira Fazenda, Travessa Tocantins, Teófilo Otoni, Travessa Trajano, Treze de Maio, Imprensa, Marechal Câmara, Irineu Marinho, Largo da Misericórdia, Rosário, Beco do Rosário, Ramalho Ortigão, Pedro Lessa, General Justino, Gonçalves Dias, Anfilófilo de Carvalho, Batalha, Azeredo Coutinho, Bittencourt da Silva, Largo da Misericórdia, Travessa do Passe, Ouvidor, Avenida Passos, Frederico Silva, Silvio Noronha, Andradas e General Caldwell (ATÉ..., *Diário de Notícias*, 1972, p. 6).

Para o levantamento do maior número possível de analfabetos, as equipes deveriam visitar, sem exceção, todas as residências, estabelecimentos comerciais, prédios, incluindo os de órgãos públicos, das ruas designadas. Segundo o *Jornal do Brasil* (ALUNOS..., 1972, p. 18), às “9h30m, os grupos saíram da Escola Normal Júlia Kubitschek, na Rua Frederico Silva, 98, levando os formulários que deveriam ser preenchidos pelas firmas ou moradores de residências, indicando o número de analfabetos”.

Quando os grupos encontravam uma pessoa do público alvo da campanha, eram oferecidas duas possibilidades de participarem do curso do Mobreal, a saber: três aulas semanais, com duas horas cada, ou cinco aulas semanais, com uma hora e meia cada. Por mais que as pessoas desejassem participar do curso, o tempo para realizá-lo era um empecilho para muitos, uma vez que trabalhavam durante todo o dia, além de realizarem serviços extras à noite para aumentar a renda. Além desses fatores, muitas pessoas moravam distantes dos seus locais de trabalho. Algumas, inclusive, levavam cerca de duas horas para a realização do trajeto, o que dificultava ainda mais ter um tempo disponível para frequentarem as aulas, conforme destaca o *Jornal do Brasil* (ALUNOS..., 1972, p. 18).

Um dos recenseados fez com que algumas normalistas se emocionassem. Quando visitaram o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, encontraram o senhor

Gaudêncio Bezerra de Miranda, com seus 65 anos. Mesmo com os seus cabelos brancos, tinha muita vontade de aprender a ler e escrever. Uma das alunas que participou da campanha – Alda Falcão da Silva, de 18 anos – disse ao *Jornal do Brasil* (ALUNOS..., 1972, p. 18): “é realmente comovente ver um velhinho com todas essas rugas e cabelos brancos querendo estudar, enquanto que jovens cheios de saúde desperdiçam a oportunidade que talvez não tenham outra vez”.

Além desse senhor, foram localizados mais quatro funcionários analfabetos na instituição. Apesar do interesse em participar do curso, não dispunham de tempo. Para resolver esse problema, um dos interessados, o senhor Alfredo da Costa Romeu, sugeriu ao *Jornal do Brasil* (ALUNOS..., 1972, p. 18): “o ideal para nós seria uma escola do Mobral funcionando dentro da própria repartição, para que nós não tivéssemos de ir em casa para ainda ir à escola, o que seria muito mais cansativo e nos tomaria muito tempo”.

Outro órgão público visitado por um dos grupos foi o Ministério do Trabalho, no qual foram identificados cerca de 200 analfabetos. Todavia, o órgão informou às estudantes que o próprio ministério encaminharia os funcionários ao Mobral, conforme destaca o *Diário de Notícias* (ATÉ..., 1972, p. 6). Ainda, durante o recenseamento, um dos grupos visitou o Ministério da Educação e Cultura (MEC), no qual os estudantes encontraram muitas barreiras para a realização do censo. As pessoas que receberam o grupo afirmaram que era impossível, em um órgão responsável pela educação nacional, a existência de analfabetos. Vencidos os obstáculos, o grupo localizou seis funcionários analfabetos no MEC, que não eram capazes de assinar, até mesmo, o próprio nome. Diante dessa constatação, o *Diário de Notícias* produziu a seguinte manchete para a matéria sobre o censo:

Imagem 28 - Manchete³¹ do Diário de Notícias (26/05/1972, p. 6)

Até no MEC normalistas encontraram analfabetos

Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

De um modo geral, os estudantes da ENJK, conforme disseram em entrevista ao *Diário de Notícias*, qualificaram o trabalho como um sucesso, apesar de algumas dificuldades encontradas. Conforme destacado por uma das estudantes:

³¹ Transcrição do texto da imagem: “Até no MEC normalistas encontraram analfabetos”.

Alguns casos pitorescos acontecem e são muitas as pessoas que não querem dar informações. A pior rua foi a Buenos Aires. Lá, em várias lojas comerciais, os proprietários logo se apressavam em dizer: - Não temos nada para dar. Passem outro dia (ATÉ..., *Diário de Notícias*, 1972, p. 6).

O *Diário de Notícias* colocou em sua matéria o seguinte registro fotográfico do censo:

Imagem 29 - Registro fotográfico do *Diário de Notícias* (26/05/1972, p. 6), com sua respectiva legenda³².



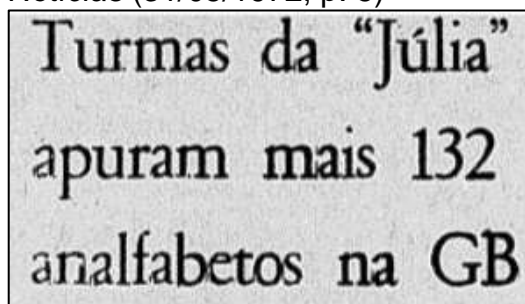
Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

Na imagem, observamos que o fotógrafo deu o “clic” (MAUAD, 1976, p. 76) na espontaneidade da ação, enquanto um grupo de quatro estudantes da ENJK realizavam a pesquisa. Com pastas em mãos, possivelmente com as fichas produzidas pela coordenação do Mobral, as alunas foram fotografadas com semblantes amistosos, apesar do gesto e feição do senhor que tentavam entrevistar indicar uma rejeição à participação. Assim, além de documentar o censo através de uma imagem, o *Diário de Notícias* busca ilustrar as dificuldades encontradas durante o trabalho.

Em 31/05/1972 os trabalhos ainda não haviam sido concluídos, conforme destaca matéria do *Diário de Notícias* que circulou na data, apresentando a seguinte manchete:

³² Transcrição da legenda da imagem: “Enfrentando algumas dificuldades, normalistas cariocas apuram quantos analfabetos ainda existem na Guanabara.”

Imagem 30 - Manchete³³ do *Diário de Notícias* (31/05/1972, p. 5)



Fonte: Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional

O jornal afirma que, na ocasião, o censo empreendido pelas estudantes da ENJK estava em fase de conclusão, com previsão de término no dia 06/05/1972, data na qual os dados colhidos durante o censo seriam enviados à coordenação do Mobral. Assim, o censo durou cerca de 16 dias para ser realizado, contando os finais de semana. Através das fontes consultadas, não foi possível determinar o número de analfabetos recenseados.

Segundo a coordenadora do Mobral na região, professora Sueli Raposo Medeiros, em entrevista ao *Diário de Notícias* (TURMAS..., 1972, p. 5), o trabalho demorou mais que o previsto, pois o número de recenseadores era baixo em relação à demanda, bem como pelo fato das estudantes não poderem dedicar um tempo maior à campanha, por estarem envolvidas com os seus próprios estudos.

Diferentemente da campanha promovida em 1970, quando os estudantes da ENJK, além de realizarem o censo, participaram ativamente no processo de alfabetização de jovens e adultos, as fontes pesquisadas não indiciam essa participação direta na alfabetização das pessoas na campanha de 1972. Enquanto em 1970 a campanha de alfabetização foi empreendida pela vontade da própria instituição, com organização e funcionamentos próprios, em 1972 ela estava sob a coordenação do Mobral, que organizava o movimento em todo o país.

Em 1970, quando o Mobral só existia na legislação, a ENJK ergueu a bandeira de estar se antecipando ao movimento, o que foi reconhecido por pelo menos duas vezes em cerimônias nas quais os estudantes da instituição foram condecorados pelo feito. Dois anos após, participaram do Mobral efetivamente, mesmo que apenas através realização do censo, sem desconsiderar a importância dessa etapa inicial para a formação das turmas. Em 1972, a alfabetização das pessoas interessadas ficaria

³³ Transcrição do texto da imagem: "Turmas da 'Júlia' apuram mais 132 analfabetos na GB".

sob a responsabilidade dos monitores selecionados pelo Mobral, que recebiam uma quantia em dinheiro da coordenação geral do movimento para realizarem a tarefa.

Apesar dessas diferenças, as duas campanhas que a ENJK participou – documentadas pelos jornais da época – indiciam (GINZBURG, 2007) um apoio explícito ao Mobral, uma das principais propostas educativas do regime militar, antes e depois da sua implementação efetiva. Conforme destaca Napolitano (2014, p. 168), o movimento “serviu mais como propaganda do governo do que como arma efetiva para alfabetizar adultos, dada a metodologia tecnicista que o norteava”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Minha relação com o CEJK já dura onze anos. Iniciei como aluno no início de 2009, fui estagiário do seu Colégio de Aplicação e nessa instituição concluí a minha primeira formação docente em 2012. Mas, esse relacionamento não se encerrou ali. Retorno como pesquisador algum tempo depois, através de uma disciplina da minha graduação em Pedagogia na EDU/UERJ, com o desafio de me distanciar desse espaço e estranhá-lo, com o objetivo de empreender uma pesquisa sobre a história da instituição.

Com a finalização do meu trabalho monográfico sobre o CEJK e o término da graduação, o relacionamento com a instituição se manteve, dessa vez através do Mestrado em Educação no ProPEd/UERJ, no qual me propus a continuar a investigar a instituição no campo da História da Educação, por perceber, assim como Lima (2017), que a maioria das pesquisas sobre formação de professores se concentram no Instituto de Educação, com uma carência de estudos sobre as demais Escolas Normais do Rio de Janeiro.

Nesse novo momento, puxei fios do meu trabalho monográfico para a elaboração do projeto investigativo. Naquele caminhar, me deparei com uma afirmação na pesquisa desenvolvida por Chaves (2000) sobre o rigor do CEJK no período Ditadura Civil-Militar. Como a autora não se aprofundava na questão, me questionei sobre as relações entre o percurso dessa instituição formadora de professores e tal contexto da história brasileira.

Como observado no levantamento realizado em revistas do campo da História da Educação, o que também é corroborado através da obra organizada por Gonçalves e Ranzi (2012), ainda são poucos os estudos que permitem compreender como as instituições escolares e os seus sujeitos reagiram as diretrizes dos governos militares. Além disso, as autoras sinalizam que embora a Ditadura Civil-Militar seja um período conhecido pela censura, repressão e tortura, uma grande parcela da sociedade civil aderiu e apoiou os diferentes governos militares no período.

Assim, com o recorte temporal entre os anos de 1960 a 1973 – quando o CEJK recebia a designação de Escola Normal –, tive o objetivo de compreender ao longo do trabalho o percurso da Escola Normal Júlia Kubitschek no contexto da Ditadura Civil-Militar, de modo a perceber de indícios (GINZBURG, 2007) de apoio institucional aos governos militares.

A partir disso, no primeiro capítulo fiz um movimento de estabelecer um diálogo com as pesquisas já desenvolvidas sobre a ENJK (LIMA, 2017). Em uma relação com fontes próprias dessa pesquisa, localizadas no arquivo da instituição, analisei o seu processo de fundação no ano de 1960. Tal processo iniciou-se como uma demanda das candidatas excedentes ao número de vagas da seleção para as Escolas Normais de 1959, com inúmeras disputas em torno da criação de uma nova Escola Normal para o Rio de Janeiro, com sujeitos pró e contra. Em meio a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, a nova instituição foi inaugurada, após muitas disputas, sob a competência do novo Estado que se formava – a Guanabara (MOTTA, 1997) –, sendo a primeira lei dessa Unidade Federativa promulgada. De acordo com os documentos, recebeu o nome de Júlia Kubitschek em homenagem à mãe de Juscelino Kubitschek, então Presidente da República, homenagem prestada pelas candidatas excedentes em virtude da sua atuação na criação dessa nova unidade.

A partir de uma retomada do cenário sociopolítico das décadas de 1950 e 1960, contexto no qual o processo de criação da ENJK também se insere, o primeiro capítulo, ainda, fez uma análise do processo que culminou com a derrubada do Presidente João Goulart em 1º de abril de 1964, movimento entendido como um golpe civil-militar (DREIFUSS, 1986; NAPOLITANO, 2014), uma vez que interrompeu o processo democrático em voga, sendo efetivado por setores militares com respaldo civil. O movimento, entendido como uma revolução pelos apoiadores, foi visto inicialmente como uma intervenção saneadora, que varreria qualquer ameaça comunista no Brasil, mas transformou-se em um regime militar, que durou vinte e um anos.

Após essa análise, o segundo capítulo buscou compreender a postura da ENJK diante do golpe civil-militar de 1964. Através de uma pesquisa na HDBN, foram encontradas diversas matérias de jornais sobre a comemoração pelo Dia de Tiradentes em 21 de abril de 1964, no qual a instituição estava representada através de um coral regido pela Professora Olintina Costa. Mais que uma celebração a memória de Tiradentes, tal evento, conforme manchetes encontradas em diversos jornais, foi palco de discursos em defesa da queda de João Goulart ocorrida vinte dias antes, protagonizados pela leitura do *Boletim da PMEG* e do discurso de Carlos Lacerda, então governador da Guanabara. Além de cantarem o Hino Nacional e o Hino da Independência, os estudantes da instituição estavam no palco onde os discursos foram proferidos – as escadarias do Palácio Tiradentes – e foram seus

ouvintes. Assim, tal evento, através de seus discursos (FOUCAULT, 2010), formou subjetividades (FOUCAULT, 2013) acerca do que entendiam como uma revolução. A presença do coral com estudantes da ENJK possui um caráter simbólico, por ser uma representação civil, estudantil e feminina. Mesmo que as estudantes não tenham proferido discursos na celebração, a presença no evento, por si só, não na plateia, mas no palco onde os discursos proferidos, poderiam indiciar uma corroboração com as palavras ali proferidas.

Um ano depois, as estudantes ouviram outro discurso, também proferido por Carlos Lacerda, dessa vez como paraninfo das formandas da ENJK de 1965. Como percebeu que o que chamava de revolução um ano antes se converteu em um regime militar, de apoiador Carlos Lacerda passou a ser um opositor, pois o seu desejo de se candidatar à Presidência da República foi impedido. Dessa vez, as estudantes da ENJK ouviram outra versão, o que também pode ter produzido outra subjetividade sobre a ditadura que se iniciava.

No terceiro capítulo, por fim, analisei a adesão da instituição ao Mobral, o que indicia um apoio da instituição a políticas educativas do regime. Mesmo antes que o Mobral se efetivasse na prática, a ENJK já se propunha a alfabetizar indivíduos dos arredores da instituição em 1970, o que foi entendido pelo seu diretor Professor Araken de Abreu e Silva como uma iniciativa precursora do Mobral, que foi criado legalmente em 1967, mas só efetivado em 1971. Por essa iniciativa, que alfabetizou cerca de 420 pessoas, os estudantes da ENJK foram reconhecidos publicamente por pelo menos duas vezes por terem se antecipado ao Mobral, conforme indiciam os jornais localizados na HDBN.

No ano de efetivação do Mobral, não foram encontradas fontes que documentem a participação da ENJK no movimento. Todavia, um pequeno recorte de jornal sobre a escolha do General Emílio Garrastazu Médici, então Presidente, como patrono das formandas de 1971. Isso pode indiciar um apoio da instituição ao regime, através da escolha, por meio de votação, de um dos foi um dos protagonistas do período compreendido como anos de chumbo (1968-1976), devido às posturas autoritárias do seu governo, que incluía a forte repressão aos opositores (NAPOLITANO, 2014).

Em 1972, já sob a coordenação do Mobral, a ENJK participou de um censo em ruas do Centro da Guanabara, com o objetivo de localizar pessoas analfabetas para participarem das aulas do movimento, o que indicia apoio institucional a uma das

iniciativas educativas do regime militar. Dessa vez, os estudantes só realizaram o censo, conforme documentam os jornais, não se envolvendo no processo de alfabetização propriamente. Mais do que alfabetizar, o Mobral era uma propaganda política do governo, que objetivava produzir subjetividades (FOUCAULT, 2013) que apoiassem o regime, através de uma abordagem tecnicista apoiada na ordem, trabalho, civismo e segurança nacional (PEDERIVA, 2015).

O fato da ENJK ter participado do Mobral, antes e depois da sua implantação, foi um dos argumentos utilizados pelo Professor Araken de Abreu e Silva, seu diretor, para a construção de um prédio próprio para a instituição, quando ela completou 15 anos em 1975. Apesar do pedido publicado em jornal para a construção do prédio do então CEJK neste ano, isso só se tornou uma realidade em 1979, durante a execução I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (I Plan Rio/ 1976 – 1979), que objetivava promover a fusão entre o Estado do Rio de Janeiro e o Estado da Guanabara, ocorrida legalmente em 1975. Assim, Lima (2017) aponta a conquista do prédio próprio como um dos ganhos da instituição no período da ditadura.

A partir das fontes analisadas nos capítulos, foram constatados ao longo desse trabalho alguns indícios (GINZBURG, 2007) de apoio da ENJK à Ditadura Civil-Militar, conforme apontado na hipótese inicial. Tal apoio se revela, especialmente, no que diz respeito a sua participação no Mobral. Embora tais indícios existam, eles se demonstram pontuais nas fontes localizadas. Além disso, não podem caracterizar um apoio de todos os indivíduos da instituição em todos os momentos do regime, que durou vinte e um anos. O empreendimento de outras pesquisas, que podem utilizar a metodologia da História Oral, pode contribuir para que se identifique outros indícios de como os indivíduos da instituição reagiram as diretrizes da Ditadura Civil-Militar.

Ao fim e ao cabo, registro a contribuição do presente estudo para o Colégio Estadual Júlia Kubitschek, para a promoção das pesquisas no campo da História da Educação do Rio de Janeiro, em especial no que tange às antigas Escolas Normais, uma vez que o alvo mais frequente de estudos quando se fala em formação de professores é o Instituto de Educação do Rio de Janeiro, com pouca exploração da pesquisa e produção científica sobre outras instituições formadoras de professores. Do mesmo modo, ressalto a sua contribuição para o avanço das pesquisas sobre as instituições escolares no contexto da Ditadura Civil-Militar – uma seara onde ainda há muito o que se colher.

Assim como aprender a fazer crochê não é fácil, aprender a encaminhar uma pesquisa histórica também não é. Confesso que muitos foram os desafios para a realização desse trabalho. Foi preciso muita dedicação, ajuda de pessoas mais experientes e tentar sem medo de errar. Depois do meu trabalho monográfico na graduação, essa é a minha segunda peça acadêmica. Por isso, não posso dizer que sou experiente, mas que estou no caminho para isso. Esta peça não está arrematada, nem poderia estar, pois uma pesquisa histórica sempre será inacabada. Reconheço que há diversos fios soltos, que ainda precisam ser crochêados. Através dos pontos que tentei tecer nesse trabalho, aprendi muito e tenho a consciência que há muito o que aprender.

REFERÊNCIAS

ABBUD, Maria Luiza Macedo; IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para pesquisa da História das Instituições Educativas escolares de Londrina (1936-2000). **Cadernos de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 487-501, 2017.

ABREU, Alzira Alves de et al (Coord.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 20 jun 2019

ALMEIDA, Shirley Patrícia Nogueira de Castro e; GOMES, Maria Laura Magalhães. O processo de formação de professores no curso de matemática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Montes Claros – MG (1968-1978). **Revista de História da Educação**, v. 21, n. 53, p. 284-306, 2017.

Alunas da “Júlia” recebem medalhas. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 23 de outubro de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=093718_05&pasta=ano%20197&pesq=&pagfis=6265 Acesso em 15 mai 2019.

Alunos começam na 6ª.-feira campanha pela alfabetização. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 17 de maio de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Alunos%20come%C3%A7am%20na%22&pasta=ano%20197&pagfis=18019 Acesso em 18 mai 2019.

Alunos de escola normal ajudam Mobral a contar os analfabetos no Centro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 18, 27 de maio de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_09&pesq=%22Alunos%20de%20escola%20normal%20ajudam%22&pasta=ano%20197&pagfis=57662 Acesso em 17 mai 2019.

ARONI, Allan. 50 anos da Reforma Universitária de 1968: a reforma que não acabou. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 235-262, 2017.

ARQUIVO DO CEJK. **Exposição “40 anos CEJK”**. 2000.

ARQUIVO DO CEJK. **Pasta Funcional da Professora Olintina Costa**. 1968.

Até no MEC normalistas encontraram analfabetos. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 26 de maio de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22At%C3%A9%20no%20MEC%20normalistas%22&pasta=ano%20197&pagfis=18169 Acesso em 18 mai 2019.

BENJAMIN, Walter. **Magia e Técnica, arte e Política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Tradução de Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. In: Dossiê: Arquivos escolares: desafio à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5. n. 2, p. 193-220, 2005.

BORBA, Rodrigo Cerqueira do Nascimento. Entre a técnica e a tática: movimentos estudantis na Escola Técnica Federal Celso Suckow da Fonseca (1967 – 1978). **Dissertação** (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

BRASIL. **Lei Nº 12.612 de 13 de abril de 2012**. Brasília: Diário Oficial da União, 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12612.htm Acesso em 19 mar 2019.

CAMPOS, Raquel Discini de. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 45-70, 2012.

CASTRO, Maria de Fátima Lavrador de. Um olhar sobre a escola na Guanabara de Lacerda. **Dissertação** (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CELESTE FILHO, Macioniro. Universidade de São Paulo concebida em 1968 por seus professores, alunos e funcionários. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 1, p. 200-233, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHAPANI, Daisi Teresinha. A formação de professores na gênese do sistema estadual de ensino superior da Bahia. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 145-166, 2012.

CHAVES, Iduina Mont'Alverne. **Vestida de azul e branco como manda a tradição: cultura e ritualização na escola**. Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

CIAMPI, Helenice; GODOY, Alexandre Pianelli. Histórias divergentes na intelectualidade docente: trajetórias formativas nas memórias de professoras do ensino municipal de São Paulo (1964-1985). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 3, p. 263-291, 2017.

COSTA, Olintina. **Hinário Cívico – complemento do canto orfeônico**. Duque de Caxias: Papelaria Assis LTDA, s/d.

COUTINHO, Maria Angélica da Gama Cabral. Prefácio. In: NASCIMENTO, Jussara Cassiano; FARIA, Lia (Orgs). **Instituições Escolares: memórias e narrativas**. Coleção Instituições Escolares. Paraná: Editora CRV, 2020.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 912-933, 2014.

CUSATI, Iracema Campos; SANTOS, Mário Ribeiro dos; ÁVILA, Virgínia Pereira da Silva de. Escritas que cruzam o tempo: dos diários de classe aos cadernos de anotações da Professora Maria Franca Pires (Juazeiro, 1957-1985). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 17, n. 4, p. 256-289, 2017.

DREIFUSS, René Arnaud. **1964 A conquista do estado: ação política, poder e golpe de estado**. Petrópolis: Vozes, 1986.

Escola completa 15 anos mas ainda não tem prédio. **Jornal dos Sports**, Rio de Janeiro, p. 10, 14 de junho de 1974. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=112518_04&pesq=%22Escola%20completa%2015%20anos%22&pasta=ano%20197&pagfis=30427 Acesso em 30 mar 2019.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60: um olhar feminino**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FARIA, Lia; LOBO, Yolanda. Memórias e discursos – a escola fluminense pós-fusão (1975-1983). **Cadernos de História da Educação**, v. 4, p. 103-116, 2005.

FIGUEIREDO, Lucas. **Boa ventura! A corrida do ouro no Brasil (1697-1810)**. Rio de Janeiro: Record, 2011.

FILGUEIRAS, Juliana Maria. As políticas para o livro didático durante a Ditadura Militar: a COLTED e a FENAME. **Revista de História da Educação**, v. 19, n. 45, p. 85-102, 2015.

FILHO, José Pereira Peixoto; SILVA, Wilney Fernando. Educação, progresso e obediência: a formação do professor para o sertão de Minas Gerais em meados do século XX. **Cadernos de História da Educação**, v. 8, n. 1, p. 173-187, 2009.

FILHO, Wolney Honório; CAMPOS, Camila Aparecida de. O Centro de Formação de Professores Primários de Catalão e suas relações com o regime militar: Catalão-GO, 1965-1983. **Cadernos de História da Educação**, n. 6, p. 221-235, 2007.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sujeito e Poder. In: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FREIRE, Paulo. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia - saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Política e Educação**. São Paulo: Cortez Editora, 5ª edição, 2001.

GATTI JUNIOR, Décio. A pedagogia tecnicista no contexto brasileiro do golpe militar de 1964: o projeto educacional do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (1961-1972). **Cadernos de História da Educação**, v. 9, n. 1, p. 45-62, 2010.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GODOY, Alexandre Pianelli. O modelo escolar paulistano na revista Escola Municipal (1968-1985). **Revista de História da Educação**, v. 17, n. 39, p. 101-128, 2013.

GÓES, Moacyr de; CUNHA, Luís Antônio. **O golpe na educação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1989.

GOMES, Angela de Castro (Coord.). **Ministério do Trabalho**: uma história vivida e contada. Rio de Janeiro: CPDOC, 2007.

GONÇALVES, Nádia Gaiofatto; RANZI, Serlei Maria Fischer. **Educação na Ditadura civil-militar**: políticas, ideários e práticas (Paraná, 1964-1985). Curitiba: Editora UFPR, 2012.

GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi Santos; FRANK, Joana. Do Schüler-Zeitung ao o Ateneu: marcas da cultura escolar nas páginas dos periódicos (São Leopoldo/RS, 1964-1973). **Revista de História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 319-336, 2013.

História. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 23, 9 de maio de 1971. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22Hist%C3%B3ria%22&pasta=ano%20197&pagfis=11013 Acesso em 15 mai 2019.

“Hinário Cívico” de Olintina Costa. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 21 de novembro 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22de%20Olintina%20Costa%22&pasta=ano%20196&pagfis=34490 Acesso em 23 mar 2019.

HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968. De calabouço à missa do sétimo dia. **Revista de História da Educação**, v. 22, n. 54, p. 47-70, 2018.

IGAYARA-SOUZA, Suzana Cecília Almeida. Entre palcos e páginas: a produção escrita por mulheres sobre música na história da educação musical no Brasil (1907-1958). **Tese** (Doutorado em educação), Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

Júlia Kubitschek. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 21 de junho de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22J%C3%BAlia%20Kubitschek%22&pasta=ano%20197&pagfis=3567 Acesso em 15 mai 2019.

‘Júlia Kubitschek’ diploma turma. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 2, 14 de novembro de 1965. Disponível em:

http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22diploma%20turma%22&pasta=ano%20196&pagfis=23585 Acesso em 18 mar 2019.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 1, n. 1, p. 9-43, 2001.

Lacerda comemora Tiradentes pedindo apoio à Revolução. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 5, 24 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22lacerda%20comemora%22&pasta=ano%20196&pagfis=52330 Acesso em 12 mai 2019.

Lacerda descobre agora que há momentos em que o silêncio também ajuda. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 16, 20 de novembro de 1965. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22lacerda%20descobre%22&pasta=ano%20196&pagfis=76881 Acesso em 18 mai 2019.

Lacerda paraninfa professoras e destaca o valor do silêncio. **Tribuna da Imprensa**, Rio de Janeiro, p. 7, 20-21 de novembro de 1965. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=154083_02&pesq=%22lacerda%20paraninfa%22&pasta=ano%20196&pagfis=22616 Acesso em 13 mar 2019.

Lacerda: a Revolução Foi Para Salvar Todo o Continente. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 22 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22a%20revolu%C3%A7%C3%A3o%20foi%20para%20salvar%22&pasta=ano%20196&pagfis=38130 Acesso em 12 mar 2019.

LE GOFF, Jacques. **História e memória / Jacques Le Goff**. Tradução Bernardo Leitão et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Cristiane Lopes Simão; ARAÚJO, José Carlos de Souza. A Faculdade de Odontologia de Uberlândia, Minas Gerais (1965 - 1970). **Cadernos de História da Educação**, n. 2, p. 89-98, 2003.

LIMA, Fábio Souza. As Normalistas do Rio de Janeiro – O Ensino Normal Público Carioca (1920 – 1970): das tensões políticas na criação de instituições à produção das diferentes identidades de suas alunas. **Tese** (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

LUCA, Tania Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, p. 111-153, 2008.

MARTINS, Cláudia Regina Kawka. O ensino de história no Paraná na década de setenta: práticas de professores. **Revista de História da Educação**, v. 9, n. 5, p. 5-22, 2001.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Revista Tempo**, v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

MAZZANTE, Fernanda Pinheiro. O currículo escolar nas leis 5692/71 e 9394/96: questões teóricas e de história. **Revista de História da Educação**, n. 18, p. 71-81, 2005.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares – breve introdução a seu conhecimento. In: **Colóquio do Museu Pedagógico**, Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos. Formar o “magistério nacional”: as políticas do INEP/MEC nos anos 1950/1960. **Cadernos de História da Educação**, n. 7, p. 13-28, 2008.

MENDONÇA, Ana Waleska Pollo Campos; XAVIER, Libânia Nacif. Para o estudo das instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro. In: CHAVES, Miriam Waindelfeld; LOPES, Sonia de Castro (Org.). **Instituições educacionais da cidade do Rio de Janeiro: um século de história (1850-1950)**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 11-15, 2009.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória coletiva. In: Dossiê: Arquivos escolares: desafio à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2, p. 75-99, 2005.

MOTTA, Marly Silva da. "Que será do Rio?" - Refletindo sobre a identidade política da cidade do Rio de Janeiro. **Revista do Departamento de História da UFF**, v.4, p.146-174, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC, n. 10, p. 07-28, 1993.

NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997.

Normalistas empreendem campanha de alfabetização. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 6, 07 de junho de 1970. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22J%C3%BAlia%20Kubitschek%22&pasta=ano%20197&pagfis=3274Acesso em 15 mai 2019.

OLIVEIRA, Anelise Martinelli Borges; BARBOSA, Raquel Lazzari Leite. Um estudo histórico sobre o processo de implantação do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG (1964-1968). **Revista de História da Educação**, v. 21, n. 52, p. 214-234, 2017.

OLIVEIRA, Antoniette Camargo de; SILVA, Jefferson Ildfonso da. Ações e reflexões freireanas sobre educação à luz de uma igreja profética (1958-1970). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 2, p. 203-219, 2011.

OLIVEIRA, Avelino da Rosa. O conceito "Exclusão" na literatura educacional brasileira: os primeiros 25 anos (1974-1999). **Revista de História da Educação**, n. 19, p. 131-159, 2006.

PEDERIVA, Ana Cristina. O MOBRAL faz mais do que ensinar a ler e a escrever: manifestações biopolíticas para o controle de adultos analfabetos em Varginha – MG (1970 -1985). **Dissertação** (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2015.

PROST, Antoine. **Doze lições sobre a história**. Minas Gerais: Autêntica, 2008.

REVAH, Daniel; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. O regime militar na (des)memória da Editora Abril: a Revista Escola e a difusão da Lei 5.692/71. **Revista de História da Educação**, v. 15, n. 34, p. 137-161, 2011.

RIBEIRO, Betânia de Oliveira Laterza; SOUZA, Sauloéber Tárσιο de. Educação de mulheres nas páginas de manuais de história da educação (1930–1970). **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n. 2, p. 427-452, 2014.

ROHDEN, Josiane Brolo; SÁ, Elizabeth Figueiredo de. Do Sul para o Centro-oeste: a saga de migrantes sulistas para o norte de Mato Grosso - histórias de muitas vidas e de uma escola 'inventada' (1973-1979). **Cadernos de História da Educação**, v. 13, n. 1, p. 335-356, 2014.

Semana da Música tem hoje festa de orfeões. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 9, 18 de novembro de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_08&pesq=%22Semana%20da%20M%C3%BAfica%22&pasta=ano%20196&pagfis=61045 Acesso em 19 mai 2019.

SILVA JUNIOR, Adriano Fernandes da. Colégio Estadual Júlia Kubitschek: memória, placas e um mito fundador. **Trabalho de conclusão de curso** (Licenciatura Plena em Pedagogia), Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, André Gustavo Ferreira da; FARIAS, Cassiana Maria; SILVA, Thalita Grazielly. Entrebrechas e vagas noturnas: memórias de educadoras em Recife nos anos ditatoriais de 1964 a 1977. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, n. 2, p. 51-78, 2016.

SILVA, Maria Betânia e; SILVA, Fabiana Cristina da; SILVA, Margarete Maria da. 30 anos de uma história: a pós-graduação em educação da Universidade Federal de Pernambuco. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 1, p. 227-242, 2012.

SILVA, Vivian Batista da. Uma história das leituras para professores análise da produção e circulação de saberes especializados nos manuais pedagógicos (1930-1971). **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 6, p. 29-57, 2003.

SOUZA, Sauloéber Tárσιο de. Educação escolar e processos migratórios no pontal mineiro (Décadas – 1950 a 1990). **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 641-666, 2012.

SOUZA, Sauloéber Tárσιο de; TEIXEIRA, Wagner da Silva. O café, a indústria e a escola: reflexões acerca da educação pública no interior paulista (Franca, 1889-1970). **Cadernos de História da Educação**, v. 14, n. 2, p. 505-532, 2015.

SOUZA, Vânia de Fátima Matias de; LARA, Angela Mara de Barros. Lauro de Oliveira Lima: a questão da universidade brasileira na década de 1960. **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 2, p. 695-708, 2013.

SUBTIL, Maria José Dozza. A lei n. 5.692/71 e a obrigatoriedade da educação artística nas escolas: passados quarenta anos, prestando contas ao presente. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 12, n. 3, p. 125-151, 2012.

Tiradentes festejado com desfile e canto de normalistas da GB. **Diário Carioca**, Rio de Janeiro, p. 12, 22 de abril de 1964. http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_05&pesq=%22Tiradentes%20festejado%20com%20desfile%22&pasta=ano%20196&pagfis=16389 Acesso em 12 mar 2019.

Tiradentes recebe homenagem das PMs. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, p. 5, 22 de abril de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=089842_07&pesq=%22Tiradentes%20recebe%20homenagem%20das%22&pasta=ano%20196&pagfis=50845 Acesso em 12 mar 2019.

Turmas da “Júlia” apuram mais 132 analfabetos na GB. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 5, 31 de maio de 1972. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_05&pesq=%22apura%20mais%20de%20132%20analfabetos%22&pasta=ano%20197 Acesso em 18 mai 2019.

Uma Carta. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 09 de julho de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22olintina%20costa%22&pasta=ano%20196&pagfis=40100 Acesso em 25 mar 2019.

Vamos Estudar o Hino Nacional. **Diário de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 3, 19 de junho de 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_04&pesq=%22vamos%20estudar%20o%20hino%20nacional%22&pasta=ano%20196&pagfis=39585 Acesso em 25 mar 2019.

VAZ, Paulo. Consumo e risco: mídia e experiência do corpo na atualidade. **Revista Comunicação Mídia e Consumo**, v. 3, n. 6, p. 37-61, 2006.

VIDAL, Diana Gonçalves. Fim do mundo do fim: avaliação, preservação e descarte documental. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: EDUSF, p. 31-43, 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves; ABDALA, Rachel Duarte. A fotografia como fonte para a história da educação: questões teórico-metodológicas e de pesquisa. **Revista do Centro de Educação**, v. 30, n. 2, p. 177-194, 2005.